

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO EM HISTÓRIA

A TARDE E A CONSTRUÇÃO DOS SENTIDOS
IDEOLOGIA E POLÍTICA (1928 - 1931)

MARIA DO SOCORRO SOARES FERREIRA

SALVADOR / BAHIA

JUNHO / 2002

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO EM HISTÓRIA

A TARDE E A CONSTRUÇÃO DOS SENTIDOS
IDEOLOGIA E POLÍTICA (1928 – 1931)

Dissertação final de curso apresentada ao Mestrado em História da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção do grau de mestre em História

MARIA DO SOCORRO SOARES FERREIRA

ORIENTADOR: Prof. Dr. ANTÔNIO FERNANDO GUERREIRO

SALVADOR – BAHIA
JUNHO / 2002

*Para João e Rafael, luzes no meu caminho.
Que eu, através do meu trabalho, possa
também iluminar suas vidas.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, a todos os santos e orixás, especialmente à guerreira Iansã. Muita gente sempre participa dos trabalhos que fazemos de muitas e variadas maneiras: conversando sobre o tema, ouvindo-nos conjecturar idéias, dizendo que confiam no nosso trabalho, lendo e discutindo, corrigindo ou puxando-nos pelo braço quando antes de começar já achamos que está tudo perdido. A todos que fizeram isso comigo, tenho muito a agradecer. Algumas porém fizeram mais... Lucy e Adriana coletaram dados e transcreveram boa parte dos textos do jornal. O Colegiado do Mestrado em História, tolerante com o meu problema de saúde, fez ressaltar a solidariedade de Maria Hilda. Ao Prof. Antônio F. Guerreiro, agradeço pela leitura atenta. Ao Departamento de Filosofia da UCSal e ao Colegiado de História do Departamento de Educação do Campus II da Uneb, pela liberação e apoio, particularmente, agradeço aos colegas Paulo Santos Silva, Marilécia Oliveira Santos, Ronalda Barreto que, em diferentes momentos, me instigaram a escrever; leram e discutiram a primeira versão deste trabalho. Luciano Magnavita ajudou-me a definir a estrutura do trabalho e, na fase final, foi uma presença marcante colaborando de muitos modos. Nazaré, com sua incomum solidariedade, me ajudou a minimizar os efeitos corrosivos da descrença em que estava mergulhada, além da intensa assistência intelectual, suscitando questões que nortearam a fundamentação teórico-metodológica. A Plutarco, pelo seu trabalho na classificação de parte dos textos e pelas discussões inteligentes e animadoras que por vezes tivemos. Marina, sempre solícita e prestativa no atendimento da biblioteca. E, aqui, um agradecimento especial àqueles que por razões diversas participaram deste trabalho, especialmente aos que, entendendo as minhas limitações por questões de saúde, me animaram, me incentivaram e me compreenderam. Dentre estas pessoas destacam-se as amigas Maria Aparecida Sanches e Maria do Carmo. Estas amigas foram fundamentais para a realização deste trabalho. Ao Dr. Jorge Andrade e Dra. Lenísia, diretores do SMU, pela solicitude com que acompanharam o meu caso. Aos oftalmologistas, Aidil Brito, Dr. Augusto Velasco Cruz, Dr. Nelson Boeira que através da busca de respostas aos meus anseios de cura, em diferentes momentos, participaram deste trabalho. Por fim, agradeço a Maria Perpétua por ter se dedicado à delicada tarefa de cuidar dos meus filhos neste período de tantos distanciamentos.

Seja qual for o rótulo, porém a pretensão é a mesma: entender o sentido da vida, não numa vã tentativa de dar respostas últimas aos grandes enigmas filosóficos, mas oferecendo um acesso a respostas dadas por outros, tanto nas rotinas diárias de suas vidas quanto na organização formal de suas idéias, séculos atrás.

Robert Darnton. O beijo de Lamourette

SUMÁRIO

	Pág.
INTRODUÇÃO	9
Período	11
Fonte	12
Referências de Análise	14
CAPÍTULO I - A ATUAÇÃO DO JORNAL <i>A TARDE</i> NA POLÍTICA PARTIDÁRIA .	20
I.1 O Fim da Primeira República na Bahia	22
I.2 O Significado da Revolução de 1930	37
CAPÍTULO II – OS MATIZES IDEOLÓGICOS DO DISCURSO DO <i>A TARDE</i>	54
II.1 Imprensa e Imaginário Político	55
II.2 A Reforma Moral da República	68
II.3 A Visão da Sociedade	71
II.3.1 O domínio das elites	74
II.3.2 A participação da mulher na política: a questão do voto feminino	78
II.3.3 Os limites racistas da cidadania	83
CAPÍTULO III - AS DIRETRIZES DA POLÍTICA ECONÔMICA	89
III.1 O Futuro do Brasil	90
III.2 Os Pilares da Economia Baiana: A Agricultura e o Comércio	96
III.3 A Diversificação da Produção como Condição para o Progresso	101
III.4 A Política Financeira	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
BIBLIOGRÁFICAS	120

RESUMO

Este trabalho buscou demonstrar que a ideologia liberal burguesa era, no período de transição da Primeira para a Segunda República, o pressuposto básico do pensamento político do jornal *A Tarde*. Através da noção de progresso, central no ideário burguês do jornal, justificava-se a defesa dos empreendimentos capitalistas, e de padrões de civilidade que excluía os costumes e práticas populares. Desse modo, a atuação do jornal transcendia a política partidária e inscrevia-se no âmbito das relações miúdas do cotidiano através das representações sociais, que reafirmavam determinados valores e crenças, tais como a hierarquização das raças e a resistência à emancipação política da mulher. Além disso, evidencia-se o uso da imprensa como instrumento de manipulação de interesses particulares, legitimando publicamente privilégios de determinados segmentos da elite baiana.

Palavras-chave: ideologia; política; política-partidária; discurso; crenças; valores.

ABSTRACT

This work tried to demonstrate that the liberal bourgeois ideology was, in the transition period of the Primeira República for the Segunda República, the basic presupposition of the political thought of the *A Tarde* newspaper. Through the notion of progress, central in the bourgeois set of ideas of the newspaper, was justified both the defense of capitalist enterprises, and of civility patterns that excluded the popular habits and practices. In this way, the performance of the newspaper surpassed the political supporting and was enrolled in the extent of the small daily relationships through the social representations, which reaffirmed certain values and faiths, such as the hierarchization of the races and the resistance to the woman's political emancipation. Besides, the use of the press is evidenced as instrument of manipulation of private interests, legitimating openly certain privileges of segments of the baiana elite.

Key-words: ideology; politics; politics-supporting; speech; faiths; values.

INTRODUÇÃO

A idéia de fazer uma história do jornal *A Tarde* surgiu a partir de discussões com colegas que, como eu, buscavam critérios que validassem a escolha de um tema de pesquisa histórica. A participação na seleção para o Mestrado motivava nossa discussão. Foi, assim, em especulações de neófitos que defini o meu tema de pesquisa.

Apesar de ser o jornal de maior circulação na Bahia e servir de fonte para muitos estudos, o jornal *A Tarde* não teve ainda sua história pesquisada. Entretanto, não me interessei por escrever a história da instituição. Preferi explorar o universo de idéias que circularam por suas páginas no limiar da década de 30 do século XX, enfocando, sobretudo, os valores que se afirmavam e reafirmavam cotidianamente. Enfim, me interessei em analisar o jornal como agente social, não só enquanto divulgador de idéias e valores, mas também como veículo de comunicação colaborador na construção de sentidos e, conseqüentemente, de acontecimentos.

Estes eram os primeiros esboços para construir um objeto de estudo, e sentia-me ainda confusa e insegura, sem saber como propriamente delimitar um objeto para uma pesquisa exequível. Foi um passo determinante aprender que a angústia não é uma negação da possibilidade de criar, ao contrário, ao se fazer presente, participa também do processo criativo. Pude entender, não somente no nível intelectual, mas, sobretudo no prático, que produzir conhecimento é permitir-se ser parcial, abandonar qualquer pretensão à neutralidade absoluta, deixar transparecer as escolhas subjetivas, um estilo próprio e, inevitavelmente, permitir-se exercitar a criatividade, recriar, enfim, apresentar-se como sujeito. Sem, contudo, abandonar o propósito de buscar a verdade dos fatos e de fazer descrições mais neutras o quanto possível for. Esse dilema persegue aqueles que se aventuram na atividade intelectual: o afã de expor as próprias idéias, está, a todo instante, em penosa luta contra a busca obsessiva de recursos para construir um conhecimento imparcial.

A primeira versão do meu projeto de pesquisa foi elaborada com o objetivo de identificar e retratar os posicionamentos de *A Tarde* ante os desdobramentos políticos do “movimento revolucionário de 1930”, sob a liderança de Getúlio Vargas, até o ano de 1945, com o fim do Estado Novo.¹

No Mestrado, reconheci a amplitude do tema e a heterogeneidade do período, constituído por conjunturas diferentes, sendo mais sensato optar por apenas uma delas. Logo nos primeiros momentos, constatei que qualquer que fosse a conjuntura escolhida, seria fundamental investigar qual o significado da revolução de 30, para o jornal. Daí os marcos temporais desta pesquisa entre 1928 e 1931. O significado da revolução, construído pelo jornal *A Tarde*, decorria dos acontecimentos políticos da Bahia pré-revolucionária. Particularmente da campanha eleitoral para o governo do Estado, em 1928. Aliás, era durante as campanhas eleitorais, que havia efetiva movimentação político-partidária. Por outro lado, o ano de 1931 marca o início da mobilização contra a centralização do poder pelo presidente Vargas. O objetivo deste trabalho consiste na análise dos conteúdos político-ideológicos do jornal *A Tarde* na transição da Primeira para a Segunda República.

Trata-se de um estudo inserido no campo da história das idéias políticas, pela perspectiva da história política renovada, a qual compreende que a origem, a formação e a difusão das idéias políticas se fazem através das diversas instâncias sociais. As idéias, desse modo, deixam de ser produto da elaboração individual dos grandes pensadores para serem criação coletiva dos diferentes sujeitos sociais, caracterizando seus interesses políticos e matizes ideológicos.²

¹ A história política brasileira foi marcada a partir de 1930 por uma ruptura institucional, consagrada como Revolução de 30. Todavia, esta designação não é consensual e este acontecimento histórico tem numerosos significados, construídos a partir da perspectiva dos diferentes atores sociais que o debatem. Ver BORGES, Vavy Pacheco. “Anos trinta e política: história e historiografia”. In FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

² FALCON, Francisco. História das idéias. In CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História : ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 91-125. O autor expõe a trajetória da história da idéias, discutindo a variação do conceito de idéia no âmbito da historiografia, bem como a multiplicidade de disciplinas históricas que se ocupam das idéias, mesmo que estas não sejam, em alguns casos, objeto exclusivo. Ver também do mesmo autor, na obra citada, cap. 3, p. 61-89. Trata da evolução da história política, a qual passou, nos últimos tempos, por uma renovação, ampliando o campo de investigação.

Período

A análise dos discursos e declarações divulgados diariamente pelo jornal *A Tarde*, nos anos de 1928 a 1931, permite reconstituir o ideário político que norteou sua atuação no momento da transição da Primeira para a Segunda República. O ano de 1928 marcaria a consolidação do poder de um novo padrão de oligarquia na Bahia: a “oligarquia colegiada”, não fosse a abrupta suspensão provocada pelo “movimento revolucionário de 1930”. A eleição para o governo do estado naquele ano consolidaria a aliança feita em 1924 entre Góes Calmon, lançado pelo governador J. J. Seabra, e os membros da Concentração Republicana da Bahia (CRB), que faziam oposição ao governador. Para consubstanciar esta aliança foi fundado, em 1927, o segundo Partido Republicano da Bahia (PRB), que assumia a liderança política da Bahia com a vitória de Vital Soares em 1928 para o governo do estado.

O “movimento revolucionário de 1930” desarticulou as alianças das elites regionais deslocando-as do poder. Os membros do PRB, partido que havia conquistado o poder na última eleição para governador, assistiram impotentes ao desbaratamento do seu projeto de dominação política. O “mal estar” causado por esta circunstância começou a ser combatido no ano de 1931. A partir deste ano, o grupo que fora destituído do poder passou a manifestar abertamente protestos ao Governo Provisório, reivindicando uma nova Constituição para o país. O jornal *A Tarde* foi, nesta conjuntura política, um canal de expressão das insatisfações deste segmento das elites locais.

Para a reconstituição do quadro político-administrativo da Bahia na Primeira República e nos primeiros anos da década de 1930, foram fundamentais os estudos de Consuelo Novais Sampaio, a qual oferece uma amostra da dinâmica da atividade político-partidária na Primeira República e demonstra que esta atividade se orientava mais pela disputa de poderes pessoais do que por um projeto político para a coletividade.³ A organização da atividade político-

³ SAMPAIO, Consuelo Novais. *Os partidos políticos da Bahia na Primeira República*. Uma política de acomodação. Salvador : Centro Editorial e Didático da UFBA, 1975.

partidária na Primeira República foi também estudada por Eul-Soo Pang. O autor não se interessa propriamente pela constituição dos partidos, mas em classificar os grupos políticos de acordo com a estrutura sócio-econômica de sua origem, criando categorias explicativas inspiradas pelos estudos antropológicos.⁴ Paulo Santos Silva, através da análise da produção historiográfica dos anos de 1930, estudou a articulação entre militância política e o exercício da intelectualidade. O autor enfatiza a importância da imprensa na formação e atuação dos intelectuais-políticos baianos.⁵

Os momentos de ruptura de uma determinada ordem são propícios ao estudo das estruturas sociais, políticas e/ou ideológicas, dado que estes momentos de transição são marcados pela coexistência da ordem tradicional e da nova ordem; aquela se manifestando através desta, como se estivesse a nos dizer que os seres humanos não escapam da sua história passada, ainda que possam, apesar disso, reinventá-la incessantemente.

Fonte

Este trabalho tem como fonte única o jornal *A Tarde*. A pesquisa privilegiou a seleção dos editoriais que, na época em estudo, apareciam sob o título Tópicos, apresentando a opinião do jornal sobre diversa gama de assuntos e acontecimentos. Mas a parcialidade dos discursos jornalísticos se evidencia nas matérias noticiosas, vez que a notícia não é o que aconteceu no passado, mas o relato dos sujeitos sociais sobre o que aconteceu.⁶ Portanto, as notícias foram tomadas também como expressão da opinião do grupo político representado no

⁴ PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e oligarquias (1889 – 1930)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

⁵ SILVA, Paulo Santos. *Âncoras de tradição*. Luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930 – 1949). Salvador: EDUFBA, 2000.

⁶ DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette*. Mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. O autor discute, através de uma coletânea de artigos escritos em diferentes momentos, questões teóricas e metodológicas sobre a história das idéias, acentuando que o papel da história consiste em descobrir a condição humana tal como foi vivida pelos nossos antepassados. Analisa o funcionamento dos meios de comunicação, ressaltando que o significado das idéias que divulgam é derivado das representações que os sujeitos sociais envolvidos na produção dos conteúdos discursivos fazem de si mesmos e do seu papel na sociedade. Ver particularmente o capítulo 5.

discurso do jornal *A Tarde*, assim como os artigos assinados, em geral por intelectuais que tinham afinidades políticas com Ernesto Simões Filho, seu proprietário.⁷

Por ser importante fonte de expressão das elites, a imprensa é uma das instâncias sociais que mais colaboram na execução dos seus projetos políticos. Esse papel ganha forma com a divulgação de idéias e valores, que em geral criam condições favoráveis à aceitação do domínio das elites. A escolha do jornal *A Tarde* como fonte única segue a iniciativa de outros estudos. Em relação à ligação entre jornalismo e política, Léia de Souza Oliveira relata como a imprensa mato-grossense criou mecanismos para difundir a postura do regime varguista, suas idéias políticas, seus objetivos e perspectivas.⁸

O jornal *A Tarde*, longe de ser um veículo imparcial, comprometido apenas com a pura informação, como propagava, desempenhou desde sua fundação em 1912 o papel de porta-voz de um grupo político e deu sustentação ideológica aos interesses políticos e econômicos imediatos desse grupo. Essa, aliás, era a contrapartida de Simões Filho nas alianças e acordos políticos.⁹ A abordagem dos jornais como agentes sociais que atuam no processo político, feita por Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado, foi de grande importância para a estruturação desta pesquisa. As autoras elegeram o jornal *O Estado de São Paulo* como fonte única de investigação e análise e enfatizaram o papel da imprensa como instrumento de intervenção na vida política que, manipulando interesses específicos, atua na modelagem da consciência social de significativos segmentos sociais.¹⁰ Nesta mesma perspectiva, mas ampliando o universo da pesquisa,

⁷ Ernesto Simões Filho se inseriu na política baiana através da militância na *Gazeta do Povo* a favor do seabrismo. Em 1913, um ano após a fundação do seu próprio jornal, desvinculou-se do segmento seabrista passando a exercer grande influência na formação política e intelectual de uma parcela significativa da elite baiana. Sobre este último aspecto ver SILVA, Paulo Santos. *Âncoras de tradição*, p. 84.

⁸ OLIVEIRA, Léia de Souza. *Tempo de esperança*. A imagem do Estado Novo na imprensa mato-grossense. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1995, (mimeo). A autora analisa os editoriais, assinalando que reproduziam os discursos oficiais, através da difusão de notícias que enaltecendo o governo e exaltando seus feitos transformavam o líder político em mito.

⁹ SANTOS, Mário Augusto da Silva. *Associação Comercial da Bahia na Primeira República*: Um grupo de Pressão. Salvador: Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo, 1985, p.p. 142-3

¹⁰ CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino*. Imprensa e ideologia: o jornal *O Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980. As autoras analisaram os editoriais do jornal *O Estado de São Paulo* destacando a ação política deste periódico entre os anos de 1927 e 1937. Este estudo demonstra a maleabilidade do jornal em conciliar os posicionamentos políticos com as exigências do liberalismo: *O ESP*

destaca-se também o estudo que Maria Helena Capelato desenvolveu sobre a imprensa paulista nos anos de 1920 a 1945. A autora usa os jornais como fonte única de pesquisa, porém analisa diferentes periódicos para desvendar os fundamentos da ideologia liberal burguesa nos posicionamentos da imprensa paulista.¹¹

Referências de Análise

Este estudo busca analisar como o principal jornal de Salvador interagiu na sociedade baiana no período de transição da Primeira para a Segunda República.¹² Neste sentido, tento mostrar que o trajeto do discurso do jornal revela o ponto de vista de um influente segmento social - formado por juristas, literatos, políticos, jornalistas -, que enaltecia o desenvolvimento econômico, tecnológico, intelectual, enfim cultural dos países europeus e norte-americanos, tomados como exemplos a copiar. Procuo evidenciar que o projeto político para a Bahia, insinuado através das reiteradas exortações ao progresso e desenvolvimento do estado, era, fundado nos interesses específicos deste grupo social e tinha como objetivo principal preservar os seus privilégios.

O intento de desenvolver um estudo de história política da Bahia que tivesse por finalidade compreender as representações emanadas do jornal *A Tarde* me impôs tomar decisões relativas ao referendo das minhas análises, a partir de autores/as que, de algum modo, travam discussões acerca do fenômeno político e,

ajustava suas opiniões com os interesses dos cafeicultores paulistas defendendo a hegemonia política e econômica do Estado de São Paulo em relação às outras unidades da Federação.

¹¹ CAPELATO, Maria Helena. *Os arautos do liberalismo*. Imprensa paulista (1920 – 1945). São Paulo: Brasiliense, 1989.

¹² O jornal *A Tarde*, fundado em 1912, ocupa desde então um papel central na história da Bahia. Pode-se verificar sua importância sob vários aspectos, primeiro por introduzir inovações tecnológicas na imprensa baiana que até sua fundação tinha feições artesanais. Para Consuelo Novais, no livro *Partidos Políticos da Bahia na Primeira República*, o *A Tarde* remodelou a forma de diagramar os jornais, incorporando uma titulação destacada, abundante noticiário ilustrado e a prática freqüente de entrevistas com a despersonalização do jornalista em proveito do jornal, atraindo um público leitor mais amplo. Além disso, segundo Paulo Santos Silva, *A Tarde* exerceu grande influência na formação intelectual e política de setores da elite baiana.

também, da ideologia, da cultura política e do discurso, pois é impossível para a história política renovada isolar-se de outras ciências sociais e outras disciplinas.¹³

A primeira pista a seguir era levar em consideração um conceito de política como atividade ou práxis humana estreitamente ligada ao poder, entendido como fenômeno social. A especificidade do poder político é exercer-se concomitantemente ao poder econômico e ideológico. Portanto, é pertinente valorizar a dinamicidade com que se constitui o todo social, ou seja, o entrecruzamento dos diversos poderes formando redes complexas, e não instâncias estanques, com funcionamento próprio e isolado.¹⁴

Neste sentido, a noção de poder, desenvolvida e utilizada por Michel Foucault, que entende o político como o elemento que tece as mais diversas relações sociais em todos os níveis, se mostra bastante adequada. O seu mérito está em romper com a perspectiva universal que elabora uma teoria geral. Distanciando-se da busca das características gerais do poder, depara-se com suas formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. O poder é entendido como uma prática social constituída historicamente.¹⁵

Estas análises deslocaram a investigação sobre o poder da esfera do Estado e identificaram o próprio saber como uma forma de poder. Além disso, eliminaram a distinção entre ciência e ideologia, pois saber e poder se implicam mutuamente. Portanto, o conceito foucaultiano de poder é um importante instrumento de análise, porque parece superar uma visão maniqueísta das relações sociais, onde o poder aparece ou como providência de todas as faltas ou como mero mecanismo de dominação. Foucault enfatiza o aspecto positivo do poder, quando constata que é através desta positividade que se ordena, se operacionaliza e se produz a vida em sociedade. Entretanto, não deixa de assinalar o lado negativo de dominação, implícita na noção de poder, pois nas diferentes práticas

¹³ RÉMOND, René. Uma história presente. In RÉMOND René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro : UFRJ, 1996, p. 29. Segundo o autor a renovação da história política foi estimulada pelo contato com outras ciências sociais e pelas trocas com outras disciplinas, sendo esta abertura às contribuições externas uma necessidade imperativa para a história política, que dada a natureza interdisciplinar do seu objeto, é chamada de ciência-encruzilhada.

¹⁴ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de política*. Brasília : Universidade de Brasília, 1986.

¹⁵ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 13 ed., Rio de Janeiro : Graal, 1998.

sociais o poder se exerce através de procedimentos de exclusão: as interdições, separações e os sistemas de verdade.¹⁶

Esta concepção de política na medida em que permite entender o político não apenas restrito às relações burocráticas e institucionais, mas tecendo as relações cotidianas e os discursos que relatam os diversos acontecimentos, mostrou-se útil desde o início da pesquisa, inclusive na orientação da coleta dos dados. Para caracterizar o pensamento político expresso cotidianamente pelo jornal e identificar seus posicionamentos ideológicos, a definição de política foi fundamental. Partindo de uma oposição de classes dominantes e dominadas, entendendo a política apenas como um jogo de relações simétricas de dominação, perderia a oportunidade de acompanhar os caminhos sinuosos das relações de dominação revelados pelas contradições dos discursos, ou ainda deixaria de desvendar como estas relações se constituem, se exercitam, se reafirmam no cotidiano através das repetições dos discursos e dos seus conteúdos ideológicos.

O conceito de ideologia utilizado segue a formulação de Karl Mannheim, que propõe uma ampliação do conceito marxista. Este não perde sua validade, mas sua limitação é evidenciada na medida em que o seu uso impõe uma oposição entre uma realidade real e outra falseada. Mesmo admitindo que a vida em sociedade propicia a existência de grupos antagônicos e que a imposição de uns sobre os outros permite, em certos níveis, a inversão de valores, não é mais possível pretender-se falar de uma perspectiva de neutralidade, da qual se distingue verdade e mentira. Esta perspectiva está implícita na definição de ideologia como inversão da realidade, constituindo-se as análises que dela se utilizam como denúncias dos choques de interesses particulares. Importa que sejam feitas, diga-se, desde que não se perca a perspectiva de analisar como se constituem os efeitos de verdade no interior dos discursos produzidos socialmente. Daí a opção por um conceito de ideologia como estrutura conceitual dos modos de pensar, definidos conforme as diferentes situações de vida dos sujeitos sociais implicados na sua visão de mundo.¹⁷

¹⁶ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo : Loyola, 1999.

¹⁷ MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. 4 ed., Rio de Janeiro : Zahar, 1982.

Através deste conceito o significado das idéias, das crenças, dos valores que estão presentes no discurso jornalístico de *A Tarde* tornou-se mais abrangente indicando, além dos interesses imediatos do grupo político ligado ao Partido Republicano da Bahia (PRB), o modo de pensar próprio da elite política e letrada da época. Ao resvalar, pelo seu discurso, uma concepção do índio como selvagem, por exemplo, o jornal se insere no campo da cultura política não só porque difunde idéias preconceituosas sobre a convivência com a diversidade social, e, portanto, constrói e reforça os “procedimentos de exclusão” através da significação dos sujeitos sociais, como o faz advogando para si o papel de educar a população. Ressalte-se, porém, mais uma vez, que este conceito não invalida o conceito marxista, antes o inclui. As análises dos conteúdos ideológicos do discurso jornalístico apoiaram-se também na análise do discurso proposta por Mikhail Bakhtin. Segundo este autor, o fenômeno da ideologia deve explicar-se com base numa filosofia da linguagem. A ideologia é um reflexo das estruturas sociais, um fragmento da realidade, sendo a palavra o fenômeno ideológico por excelência, cujos significados desvelam as práticas sociais, remetendo a algo situado fora de si mesmo.¹⁸

Assim, implícito no discurso do jornal encontra-se a construção de sua identidade, a qual revela um projeto pedagógico que evidentemente tem uma função política: quer ensinar os baianos a exercerem sua cidadania, para isso sugere comportamentos; quer ensiná-los a abandonar o “atraso” sócio-econômico e cultural, para isso sugere medidas; quer ensinar os baianos a passear pela “modernidade” e pelo “progresso”, e então oferece modelos. A leitura do jornal estava carregada de sentidos, mas o seu discurso revestia-se de uma autoridade, em saberes considerados legítimos. Diante disso é que se fez necessário optar por uma abordagem que caracterizasse o discurso como uma forma de poder. Esta abordagem, discursiva, tem sua origem, dentre outros, nas próprias reflexões de Foucault, sobretudo conforme caracterizado em *Arqueologia do Saber*, e constitui como útil instrumento de análise, negando o texto em si enquanto fonte exclusiva dos sentidos, e remetendo para aspectos extra-linguísticos que determinam o dizer - as condições de produção do texto - as relações de poder, o jogo entre o

¹⁸ BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 6 ed., São Paulo: Hucitec, 1992.

instituído e o instituinte, os outros discursos, a interdiscursividade, a situação discursiva, etc.¹⁹

Portanto, compreendendo a linguagem como espaço de tensões, conflitos, jogo, busquei na análise do discurso a possibilidade de apreender a contradição expressa nas entrelinhas do dizer e que tivesse uma abrangência tal que pudesse abarcar toda a polissemia característica de conceitos amplos como política, ideologia, cultura, de modo a não fechar, mas abrir teias de significação, aproximando e afastando considerações aparentemente inconciliáveis e que guardam similitudes possíveis, sem desconsiderar suas contradições intrínsecas. A análise de discurso tem como objeto o texto e além da polissemia da linguagem leva em conta a intertextualidade, isto é, a relação de um texto com outros existentes, possíveis e imaginários.²⁰ Nesse movimento, as interpretações passaram a fluir, mesmo que muitas das vezes atravessando obstruções que o objeto escolhido traz em seu interior e que lhe são constitutivos.

O presente trabalho foi dividido em três capítulos. No primeiro fiz uma reconstituição do quadro político-administrativo da Bahia no final da Primeira República, buscando caracterizar as forças que dirigiam o estado baiano bem como o processo político-partidário a que estavam afeitas, para evidenciar que o jornal *A Tarde* participou neste processo refletindo os interesses imediatos e conjunturais de Simões Filho e do seu grupo de político. Isto através da defesa de valores que engrandeciam seus aliados, sempre buscando legitimidade numa razão intrínseca aos fatos e numa suposta ética isenta de partidarismos, argumentação que se prestava também à justificação das ofensas e depreciações que fazia dos adversários políticos. Além disso, busquei acompanhar a significação que o periódico fez do “movimento revolucionário de 1930”.

No segundo capítulo a análise recai sobre os sentidos que a prática discursiva do jornal imprime às práticas e relações sociais mais amplas na Bahia

¹⁹ FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Campinas-SP: Papyrus, 1990.

²⁰ ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Discurso e leitura*. 3 ed., São Paulo: Cortez; Campinas, SP : Editora da Unicamp, 1996, p. 11.

no final da década de 1920. Embora seja feita a partir de um pequeno fragmento da história política do país, da Bahia e do periódico, ela torna-se intensa porque se orienta pela perspectiva de que as identidades e representações que os sujeitos sociais fazem de si mesmos, dos outros, de sua época e de tudo que os rodeia se constituem e se reafirmam no cotidiano. Então, ao se acompanhar as práticas discursivas cotidianas torna-se possível captar, através das repetições, contradições, oposições, os sentidos que permanecem e se solidificam por longa duração. Assim, com base nas repetições e contradições do discurso, busquei identificar os valores e idéias que predominaram na constituição do pensamento de *A Tarde* no período em estudo e na representação de alguns sujeitos sociais como os índios, os negros, as mulheres e as elites.

No terceiro capítulo busquei retratar os projetos econômicos que o segmento político-social representado no discurso do jornal *A Tarde* julgava necessários e de possível viabilidade para superar o que reconhecia como um estado de “atraso” do Brasil e da Bahia, em particular. As propostas e soluções que o periódico apresentava, mais uma vez, decorriam dos interesses econômicos de um grupo restrito que, orientado pelas experiências dos países capitalistas, estabelecia parâmetros para o desenvolvimento econômico, cujos limites, porém, eram das suas próprias experiências.

Espero, por fim, que o resultado deste trabalho possa contribuir para renovar o interesse pelo estudo do fenômeno da ideologia tão intrincado e intrinsecamente ligado aos dizeres e saberes professados cotidianamente pelos diferentes atores sociais, os quais ao adquirirem legitimidade, investem-se de uma autoridade perversa servindo-se como fundamento aos projetos de dominação de uns grupos sociais sobre os outros.

CAPÍTULO I

A ATUAÇÃO DO JORNAL *A TARDE* NA POLÍTICA PARTIDÁRIA

O material que foi estudado acerca da atuação de *A Tarde* indica que, desde sua fundação, em 1912, o jornal teve grande influência na vida política da Bahia, destacando-se por acolher intelectuais e políticos como colaboradores, os quais participaram ativamente de debates políticos em diferentes conjunturas da história do país e do estado, exercendo sistemática e abertamente a militância partidária. No final da Primeira República, o domínio político do Partido Republicano Democrata (PRD), liderado por J. J. Seabra, declinara e consolidava-se o poder das facções que lhe fizeram oposição. Eram duas as principais facções: uma liderada pelos Calmon e a outra pelos Mangabeira. Embora não fossem inteiramente coesas, aliaram-se e, num negociado equilíbrio, assumiram a direção da política do estado em 1924. Em 1927, reafirmaram a aliança fundando o Partido Republicano da Bahia (PRB), que viria a atender às necessidades eleitorais de então. Nesta época, era em defesa dos interesses políticos e econômicos dos membros do PRB que se exercia a militância política de *A Tarde*.

Os partidos políticos da Primeira República se configuravam como agrupamentos em torno de determinadas personalidades; estas, definiam melhor suas diretrizes do que os inconsistentes programas, que nem sempre existiam. Em geral, eram organizados às vésperas das eleições, traduzindo as alianças políticas motivadas pela disputa do poder. Com a dissolução do Partido Republicano Democrata (PRD), em 1924, eclipsava-se a liderança de J. J. Seabra, à frente da política baiana desde 1912. Sua influência se fizera notar desde os primeiros anos do século XX, período em que arregimentava, sob seu carisma, muitos dos aspirantes ao exercício da política partidária, a exemplo de Otávio Mangabeira e Ernesto Simões Filho, que iniciaram suas carreiras políticas militando em favor daquele oligarca, identificados pela origem burguesa e urbana.

Mas as circunstâncias mudaram e, de correligionários, passaram a adversários políticos. Simões Filho desligou-se de Seabra em 1913, quando este expulsou o ex-governador Luís Vianna do Partido Republicano Conservador (PRC); Otávio Mangabeira se desligaria do velho oligarca em 1919, aliando-se aos oposicionistas.

O declínio da liderança de J. J. Seabra ocorreu simultaneamente à ascensão de uma nova liderança que reunia as mais destacadas facções políticas de então: a calmonista, ligada aos Calmon; a mangabeirista, ligada aos Mangabeira e alguns remanescentes do falido Partido Republicano Democrata (PRD), os chamados ex-seabristas. A aceitação e inclusão destes últimos no novo Partido Republicano da Bahia (PRB) seria motivo de discórdia entre calmonistas e mangabeiristas, facções que de fato detiveram o poder do estado, a partir de 1924.

Esta nova coalizão, que incluía os Calmon e os Mangabeira, além dos deserdados do Partido Republicano Democrata (PRD), constituiria um precário equilíbrio de poder, que supunha repetidas negociações, tal como aconteceu com a definição do candidato que substituiria Vital Soares no governo do estado em 1930.

Então, se tornou evidente um choque de interesses particulares, em que os membros da facção dominante divergiam aspirando ao mesmo cargo. Assim, pretendiam ser os escolhidos para representar a chapa do Partido Republicano da Bahia (PRB): Otávio Mangabeira, Simões Filho, Miguel Calmon, Pedro Lago. Todos desejavam a experiência de liderar a política do estado, desejo de poder que, disputado entre iguais, conduziu à negociação de interesses, cujo resultado consistiu na indicação da candidatura única de Pedro Lago, representando um acordo de interesses dos dirigentes políticos da Bahia, evitando-se uma fissura maior no interior do partido.

Objetivando a manutenção do domínio desta coligação, os líderes do partido retrocederam em suas aspirações, superando, momentaneamente, o conflito de interesses individuais em favor de um equilíbrio de forças no interior do partido. Desse modo, esta “oligarquia colegiada” criava condições para manter-se no poder, o qual todavia, não lhe pertenceria por muito tempo, pois a

chamada “Revolução de 1930”, num golpe violento, substituiu os políticos locais por interventores diretamente nomeados pelo executivo federal. Colocando-se em defesa dos interesses imediatos do grupo político que representava, diretamente afetado pelo “movimento revolucionário de 1930”, *A Tarde* atuou no sentido de construir uma representação negativa deste acontecimento.

I.1 O Fim da Primeira República na Bahia

Nos seis últimos anos da Primeira República, o poder político na Bahia era liderado por um grupo que, se não era perfeitamente homogêneo pela diversidade da origem sócio-econômica dos seus membros, se unificava através de uma relação de troca e de tolerância para com os interesses econômicos distintos, mas complementares, dos seus representantes. A ascensão de Francisco Marques de Góes Calmon ao governo do estado, em 1924, deu início a uma nova forma de organização partidária, a qual passou a contar com a liderança de duas facções igualmente fortes, divergentes em alguns aspectos, mas aliadas na direção da política baiana, que a partir deste mandato ficou dividida entre os Calmon e os Mangabeira, constituindo-se uma liderança que Eul-Sool Pang chama de “oligarquia colegiada”.¹

Góes Calmon, não tinha experiência política direta; era, entretanto, membro de uma família tradicional, cuja influência política remontava ao período monárquico. Não era, portanto, totalmente indiferente à política; tinha, ao contrário, grande proximidade com ela, através da convivência com os irmãos políticos Miguel Calmon du Pin e Almeida e Antônio Calmon que atuaram no decorrer da República Velha. Os Calmon eram descendentes de senhores-de-engenho de Santo Amaro e São Francisco do Conde, e o governo de Góes Calmon, banqueiro e homem de negócios, representava um largo espectro de

¹ PANG, Eul-Soo. Op. cit. p. 37 – 45. O autor faz uma categorização das oligarquias que se constituíram através da história política do Brasil, distinguindo 4 tipos: familiar, tribal, colegiada e personalista. Segundo ele, a “oligarquia colegiada” foi estruturada pelo clã agrário dos Calmon e pela família burguesa de políticos, os Mangabeira.

interesses econômicos que iam do açúcar aos bancos.² Foi lançado na política pelo governador José Joaquim Seabra, que exerceu uma expressiva liderança na Bahia durante a República Velha, mas ao findar o segundo mandato como governador do estado (1920-1924), buscava estratégias que permitissem a renovação do seu poder, ameaçado pela crescente força da oposição ao seu domínio político.³

Ao indicar Góes Calmon para sucedê-lo no governo da Bahia, Seabra esperava reverter a oposição em apoio, pois aglutinaria em torno de si as facções locais e poderia engendrar uma grande aliança, garantindo sua permanência na política. Além de neutralizar a oposição local, Seabra esperava atrair a simpatia e apoio do presidente da República, que mobilizaria forças em defesa do irmão do seu Ministro da Agricultura, o baiano Miguel Calmon. Este, por sua vez, apesar de ter assumido a liderança da oposição a Seabra, com a morte de Rui Barbosa, em março de 1923, não negaria apoio à candidatura do próprio irmão. Assim, indiretamente, Seabra poderia restabelecer sua liderança política, fortemente abalada pelas bem sucedidas articulações da oposição.

A oposição ao seabrismo vinha se desenvolvendo desde o primeiro mandato de Seabra, mas se tornara mais intensa a partir dos anos de 1920.⁴ Uma nova geração de políticos, doutores e bacharéis, alguns dos quais haviam se iniciado na vida pública através da filiação a Seabra, se uniu em torno de Rui Barbosa, formando uma agremiação oposicionista, a Concentração Republicana da Bahia - CRB - em 1923, para compor os quadros no Legislativo Estadual,

² PANG, Eul-Soo. Op. cit. p. 178

³ J. J. Seabra foi uma das principais figuras políticas da Bahia na Primeira República. Advogado diplomado pela Faculdade de Direito de Recife, depois de formado reingressaria nela na qualidade de professor. Foi deputado constituinte em 1891; deputado federal no governo de Prudente de Moraes (1894 – 1897); Ministro da Justiça no governo de Rodrigues Alves, (1902 – 1906); Ministro da Viação e Obras Públicas no governo de Hermes da Fonseca (1910 –1914), interrompeu este mandato para assumir em 1912, o governo da Bahia; de 1916 a 1920, exerceu o mandato de senador federal; de 1920 a 1924, foi novamente governador da Bahia; em 1934, foi eleito deputado para a Câmara Federal. Ver SILVA, Paulo Santos. *Âncoras de tradição*, p. 25-26.

⁴ A política baiana no decorrer da Primeira República se caracterizava por um acentuado personalismo, a formação dos partidos políticos decorria de agrupamentos em torno de personagens de prestígio social, cuja referência via de regra, substituía a sigla do partido que representava. Daí que a identidade partidária era dada pela referência ao líder do partido ou da facção dentro do partido, podendo-se portanto, falar de seabrismo ou seabristas para designar, respectivamente, a liderança e os seguidores do PRD, chefiado por J. J. Seabra; calmonismo ou calmonista para designar a liderança e seguidores dos Calmon e mangabeirismo e magabeiristas para designar a liderança e seguidores dos Mangabeira, facções que compunham o PRB, etc.. Sobre o assunto ver PINHEIRO, Israel de Oliveira. A política na Bahia : atraso e personalismos. In *Ideação*. Revista do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Filosofia da Universidade Estadual de Feira de Santana, v. 1, n. 4, Feira de Santana : UEFS, NEF, 1997-V, p. 49 – 75.

sendo o reconhecimento da Câmara oposicionista o primeiro passo na conquista do poder pela oposição.

Ressalte-se, porém, que oposição, no contexto da Primeira República, não implicava divergências ideológicas significativas, antes se reduzia a disputas circunstanciais pelo poder que, em geral, extrapolavam qualquer princípio de coerência. Segundo Consuelo N. Sampaio, a política de acomodação fez do contraditório uma constante em todo o processo político-partidário da Bahia. Em defesa de interesses individuais, os “mais inesperados e incoerentes arranjos políticos” eram feitos, revelando que a “ética política tem os seus próprios padrões de mensuração”.⁵

Nestes termos, entenda-se oposição como atitude circunstancial, sujeita a reversão conforme as conveniências do momento, como ocorreu no contexto histórico do pós-1930, quando as elites locais se rearticularam organizando o autonomismo baiano para fazer frente ao centralismo federal. A reivindicação do retorno da “Bahia à posse de si mesma”, reuniu, numa mesma coligação, J. J. Seabra e as facções do Partido Republicano da Bahia (PRB), que eram antigos adversários.⁶

A oposição, portanto, era constituída pelos políticos que não estavam no poder, na “situação”, e batalhavam por estar, sendo uma usual estratégia de confronto entre adversários políticos o debate de idéias e opiniões através da imprensa. O jornal *A Tarde*, a partir de 1913, época em que seu proprietário Ernesto Simões Filho se desligou do Partido Republicano Conservador (PRC), liderado por J. J. Seabra, do qual era 1º. Secretário da Comissão Executiva, passou a veicular sistematicamente críticas severas ao velho oligarca baiano.⁷

⁵ SAMPAIO, Consuelo N. Op. cit. p. 77

⁶ Sobre a organização do movimento autonomista baiano, sua composição e atuação no processo de redemocratização do país em 1945, ver SILVA, Paulo Santos. *Âncoras de tradição*, especialmente capítulos II e III. Ver também do mesmo autor, *A volta do jogo democrático. Bahia, 1945*. Salvador : Assembléia Legislativa, 1992, p. 86 – 92.

⁷ O Partido Republicano Conservador (PRC) foi fundado sob a chefia de Pinheiro Machado, que com um partido pretensamente nacional esperava ter o controle das políticas estaduais. O partido reunia os chefes políticos estaduais que apoiaram a campanha presidencial de Hermes da Fonseca (1910 – 1914), sua instalação na Bahia, sobrepôs-se ao Partido Democrata (PD), fundado por J. J. Seabra em março de 1910.: a Comissão Executiva do PRC na Bahia era a mesma do PD. Simões Filho, membro do Conselho Geral do PD, se incompatibilizou com a

Ernesto Simões Filho não tinha vínculos tradicionais com a política baiana, mas a prosperidade econômica do pai garantiu sua formação intelectual e importante legado econômico, que multiplicaria, constituindo sólida fortuna. Seu pai, Ernesto Simões da Silva Freitas, descendente de portugueses radicados no sertão, emigrou para o Recôncavo aos quatorze anos, fixando-se na então próspera Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, sob proteção de um tio comerciante com quem veio trabalhar. Especializou-se no ofício do tio e tornou-se próspero comerciante, condição que lhe conferiu prestígio e projeção social; ingressou na Guarda Nacional, com patente de Coronel, atuou no Partido Liberal e fundou a primeira Loja Maçônica no interior da Província. Já bem estruturado comerciante em Cachoeira, foi convidado por um parente de sua esposa a gerenciar em Salvador a Drogaria e Farmácia Galdino. Transferiu-se então com a família para a capital baiana para atender a este promissor convite, o que lhe valeria a herança de boa parte do patrimônio do tio-protetor da esposa, proprietário da farmácia que, ao morrer sem herdeiros diretos, legaria grande parte de sua fortuna à família de Ernesto Simões da Silva Freitas. Este patrimônio familiar teria constituído o capital inicial do bem sucedido empreendimento econômico de Ernesto Simões Filho: o jornal *A Tarde*.⁸

Ernesto Simões Filho tinha apenas 26 anos, quando fundou o *A Tarde*. Aos 22 já era diplomado em Direito, pela faculdade de Direito da Bahia. Ainda no curso de sua formação acadêmica, se vinculou a J. J. Seabra, ingressando juntamente com Otávio Mangabeira na redação do *Gazeta do Povo*, em que atuaria como defensor e adepto do seabrismo. Nesta época, o ingresso no jornalismo consistia em estratégia para se adquirir projeção social, iniciar-se na carreira política e ter acesso a empregos públicos.⁹ Simões Filho gozaria de todas estas prerrogativas advindas da militância no jornalismo político, além de ter assentado alicerces mais firmes à sua ambição juvenil de ter seu próprio jornal.

atitude de Seabra de excluir Luiz Vianna do partido e se desligou do grupo seabrista, assumindo paulatinamente a postura de oposição. Ver SAMPAIO, Consuelo N. Op. cit. p. 78 - 82.

⁸ Ver MORAES, Walfrido. *Simões Filho. O jornalista de combate e o tribuno das multidões*. Salvador : W. Moraes, 1997. Este trabalho biográfico tem um estilo apologético e aborda por uma perspectiva romântica o empreendimento jornalístico de Simões Filho, que a despeito de poder ser fruto de uma paixão é sem dúvida, um empreendimento ambicioso política e economicamente.

⁹ SILVA, Paulo Santos. *Âncoras de tradição*, p. 83 – 86.

Ainda no Ginásio da Bahia, onde fez o curso de Humanidades, Simões Filho ensaiou os primeiros passos em direção ao jornalismo, lançando, em 1900, *O Carrasco*, um pequeno jornal estudantil, que não passaria da 2ª edição. A segunda experiência, mais ousada, mas também efêmera, foi em 1904, com a edição da revista *O Papão*, de sua propriedade tendo como modelo *O Malho*, revista satírica carioca que circulava à época, cujo programa era “fazer rir”. Porém, não levaria avante este projeto e a partir da 7ª edição a revista já não lhe pertencia. Experiência mais consistente e fecunda teria mesmo no jornalismo político, através da militância a favor de J.J. Seabra no jornal *Gazeta do Povo*, do qual chegou a ser diretor e proprietário.¹⁰

Entretanto, os vínculos de Simões Filho com o seabrismo não se limitaram ao exercício do jornalismo, pois além de militar no *Gazeta do Povo* ele exerceu cargos públicos e projetou-se como político de prestígio sob os auspícios de J.J. Seabra. Na campanha presidencial de 1909, Seabra organizou a Junta Baiana Pró-Hermes-Wenceslau, centro político que marcaria sua incompatibilidade com as demais facções do primeiro Partido Republicano da Bahia (PRB), do qual fazia parte até então. Com esta iniciativa lançava as bases para a fundação de um novo partido, o seu Partido Democrata (PD), fundado em 15 de março de 1910.¹¹ Simões Filho participou desta campanha presidencial integrando a referida Junta sendo posteriormente, membro do Conselho Geral do Partido Democrata (PD), juntamente com Otávio Mangabeira e Antônio Moniz.

¹⁰Esta experiência de militância no seabrismo lhe valeria a inserção na política e os primeiros cargos públicos: em 1908, foi eleito deputado estadual; foi proprietário e diretor do *Gazeta do Povo* e, em 1911, foi nomeado por Seabra, então Ministro da Viação, administrador dos Correios da Bahia, cargo que exerceu até 1915, período em que já era hostil e censor do seabrismo. Ver MORAES, Walfrido. Op. cit. Ver também CALMON, Pedro. *A vida de Simões Filho*. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1986.

¹¹J. J. Seabra pertenceu ao primeiro Partido Republicano da Bahia (PRB), fundado em 1901 por Severino Vieira. Foi a primeira agremiação política da Bahia a ter relativa coesão. Porém, a partir de 1907, começaria sua progressiva desagregação devido à cisão entre os dois principais chefes, Severino Vieira e José Marcelino, então governador do estado. Na campanha para a sucessão estadual, sua influência seria suplantada pelo partido seabrista. Seabra, ao incompatibilizar-se com estes dois chefes do PRB, lançava o germe da sua autonomia política, organizando a Junta Baiana Pró-Hermes-Wenceslau, independentemente do PRB. Daí, se originaria o Partido Democrata (PD), fundado em março de 1910, sob a chefia de Seabra com os mesmos integrantes da Junta entre os quais Otávio Mangabeira, Antônio Moniz, Simões Filho e Luiz Vianna, único político da velha geração a compor com Seabra. O Partido Democrata (PD) se fundiu com o Partido Republicano Conservador (PRC), partido nacional, chefiado por Pinheiro Machado, do qual Seabra terminou sendo expulso, em 1913, quando rebatizou seu segmento político de Partido Republicano Democrata (PRD).

Mas, as relações dessa política de “acomodação” que caracterizava este período não eram perenes, ao contrário, vários conchavos eram feitos e desfeitos em virtude da ausência de homogeneidade de interesses – os grupos ou indivíduos faziam e desfaziam alianças conforme suas conveniências. Como um sujeito histórico dessa conjuntura política, Simões Filho ao desligar-se de J.J. Seabra passaria a usar seu jornal para dirigir toda a sorte de críticas ao seu antigo mentor político. Criticava-se desde a ética, em geral caracterizada como “politicagem vergonhosa”, ao desempenho administrativo, considerado desastroso.¹²

Ainda se podia ouvir ecos desta crítica em 1928, através de uma avaliação dos “contrastes” entre o governo de Góes Calmon e o período de governo seabrista, que *A Tarde* avaliava negativamente, considerando que este último teria tornado a Bahia “*um estado sem crédito*”, pois

quatriênios sucessivos de administrações desastradas haviam lhe granjeado o justo renome de devedora impenitente, afeita a pedinchar todos os dias a capitalistas e agiotas e se recusar ao pagamento das obrigações vencidas. (...) Era o diabo aquela época. Houve gente que morreu de fome. Pura verdade! Mestres escolas e magistrados encanecidos na profissão andavam excitando meios e modos para sustentar a família.¹³

A oposição a Seabra, tendo Simões Filho como um dos seus protagonistas, desde 1913, se fortaleceu, na campanha para a sucessão estadual em 1923, chegando a ensejar a organização de uma agremiação a Concentração Republicana da Bahia (CRB), fundada em 10 de janeiro de 1923, sob a presidência de Pedro Lago, no salão nobre do jornal *A Tarde*.¹⁴

¹² Sobre o rompimento de Simões Filho com J. J. Seabra e sua aproximação de Rui Barbosa, ver CALMON, Pedro. Op. cit. p. 73-77

¹³ *A Tarde*, 28 jan. 1928, p. 1.

¹⁴ Pedro Francisco do Lago, político ligado a Severino Vieira, teve atuação constante em todo o desenrolar da Primeira República. Foi deputado federal, senador federal e chegou a ser eleito e reconhecido governador, em 1930 mas não exerceria o mandato. Outros políticos de destaque, além dos já citados, Simões Filho e Pedro Lago, que compunham esta agremiação, eram os irmãos Otávio e João Mangabeira, Miguel Calmon, Aurelino Leal e Rui Barbosa, mentor da oposição. Simões Filho sempre teve presença atuante; não só participou da organização deste partido, como estava à frente na constituição da Junta Apuradora, que deu a primeira vitória à oposição, elegendo 42 deputados e 7 senadores para a legislatura estadual de 1923 que, pelos vínculos com o

Este vespertino, no período em estudo, quase diariamente fazia referência a Seabra como um “*antigo político*” que não se conformava com o fato de ter perdido o poder. Os laços de solidariedade que uniram seu proprietário ao velho oligarca se desfizeram já há algum tempo e resgatar a memória desse vínculo poderia diminuir-lhe o prestígio. Assim, caberia nessa circunstância enfatizar o isolamento em que se encontrava Seabra caracterizando-o como fruto da ação “cívica” dos adversários, dentre os quais, vale lembrar, incluía-se Simões Filho.

Dizia-se de forma indireta que Seabra já não tinha um canal expressão que desse guarita a suas idéias e propósitos - o que indicava sua falta de prestígio político -, por isso apegava-se a qualquer oportunidade de se fazer ouvir e quando encontrava um jornal que lhe demonstrava “*complacência*”, soltava o “*verbo contra os adversários – culpados do negro crime de o terem apeado, para todo o sempre, das posições oficiais no estado*”. Segundo *A Tarde*, Seabra, usualmente, dizia inverdades sem proveito algum:

dessa vez ainda, o tema foi injúrias, injúrias aos quatro ventos. Quando não, ataques diretos à verdade dos fatos e frases de armar efeito. Espremendo-se todo o palavrório, nada há que se aproveite.¹⁵

Aliás, para *A Tarde*, esta prática de usar artifícios de retórica para enganar o povo não era uma distinção particular de Seabra. Seus seguidores também, ao falarem à imprensa sobre os acontecimentos políticos, o que expunham ao público era “*sua coragem de pregar histórias da carochinha*”, como classificou uma entrevista dada à imprensa carioca, pelo fiel seguidor de Seabra, Antônio Moniz Sodré. Este, mesmo sendo “*incontestavelmente*” uma “*inteligência sólida*”, saía a escrever “*pilhérias*” para satisfazer a “*amigos extremados e sonhadores*”, agindo assim como se o “*povo desta terra não tivesse memória e não soubesse apreciar os fatos da maneira por que realmente acontecem*”.¹⁶

Portanto, a manifestação pública dos seabristas não passava de tentativa para “*embaçar*” a opinião pública dos baianos, sendo as críticas de Moniz Sodré à

presidente da República, tiveram seus mandatos reconhecidos. Ver SAMPAIO, Consuelo N. Op. cit. p.128 – 135.

¹⁵ *A Tarde*, 04 jun. 1929, Tópicos, p. 2.

política que depôs Seabra do poder avaliadas como expressão de despeito, “*lamúrias*”, por não estar entre os eleitos para a Assembléia Legislativa por dois períodos consecutivos.¹⁷

A vitória nas eleições do Legislativo estadual, era, sem dúvida, fator decisivo na correlação das forças políticas em disputa. As vantagens da Concentração Republicana da Bahia (CRB), nas negociações para a sucessão estadual de 1924, foram possíveis graças à composição do Legislativo estadual por uma bancada de deputados oposicionistas reconhecidos pela intervenção do executivo federal.¹⁸ Moniz Sodré, na citada entrevista, relembra esta circunstância histórica declarando que Artur Bernardes (1922 – 1926) reconhecia, então, que o maior erro de sua administração havia sido a intervenção na Bahia. *A Tarde* ironizava as declarações de Moniz Sodré, adversário político do grupo que representava, dizendo serem elas fruto de “*auras estranhas*”, que lhe permitiam uma “*sobrenatural e aguda visão*”, levando-o a “*profetizar e a revelar coisas não menos estranhas que ninguém previa, nem sabia*”. Lançava ao descrédito a oratória do adversário e retrucava com a seguinte exclamação provocativa:

o sr. Artur Bernardes considerando deslize palmar de seu patriótico governo o ter mantido no estado a forma republicana federativa, perturbada pela ação criminosa do sr. J. J. Seabra e da meia dúzia que a este quis acompanhar na traição a compromissos de honra, assumidos de público e raso!

Com este recurso de linguagem, indiretamente, *A Tarde* sugeria que Moniz Sodré delirava e mentia, tratava-se, declarava agora, expressamente, de manifestações psicóticas, que deveriam ser curadas por médicos, antes que se tornassem fenômenos de curiosidade geral.¹⁹ As ironias, os comentários ardilosos davam a tônica das polêmicas travadas pela imprensa da época.

Através dos jornais os diferentes grupos das elites dirigentes se

¹⁶ *A Tarde*, 21 fev. 1929, Tópicos, p. 2.

¹⁷ *A Tarde*, 22 fev. 1929, Tópicos, p. 2.

¹⁸ Sobre as relações entre a oposição baiana a Seabra e o presidente Artur Bernardes, ver SAMPAIO, Consuelo N. Op. cit. p. 130 – 135.

¹⁹ *A Tarde*, 22. fev. 1929, Tópicos, p. 2.

digladiavam, trocando insultos e ofensas mútuas. A ética política, pelo que se pode depreender da prática discursiva, era delimitada por valores patrimonialistas e pelo personalismo, as práticas políticas se definiam pela conduta pessoal do dirigente político e pelo seu caráter e moralidade, que eram expostos segundo a concepção de adversários.²⁰

Admitia-se a publicidade de apreciações grosseiras e de ofensivas abertamente dirigidas às pessoas dos adversários políticos que, em geral, eram submetidos a julgamentos morais mais do que cobrados por critérios de atuação e de gestão dos bens públicos e coletivos ou, dito de outro modo, o indivíduo se sobrepunha ao político, plasmando, neste, a sua marca. Neste sentido, fazer oposição era achincalhar publicamente o adversário político, em certos casos, de modo tão contundente e sistemático, que causa certo espanto o fato de poderem, depois do entrechoque, se suportarem e até se aliarem num mesmo grupo, o que acontecia com frequência no contexto da Primeira República. O jornal *A Tarde*, em linguagem desabrida, não poupava Seabra e os seabristas, chamados de mentirosos, interesseiros, incompetentes, ladrões, etc.

O reconhecimento do Legislativo oposicionista, em 1923, marcaria o início do fim da bem sucedida dominação política de Seabra. Diante desta circunstância, sua continuidade no jogo político dependeria de uma hábil ofensiva. Seabra encontrou a melhor solução propondo o nome de Góes Calmon como candidato à sucessão; assim, “colocara seus adversários frente a um impasse: repelir o nome de Góes Calmon seria, tanto por parte do Presidente, como dos **concentristas**, senão uma afronta, pelo menos uma desconsideração a Miguel Calmon (então Ministro da Agricultura); aceitá-lo seria reanimar o **seabrismo** que queriam destruído.”²¹ Embora este plano fosse bem arquitetado, não logrou o resultado esperado. De fato, Artur Bernardes deu pronto apoio a Góes Calmon, e, ainda que tardiamente, a oposição aderiu à sua candidatura. Mas Seabra não contornou o isolamento a que vinha sendo submetido e declinou seu

²⁰ Pela perspectiva da análise do discurso, a fala está indissociavelmente ligada às condições de comunicação, que por sua vez, estão sempre ligadas às estruturas sociais. Ver BAKHTIN, Mikhail. Op. cit. p. 14. Portanto, as práticas discursivas devem ser desvendadas para se chegar às práticas sociais. Ver também COSTA, Eleonora Z. Sobre o acontecimento discursivo. In SWAIN, Tânia Navarro (org.). *História no plural*. Brasília: Universidade de Brasília, 1994, p. 189 – 207.

²¹ SAMPAIO, Consuelo N. Op. cit. p. 134.

apoio a Góes Calmon apresentando, às vésperas das eleições, novo candidato ao governo do estado.²² Esta tentativa desesperada surtiu efeito contrário: as deserções do PRD, partido que comandava então, se multiplicaram e deste embate a oposição saiu ainda mais fortalecida.

A oposição terminou por conduzir a campanha pela candidatura Góes Calmon, e mesmo não sendo ligado à Concentração Republicano da Bahia (CRB), pela militância política, seu nome era plenamente aceitável, pois além de banqueiro e advogado, pertencia a uma família tradicional baiana, portanto, representava bem os interesses da elite econômico-financeira do estado. Ao findar a gestão Góes Calmon, esta elite que o apoiara encontrava-se contemplada, o que transparece pela avaliação positiva que, reiteradas vezes, *A Tarde* fez do seu governo, considerado de restauração da Bahia, de soerguimento econômico e moral da “decadência” a que fora submetida pelos governos anteriores, particularmente os sempre enfatizados doze anos precedentes do domínio seabrista.²³

Segundo *A Tarde*, ao assumir o governo em 1924, Góes Calmon se deparara com uma Bahia humilhada, decadente, “*afeita a processo políticos desgraçados*”, condição a que havia sido arrastada pelos “*doze anos de um regime de politicagem vergonhosa*”. Diante desse “*quadro desolador de decadência e misérias*”, a tarefa administrativa do seu mandato seria “*pesadíssima*”, fazendo-se necessário um “*pulso seguro, capaz de a desempenhar sem receios, nem transigências*”, evitando-se uma recaída “*nos mesmos erros, nas mesmas praxes condenáveis que tanto nos tinham aviltado*”. Na visão do jornal, ao findar o quadriênio de “*trabalho consagrado com entusiasmo ao ressurgimento da Bahia*”, a tarefa administrativa fora encarada de frente, levando a cabo um programa de “*reabilitação moral, econômica e financeira do estado*”:

*quatro anos de labor ininterruptos bastaram a que
enveredássemos firmes por melhores caminhos e logo*

²² O candidato apresentado pelo PRD foi o deputado federal Arlindo Leoni, em 29 de dezembro de 1923.

²³ O primeiro governo de Seabra, 1912 - 1916; o governo de Antônio Moniz, 1916 – 1920; quem governou de fato foi Seabra; e o segundo governo de direito e terceiro de fato de Seabra, 1920 – 1924.

*colhêssemos frutos magníficos. Relegados ao esquecimento os hábitos malsãos que ainda provocam saudades em certa gente despeitada, porque se viu tolhida de continuar a meter nas algibeiras grossas maquias das rendas do Tesouro.*²⁴

O governo de Góes Calmon havia feito, entretanto, mais uma vez, evidente que o jogo do poder entre as elites é regulado por uma sinuosa administração de interesses particulares que supõe sempre a existência de conflitos. Após a vitória, na composição dos quadros administrativos do governo, a facção oposicionista que deu sustentação à campanha se subdividiu em duas, uma ligada aos Calmon, a facção calmonista e outra ligada a Otávio Mangabeira, a facção mangabeirista. A distribuição de cargos feita por Góes Calmon contemplava os ex-seabristas que o ajudaram a eleger-se. Esta medida aliada à desconfiança de que os Calmon deteriam a hegemonia na liderança política desencadeou o conflito no interior da oposição. Este conflito chegou ao extremo na negociação para a sucessão estadual de 1930.

Vital Soares, que substituíra Góes Calmon, interrompera seu mandato com apenas dois anos de administração, abrindo um espaço de disputa do cargo para o qual fora eleito. Deixava o governo do estado, sob o comando do senador Frederico Costa, presidente do Senado estadual, para candidatar-se à vice-presidência da República. Apesar de ter iniciado sua vida pública como fervoroso ruísta, em 1908, quando foi eleito Conselheiro Municipal, só ganhou projeção política após a ascensão de Góes Calmon ao governo do Estado, em 1924. O jornal *A Tarde*, pela referência altamente elogiosa com que freqüentemente o apresentava ao público, desempenhou um papel ativo nesta projeção, impulsionada pela campanha para a sucessão estadual de 1928.

Para *A Tarde*, Góes Calmon, ao indicá-lo como sucessor do seu governo, fizera a escolha certa, não pela amizade que os unia desde a juventude ou por “negociatas onerosas”, mas sim para dar à Bahia a “continuidade da obra de regeneração moral e material do Estado”. Representava o governo de Góes Calmon como progressista, e, a constante indicação de que após seu mandato a

²⁴ *A Tarde*, 28 mar. 1928, p.2

Bahia passou a “marchar nos trilhos” ou “marchar no eixos”, evocava a idéia de uma ordem plenamente justa derivada do uso da razão. Aliás, esta idéia deu sustentação a outros argumentos, como será abordado no próximo capítulo.

Esta representação evocava também a imagem da grande locomotiva que seguiria veloz a rota do progresso, a precisão da técnica, originada de um saber de cunho mecânico, noções que norteavam o ideário liberal da imprensa da época.²⁵ Vital Soares encontraria, assim, “*o terreno desbravado*”, pois iria pisar em “*trilho de chão resistente*”, de modo que sua administração seria de “*grandes surtos materiais*” quando a “*continuidade de critérios reabilitadores e progressistas*” haveria de “*manter-se íntegra*”.²⁶

Depois de constituído o seu governo, *A Tarde* assegurava que Vital Soares não se “*desviou da boa rota. Segue-a firme, alargando-a indiferente à atoarda do despeito*” e apontava que seu objetivo era “*resolver os grandes problemas ligados ao progresso desta terra*”.²⁷ Explicava que a sua “*profícua administração*” devia-se às suas “*reconhecidas qualidades*”, ressaltando com freqüência o “*espírito liberal*”, a “*honestidade*”, a “*inteligência*”, a “*cultura*”, a “*serenidade*”, o “*trabalho metódico*”. Graças a estas qualidades, havia construído um “*ambiente honesto e laborioso*” na Bahia, oferecendo a “*prova de sua capacidade como homem de estado*”.²⁸ Acentuava que, de todas as qualidades, esta última era a mais importante, e justificava:

não só talento e a cultura possui o sr. Vital Soares. O talento não basta para fazer o político. É necessário que haja um homem por trás do Estado. (...) E ele o é. A sua honestidade posta a prova em vinte e tantos anos de vida pública, a sua independência de opiniões o seu caráter sem jaça, a sua tolerância extrema, tudo o que se deve exigir de um homem que pretende ser o *meneur* de um povo, se encontra no sr. Vital Soares.²⁹

²⁵ CAPELATO, Maria Helena. *Os arautos do liberalismo*, p. 140.

²⁶ GALLO, Wenceslau, O contraste confortador. *A Tarde*, 28 jan. 1928, p.1.

²⁷ *A Tarde*, 28 mar. 1929, p. 1

²⁸ *A Tarde*, 03 dez. 1928, Tópicos, p. 2.

²⁹ CARDOSO, Benedicto. O homem. *A Tarde*, 03 fev. 1928, p. 2.

Além da sistemática exaltação que *A Tarde* fazia deste governo, a atuação de Simões Filho foi decisiva na negociação, junto ao presidente da República, do nome de Vital Soares como vice da chapa Júlio Prestes. O sucesso desta negociação foi uma garantia de estreitamento dos laços de reciprocidade entre o deputado e o governador, que procuraria dar suporte à candidatura de Simões Filho, então líder da bancada federal do Partido Republicano da Bahia (PRB), na eleição do seu sucessor.

A divisão interna do partido, contudo, gerou um delicado embaraço para Vital Soares: teria que optar entre Simões Filho, cujo nome havia indicado como seu substituto, mas que fora rejeitado pelos calmonistas, e Miguel Calmon, lançado candidato pelos calmonistas, intimamente ligado a Góes Calmon, a quem devia lealdade. Embora coubesse a Vital Soares a incumbência de escolher o candidato oficial do partido, estava comprometido por laços de reciprocidade com ambas as facções, preferindo deixar que, por si, elas contornassem o impasse. A solução que encontraram foi a renúncia de Simões Filho e Miguel Calmon, que pretendiam apresentar-se como candidatos ao governo do estado, e a apresentação da candidatura de Pedro Lago.³⁰

Como se pode notar a partir do exemplo acima, esta disposição ao acordo ou à “acomodação” não era sinônimo de convergência absoluta de interesses entre as facções políticas dirigentes; antes indicava que as elites políticas e econômicas sempre colocaram, acima das divergências internas, que poderiam solapar seu domínio, o compromisso de manter entre si o poder político do estado. Sabiam que a depender das circunstâncias, o acirramento destas divergências poderia enfraquecê-las, ameaçando o poder já conquistado, por isso a todo tempo se impunham a necessidade de negociar interesses e estabelecer acordos.

Esta “fórmula” garantia a perpetuação do poder das oligarquias, afastando da ação política a participação popular e a exclusão da pauta dessas negociações de interesses das camadas menos favorecidas, mas não eliminava o conflito de interesses imediatos e circunstanciais no interior dos diferentes grupos

³⁰Ver SAMPAIO, Consuelo Novais. Op. cit.

dirigentes.³¹ Assim, Sem adversário, Pedro Lago foi eleito governador da Bahia, em 7 de setembro de 1930. Enquanto aguardava o “reconhecimento” da Assembléia Legislativa, o “movimento revolucionário” se expandia e ele jamais chegou a tomar posse do governo do estado.

A proximidade das eleições seja para cargos estaduais ou federais, era o que ensejava a movimentação político-partidária na Bahia e no Brasil durante a República Velha. Sobretudo visando ao sucesso na disputa dos cargos eletivos e administrativos, os políticos se articulavam em torno de nomes e se faziam vinculados a partidos criados nestas ocasiões. A campanha para a sucessão presidencial de 1929 foi particularmente interessante para a Bahia, pois a chapa oficial contava com o baiano Vital Soares, que concorreria ao cargo de vice-presidente da República.

A “política dos governadores”, posta em prática a partir do governo de Campos Sales (1898 – 1902), regulava as relações entre os estados e a União, garantindo a autonomia dos estados em troca do seu apoio ao presidente da República, que dependia desta sustentação para manter-se no poder. Embora este princípio valesse para todas as unidades da federação, o processo político nacional encontrava-se sob a hegemonia dos estados mais fortes: São Paulo e Minas Gerais.³² Portanto, a oportunidade favorecia a Bahia que, se não podia oferecer presidentes ao Brasil, gozava o prestígio nada desprezível de oferecer-lhe um vice-presidente.

A reciprocidade nesse jogo de interesses trazia uma regra básica: se o governo federal dependia do apoio dos estados para dar sustentação ao seu mandato, a interferência federal era garantia de vitória nas disputas locais. Neste sentido, o governo de Artur Bernardes (1922 – 1926) fora um fator determinante para frear o domínio seabrista na Bahia. Em 1923, o presidente garantiu o funcionamento do Legislativo oposicionista baiano, através de advertência do Ministro da Justiça ao governador J. J. Seabra, para que não impedisse o ingresso

³¹A reconstrução das relações e conflitos entre as elites é fundamental para a elucidação da história política do Brasil. Ver GOMES, Angela de Castro (org). *Regionalismo e centralização política..* Partidos e Constituinte nos anos 30. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

³² SOUZA, Maria do Carmo Campello de. “O processo político-partidário na Primeira República”. In MOTA, Carlos Guilherme. *Brasil em perspectiva*, 16 ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987, p. 185-189.

dos deputados oposicionistas no prédio da Câmara, coagindo o governador a aceitar como legítima a oposição ao seu governo. Além disso, neste mesmo ano, reconheceu Pedro Lago senador, contrariando mais uma vez os interesses de Seabra; e, por fim, selando o colapso da liderança seabrista, garantiu a posse de Góes Calmon como governador em 1924. Desse modo, a candidatura de Vital Soares para a vice-presidência abria perspectivas promissoras para os segmentos da elite baiana que o apoiavam, os quais, diante do apoio declarado do presidente Washington Luiz, tinham, antecipadamente, certeza da vitória.³³

Ao fim da Primeira República na Bahia, consubstanciava-se o predomínio do Partido Republicano da Bahia (PRB), fundado em janeiro de 1927, que congregava as três facções políticas mais importantes da época: calmonistas, mangabiristas e ex-seabristas³⁴. A vitória deste partido nas eleições estaduais e federais, tendo à frente políticos como Otávio Mangabeira, Miguel Calmon, Simões Filho, Pedro Lago, Vital Soares, significava o expurgo, na política local, da influência de J.J. Seabra, que havia estabelecido, na Bahia, “um domínio oligárquico como até então (1912) ela não conhecera”.³⁵

Mas o “movimento revolucionário de 1930” barraria esta ascensão, deslocando o Partido Republicano da Bahia (PRB) do poder. Devido a este movimento, seus principais líderes seriam exilados. O sentido que se daria à chamada “Revolução de 1930” decorria das experiências vividas pelos diferentes segmentos. *A Tarde*, que nesta circunstância era porta-voz dos que foram destituídos do poder, buscou mostrar como a nova organização política era ilegítima e abusiva.

³³ SAMPAIO, Consuelo N. Op. cit. p.130 – 141.

³⁴ A direção do partido cabia à sua Comissão Executiva, composta pelos senadores Miguel Calmon du Pin e Almeida e Pedro Francisco Rodrigues do Lago; pelo Ministro das Relações Exteriores, Otávio Mangabeira; pelos deputados federais Antônio Pereira da Silva Moacir, Ernesto Simões Filho e Francisco Rocha; pelo presidente do Senado Estadual, coronel Frederico Augusto Rodrigues da Costa; pelo presidente da Câmara Estadual e, por fim, pelo governador do estado, Vital Soares.

³⁵ Ver SAMPAIO, Consuelo N. Op. cit. p. 76.

I.2 O Significado da “Revolução de 1930”

O “movimento revolucionário de 1930” uniu, sob a bandeira da Aliança Liberal, forças políticas distintas: o tenentismo, as oligarquias agrárias não cafeeiras, setores urbanos e classes médias. Contudo, tomado o poder e instalado o Governo Provisório, esta composição de forças começou a diluir-se, dando lugar a um processo de disputa pela direção política do país, quer em nível federal, quer em nível estadual.³⁶

O período pós-revolucionário, pois, caracteriza-se pelo confronto político no campo das elites. Enquanto os tenentes cumprem um importante papel na realização do projeto de centralização política, os setores oligárquicos defendem o federalismo. Assim, se, por um lado, o tenentismo realiza uma verdadeira ofensiva política, por outro, as oligarquias, afastadas do poder, reagem e se rearticulam, preparando o terreno para a organização do movimento constitucionalista que culmina com a revolta paulista de 32.

O confronto entre as elites tornou-se mais agudo evidenciando a instabilidade política que caracteriza os primeiros anos da década de 30 que, no dizer de Capelato, “são marcados pelas indefinições políticas e ideológicas”.³⁷ A grande instabilidade política deste período abre espaço para a explicitação das divergências de opiniões e escolhas políticas de indivíduos ou de grupos, registradas em variadas fontes, sendo particularmente freqüente sua veiculação pela imprensa.

A pluralidade de propostas explicitadas neste momento indica diversas possibilidades de reorientação política para o Brasil e, ainda que, na maioria das vezes, estas propostas não integrem projetos articulados, elas expressam a dinâmica de um contexto onde diferentes segmentos das elites não só disputam a condução do poder político, como pensam uma “nova” representação do poder e

³⁶ Ver GOMES, Angela de Castro (org.). *Regionalismo e Centralização Política*, p. 23 a 39.

³⁷ CAPELATO, Maria Helena. Estado Novo: novas histórias. In FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, p. 188.

propõem, segundo interesses específicos, a “melhor” solução político-administrativa para o país.

Este debate, que envolve posicionamentos políticos distintos, se estrutura, como observa Vavy Pacheco Borges, em torno de alguns conceitos, tais como oligarquia, burguesia, Primeira República, Segunda República, Movimento de Outubro, Revolução de Outubro, Revolução de 30, Revolução Constitucionalista, Contra-Revolução, sendo especialmente relevante em todas discussões o conceito de revolução.

Segundo esta autora, “em todas as falas, seja no debate mais amplo que agitava o meio político nacional, seja nas disputas políticas menores do dia-a-dia, o conceito de ‘revolução’ colocava-se claramente como central para todas as vozes envolvidas; isso se percebe nos variados registros (na imprensa, em anais, como em ensaios, memórias e até na literatura)”.³⁸ Sendo elemento central nas discussões políticas dos anos 30, o conceito de “revolução” não designa, porém, um acontecimento definido consensualmente. Ao contrário, o seu significado variou de acordo com os interesses políticos dos interlocutores, revelando o conflito entre as elites bem como suas estratégias de articulação num contexto de ruptura político-institucional.

Ainda segundo Vavy Pacheco, pode-se depreender dois conteúdos básicos do termo nestas interpretações. Por um lado, definia-se a revolução como um movimento eminentemente político, apesar de ter precisado da atuação militar para estabelecer-se. Este movimento terminou ou deveria terminar com a substituição dos homens no poder. A revolução deveria restabelecer a ordem no país, pela imediata reconstitucionalização.

No contexto baiano, o jornal *A Tarde* refletia, através de sua opinião sobre a revolução, esta interpretação. Na avaliação de seus articulistas, como ilustra um artigo de Wenceslau Gallo, publicado em janeiro de 31, a revolução prometera com muita eloquência salvar o país, mas limitara-se a substituir “*por aparelhos novos*” as “*peças*” da “*máquina federativa*”, favorecendo com “*sinecuras*” seus

³⁸BORGES, Vavy P. Anos trinta e política: história e historiografia. In FREITAS, Marcos Cezar de (org.). Op. cit. p. 161.

correligionários. feito o “concerto”, reclamava o autor, “logo volte o regime legal, que a todos garante, a todos premiando e punindo”.³⁹

Por outro lado, a revolução era compreendida como um movimento mais amplo de transformações sociais, que se propunha a modificar a estrutura político-social do país e, como tal, era um processo que deveria continuar além de outubro, para consolidar-se. Neste sentido, a revolução propiciaria uma mudança da mentalidade política do país, e a convocação imediata de uma Constituinte poderia desvirtuar este propósito. Defendiam esta concepção os tenentes e adesistas revolucionários para os quais fazia-se necessária a vigência temporária do regime de exceção.⁴⁰

Também no âmbito da historiografia, as interpretações sobre o período que se inicia com a “Revolução de 30” são muito divergentes. Pode-se destacar pelo menos quatro tendências explicativas das mudanças de natureza político-econômico-social ocorridas ao longo do governo Vargas.⁴¹

A primeira tendência decorre da interpretação feita por Francisco Weffort e Boris Fausto, que explicam a “Revolução de 30” como um movimento que resultou da união de diferentes grupos sociais, dos quais nenhum “pôde oferecer ao estado as bases de sua legitimidade”. Daí instalar-se nos anos posteriores a 1930 o “estado de compromisso”, representando o acordo entre as várias “frações da burguesia”, do qual as classes médias são favorecidas, mas se mantêm em posição subordinada, enquanto as classes operárias ficam à margem.

Segundo Boris Fausto, “o estado de compromisso, expressão do reajuste nas relações internas das classes dominantes corresponde, por outro lado, a uma nova *forma de Estado*, que se caracteriza pela maior centralização, o intervencionismo ampliado e não restrito apenas à área do café, o estabelecimento de uma certa racionalização no uso de algumas fontes fundamentais de riqueza

³⁹ *A Tarde*, 09 jan. 31, p. 3

⁴⁰ BORGES, Vavy P. Op. cit. p. 161.

⁴¹ MARTINS, Silvia Zanirato. *Os artífices do ócio*. Mendigos e vadios em São Paulo (1933 - 1942). Londrina: UEL, 1997.

pelo capitalismo internacional”.⁴² Afirma ainda o autor que as conexões entre a “Revolução de 30” e os processos de industrialização se estabelecem ao longo do período pós-revolucionário, sendo a forma que o Estado assume condição básica para a expansão da indústria nacional.⁴³

Uma segunda tendência interpretativa é representada pelos trabalhos de Edgar de Decca e Carlos Vesentini, que fazem uma avaliação da historiografia sobre a “revolução de 30”, produzida até a década de 70, caracterizando-a como uma construção ideológica que suprimiu da história deste acontecimento a luta de classes e a atuação da classe operária. Edgar de Decca, em seu livro *1930 - O silêncio dos vencidos*, submete a uma “desmontagem” esta “construção ideológica”, buscando evidenciar que a luta de classes é a dinâmica própria pela qual se podem explicar os acontecimentos históricos.

O autor aponta o movimento operário do final dos anos 20 como o verdadeiro marco das transformações que se convencionou atribuir à “revolução de 30” que, aliás, existe apenas como um discurso que anula a memória do operariado e sua proposta de revolução social. Este discurso elevou à condição de “memória histórica” a “memória do vencedor”, generalizando o passado para toda a sociedade brasileira.⁴⁴

Em terceiro lugar destaca-se a interpretação representada por autores como Alcir Lenharo e Eliana Dutra. Para estes autores, o período que se inicia com a “revolução de 30” se caracteriza pela realização de um projeto de estado totalitário, cuja atuação perpassa o tecido social. Esta tendência enfatiza o poder coercitivo do estado ante uma sociedade massificada e imóvel.

A quarta tendência se contrapõe a esta última, pois, embora reconheça que o período é marcado pelo acentuado autoritarismo político, não identifica a existência de um governo totalitário no Brasil. Argumenta-se que o conceito de “massas”, fundamental na definição do totalitarismo, supõe a existência de indivíduos “completamente desprovidos de laços” e incapazes de integrarem-se

⁴²FAUSTO, Boris. A “Revolução de 1930”. *Historiografia e História*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 104 - 111.

⁴³FAUSTO, Boris, Op. cit. p. 111.

⁴⁴DECCA, Edgar de. *1930 O silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

em qualquer nível da organização social, o que não se aplica aos brasileiros da época. A despeito do exacerbado autoritarismo do período, as resistências miúdas, descontínuas, ambíguas, estiveram sempre presentes no decorrer do regime varguista.⁴⁵

Outro aspecto que caracteriza a historiografia mais recente é o rompimento com a visão tradicional que caracteriza o período como um bloco único, conhecido como a “era Vargas”. A distinção das conjunturas do período de 15 anos de governo Vargas abre novas possibilidades de interpretação. É partindo desta perspectiva que as pesquisas sobre o período vêm sendo elaboradas⁴⁶. Seja ressaltando a necessidade de se abordar o “exercício da diferença no âmbito social”⁴⁷, seja adotando uma concepção da “história como um campo de possibilidades”⁴⁸, a recente historiografia estabelece a não homogeneidade do longo período de 15 anos de governo centrado na figura de Vargas, apresentando-o como constituído por diferentes conjunturas marcadas por rupturas e continuidades.

As numerosas possibilidades de abordagem que se abrem para os historiadores apontam a diversidade existente, não somente no universo das classes populares mas também entre as elites. Assim, os primeiros anos da década de 30 adquirem nova importância e interesse para os historiadores, por serem anos de acentuada instabilidade política, evidenciada pela presença de conflitos e divergências entre as elites das diferentes regiões. Sendo bem mais do que o prenúncio do Estado Novo, os anos 30 contextualizam o importante debate pela constitucionalização do país.⁴⁹

Antes, porém, de se iniciar este debate, as elites dos diferentes estados da federação defrontaram-se com a questão da constituição do poder.⁵⁰ A mobilização das elites neste momento de redefinição política fez-se segundo a

⁴⁵ MARTINS, Silvia Zanirato. Op. cit. p.41.

⁴⁶ CAPELATO, Maria Helena. Estado Novo: novas histórias . In FREITAS, Marcos Cezar de (org.). Op. cit. p. 187.

⁴⁷ MARTINS, Silvia Zanirato. Op. cit. p. 41.

⁴⁸ BORGES, Vavy P. Anos trinta: história e historiografia. In FREITAS, Marcos Cezar de (org.). Op. cit. p. 170.

⁴⁹ GOMES, Ângela de Castro Gomes (org.). *Regionalismo e Centralismo Político*, p. 26.

⁵⁰ SAMPAIO, Consuelo Novais. *Poder e Representação. O Legislativo da Bahia na Segunda República 1930-1937*. Salvador: Assembléia Legislativa, 1992.

dinâmica própria de cada contexto regional. Em São Paulo, por exemplo, evidenciou-se a polarização de forças e a radicalização do confronto entre o movimento tenentista e a velha oligarquia do estado.⁵¹ Por outro lado, nos estados do Nordeste, as elites criaram o Bloco do Norte, numa composição com os tenentes, objetivando obter maior espaço político em nível do governo federal.⁵²

Segundo Dulce Chaves Pandolfi, o Norte, como eram designadas as regiões Norte e Nordeste na época, tornou-se um reduto tenentista que fortaleceu o Governo Provisório, sendo esta a única região do país onde houve mobilizações populares em apoio a Vargas e de protesto ao movimento constitucionalista.⁵³

Esta manifestação de apoio a Vargas mostrava que o seu objetivo, ao criar a Delegacia do Norte, havia sido alcançado com grande sucesso: os estados nortistas, em sua maioria, alinharam-se com os propósitos revolucionários.⁵⁴ Na campanha pela constitucionalização, por exemplo, muitos se opuseram à convocação de uma Assembléia Constituinte, defendendo a ditadura como “um estágio necessário pelo qual deveria passar a sociedade brasileira”, para efetivarem-se as reformas alardeadas pela Aliança Liberal.⁵⁵

Todavia, esta política, por assim dizer, revolucionária, não logrou integrar todas as facções das elites nortistas nem foi assimilada de imediato em todos os estados. Na Bahia, por exemplo, a recomposição do poder no período pós-30 não foi tarefa fácil. Foi, dos estados nortistas, o único que esboçou uma tentativa de reagir ao avanço das forças aliancistas, através da mobilização dos “batalhões patrióticos”, forças coronelistas que desarticularam os movimentos tenentistas anteriores. Foi também um dos poucos estados nortistas onde a Delegacia do Norte teve grande “dificuldade de conciliar a interventoria com as forças sociais

⁵¹GOMES, Ângela de Castro Gomes (org.) *Regionalismo e Centralização Política*, p. 27.

⁵²PANDOLFI, Dulce Chaves. A trajetória do Norte: uma tentativa de ascenso político. In GOMES, Ângela de C. (org.). *Regionalismo e Centralização Política*, p. 340 a 425.

⁵³ Idem, *ibidem*.

⁵⁴ A Delegacia do Norte, instrumento político criado por Vargas com o objetivo de alinhar os estados nortistas à revolução, é diferente do já referido Bloco do Norte, composição articulada pelas próprias elites nortistas com o objetivo de defender os interesses da região frente ao poder central.

⁵⁵ PANDOLFI, Dulce Chaves. O p. cit

locais”.⁵⁶ Efetivamente, a instabilidade e alta rotatividade dos interventores na Bahia foi uma constante no imediato pós-30.⁵⁷

Segundo Consuelo Novais Sampaio, a “revolução não encontrou guarida em terras baianas”, devido ao conservadorismo das suas elites dirigentes.⁵⁸ De fato, o movimento revolucionário provocou um deslocamento da “oligarquia colegiada” dos postos de comando que vinham ocupando desde o mandato de Góes Calmon (1924 – 1928). As elites ligadas ao PRB buscavam consolidarem-se e perpetuarem-se no poder, ainda que, como vimos a respeito da sucessão governamental de 1930, a disputa de cargos estabelecesse, invariavelmente, no interior dos grupos dirigentes, o conflito que, em geral, se dissolvia através de acordos que contemplassem os diferentes interesses litigantes⁵⁹. Assim, “atropelando” a dinâmica própria das elites locais no poder, a Revolução não poderia encontrar adeptos entre elas.

Desde o início da campanha presidencial, o jornal *A Tarde*, representando a facção que na Bahia articulou a chapa Júlio Prestes - Vital Soares, já julgava inútil a candidatura da Aliança Liberal, considerada idealista, uma obra de ficção fadada à morte, que se tornaria passado depois das eleições, enquanto estimava como improvável a cogitação de uma reação dos líderes da Aliança Liberal ante sua futura derrota, tida como certa:

a vinda do sr. Getúlio Vargas ao Rio de Janeiro apressou a agonia, em que a Aliança Liberal estava a debater-se, e lhe marcou as horas de vida. Aliás, nos meios melhor informados, se julga que a Aliança Liberal tem apenas dois meses mais de existência, platônica, literária, tribunícia e, para gáudio de uma imprensa faminta, financeira também. No dia 2 de março de 1930 a referida aventura política passará ao rol das coisas passadas, aos cabides d’algibebe da história dos partidos de nosso país,

⁵⁶ Idem, *ibidem*, p. 352.

⁵⁷ Idem, *ibidem*, p. 350.

⁵⁸ SAMPAIO, Consuelo Novais. *Os partidos políticos da Bahia na Primeira República*.

⁵⁹ A expressão “política de acomodação” foi proposta por Consuelo Novais Sampaio para caracterizar a prática política das elites baianas. Como esclarece a autora, longe de indicar uma atitude de quietismo, o termo acomodação indica a atitude itinerante das diferentes facções políticas as quais compõem-se, decompõem-se e recompõem-se segundo as necessidades circunstanciais.

onde a reação é um capote usado e o liberalismo atual, uma capa rota – a capa espanhola dos gascões do parlamento.⁶⁰

Apesar da fraca repercussão em terras baianas, a campanha da Aliança Liberal não foi de todo nula na Bahia. Contou com a receptividade do então desprestigiado J.J. Seabra. Embora residindo no Rio de Janeiro, Seabra liderava, à distância, um reduzido número de adeptos a favor da Aliança Liberal. Seguindo a velha lógica da prática política de toda a Primeira República, a adesão de Seabra deveu-se mais à vontade de retornar a dianteira nos rumos da política baiana do que a qualquer outra convicção ideológica.⁶¹ Assim, ainda que a partir de uma “vacilante” adesão, a campanha da Aliança Liberal repercutiu no contexto baiano.

A Tarde, como se quisesse dizer que havia outras razões que justificassem as adesões políticas, além dos interesses e ambições pessoais, acusava os adversários da chapa oficial de se valerem destes artifícios para justificar suas escolhas partidárias:

o sr. Getúlio Vargas, dando com admiração e franqueza, a prova da inutilidade de sua candidatura, trouxe o argumento irrespondível de que a Aliança Liberal não se originou na aspiração de introduzir novos métodos de governo e solucionar problemas esquecidos, mas foi, apenas, uma tempestade barulhenta, surgida em modesto copo d'água, onde se juntaram em reação efêmera, os ingredientes vulgares dos descontentamentos pessoais e das ambições insatisfeitas.⁶²

Além disso, a adesão à Aliança Liberal por parte das diferentes facções era classificada, pelo vespertino baiano, como demonstração de insignificância política:

querem, assim, os seabristas, ou liberalistas, ou getulistas, ou bernardistas, ou com que nome adapte no tablado a oposição. Desnecessária grande argueia para se

⁶⁰ *A Tarde*, 09 jan. 1930, p. 1.

⁶¹ Ver SILVA, Paulo Santos. *Âncoras de tradição*. p.26-32

⁶² *A Tarde*, 06 jan. 1930, p. 3,

compreender o desígnio oculto de sua estrambótica teoria. Ela, a dissidência, que fez do insulto e da calúnia, arma habitual, sabe como ninguém, a derrota em que irá cair. Sente, desde agora, arrepios de medo, vendo diante dos olhos as urnas, donde há de surgir, mais uma vez, o atestado de seu desvalor.⁶³

Apesar de desqualificar os correligionários de Getúlio Vargas, considerados “intolerantes”, “desesperados”, *A Tarde*, numa atitude um tanto ambígua, apresentava o candidato da Aliança Liberal com traços que o distinguiram em relação aos seus adeptos:

o tom moderado que o sr. Getúlio Vargas procurou imprimir aos discursos que proferiu, durante a sua excursão ao Rio e a São Paulo, enraiveceu certas figuras de proa da Aliança Liberal. Queriam elas que o orador candidato esbravejasse e agredisse aos adversários, talqualmente vem fazendo vários dos seus adeptos. Mergulhados numa exaltação insensata, que lhes pinta o desespero da alma, condenam, sem apelação, aos correligionários que se mostrarem tolerantes e superiores na propaganda das idéias.⁶⁴

Embora os rumores sobre um golpe político engendrado a partir do Rio Grande Sul, já se fizessem ouvir, *A Tarde*, posicionando-se através de perguntas, se negava a admitir esta possibilidade:

ora, como haverá quem acredite na possibilidade de surgir no Rio Grande do Sul um movimento armado contra as instituições? Existirá alguém, de boa fé e sensato, capaz de crer que, depois das palavras do honrado antecessor do sr. Getúlio Vargas, à imprensa, declarando que o seu Estado não sairá dos limites da ordem, devendo entender-se como produto de exaltações lamentáveis as ameaças em contrário, depois destas palavras, vá o situacionismo gaúcho rebelar-se

⁶³ *A Tarde*, 03 fev. 1930, Tópicos, p.2.

⁶⁴ *A Tarde*, 08 jan. 1930, Tópicos, p.2.

de arma nas mãos, porque a nação recuse apoio eleitoral à Aliança?⁶⁵

Mas não bastava desacreditar a possibilidade do golpe, se fazia também necessário definir o campo de batalha. A proximidade das eleições presidenciais suscitava as polêmicas na imprensa que apresentava justificativas pelas opções que fazia. *A Tarde*, intransigente defensora da “ordem”, estabelecida, no seu entender, através de critérios racionais, caracterizava as forças em litígio. Apresentava o perfil das duas principais agremiações partidárias e buscando respaldo nos princípios da ideologia liberal burguesa, apontava qual delas estava do lado da ordem advinda do uso da razão, que patrocinaria o equilíbrio social:

de um lado o liberalismo de nova escola, ameaçador, rubro e sanguinário, que é a mais viva negação da liberdade como todas as idéias exclusivistas. Do outro, as forças conservadoras, o Brasil avesso às agitações e à desordem, que não se deixa dominar pelos instintos e pelos sentimentos e que procura o equilíbrio das forças sociais e políticas, fazendo uso do raciocínio e da razão para manter coeso, unido, pacífico e construtor um país fatigado de lutas violentas.⁶⁶

A campanha para a sucessão presidencial seguiu a tônica de desqualificar o adversário. Embora fosse defensora do liberalismo, *A Tarde* acentuava a existência de diferentes vertentes desta ideologia política. O liberalismo que a Aliança Liberal queria instituir no Brasil era, no seu entender, fruto de um “*programa anarquista*” que visava atingir a segurança das instituições republicanas. Segundo o prognóstico que fazia do desenrolar da campanha, a Aliança Liberal queria “*converter o Brasil*” num “*cenário de cabilda africana, em que as tribos se suprimem ferozmente*” e conclamava a todos para protestar em nome da civilização.⁶⁷

Segundo *A Tarde*, o liberalismo da Aliança Liberal se caracterizava por ser “apostolante”, que prometia regenerar os costumes republicanos, mas se destacava

⁶⁵ *A Tarde*, 10 jan. 1930, Tópicos, p. 2.

⁶⁶ *A Tarde*, 06 fev. 1930, p1.

⁶⁷ *A Tarde*, 08 fev. 1930, p. 1.

na campanha pelo uso da violência, para garantir as ambições pessoais dos seus chefes:

umentam dia a dia os crimes do liberalismo que o sr. Antonio Carlos e Getúlio Vargas pregam como a última panacéia capaz de regenerar os nossos costumes republicanos. Em Minas, no Rio Grande do Sul, no Rio Grande do Norte, na Paraíba, no Espírito Santo, caem, debaixo de balas ou de punhais, homens, mulheres e crianças, imolados aos pendores sanguinários dos propagandistas das conveniências pessoais daqueles dois ilustres chefes de Estado.⁶⁸

Após as eleições, esperava-se como certa a vitória da chapa oficial, mas especulava-se acerca da reação que os integrantes da Aliança Liberal teriam ante o resultado. Ao mesmo tempo já se acenava para a articulação de um grande acordo entabulado “*pelos altos círculos da política nacional*”. Assim, o jornal dava testemunho da vigente “política de acomodação”:

prosseguem com grande atividade os trabalhos secretos nos círculos ligados aos governos de Minas e Rio Grande do Sul, no sentido de resolverem a situação criada pelo resultado até agora conhecido do pleito presidencial do qual se infere a indiscutível vitória dos srs. Júlio Prestes e Vital Soares... Tudo indica que está se fazendo um grande movimento nos altos círculos da política nacional para se conseguir uma conciliação geral.⁶⁹

Esta “conciliação geral” via-se, todavia, ameaçada por uma “revolução anunciada”, que partiria de Minas, quando houvesse a substituição de governadores, mas *A Tarde*, “confiando” no caráter de estadista de Antônio Carlos, que deixava o governo, ponderava:

a intentona estava marcada para a noite de 6 de setembro – diz-se por aí. A última esperança dos agitadores era uma atitude resoluta do sr. Antonio Carlos no momento

⁶⁸ *A Tarde*, 18 fev. 1930, Tópicos, p. 2.

⁶⁹ *A Tarde*, 14 mar. 1930, p.1.

de deixar o governo... Só quem não conhecer o estadista mineiro o julgará capaz de um ato de desespero semelhante a um ato de loucura... O sr. Antonio Carlos, na ocasião definida, quando todos os olhares dos seus ardorosos correligionários o devoravam numa ansiedade, encolheu os ombros, sorriu palidamente, adiantou-se, disse palavras comuns e passou o governo ao sr. Olegário Maciel. Assim se dissolveu a revolução anunciada. Os atores, silenciosamente, acolheram-se à proteção dos bastidores. E diz-se à boca pequena, que quem quiser assistir à outra espere mais quatro anos. O sr. Antonio Carlos é que não faz nenhuma.⁷⁰

Mesmo com a proximidade do movimento revolucionário, o comportamento do jornal não se modificou. Continuava adotando a postura de “tranqüilizar” a população baiana. No dia 1^o de outubro, “esclarecia” que a cidade andava “cheia de boatos”, os quais diziam estar acontecendo “*anormalidades em Minas e no Rio Grande do Sul*”, mas garantia que no Rio Grande o telégrafo havia funcionado até a última hora da *Tarde* anterior e não registrara novidades.⁷¹

Enquanto o Presidente Washington Luís tentava conter o avanço do movimento revolucionário, financiando a organização dos exércitos de homens recrutados pelos coronéis baianos, os chamados “batalhões patrióticos”, *A Tarde* divulgava notícias que negavam este avanço. Na maioria dos estados do norte as forças legalistas já haviam sucumbido às forças revolucionárias. A Bahia e o Maranhão eram os únicos estados da região a resistir ao domínio dos revolucionários.⁷² Defensora da “ordem” e da “legalidade”, *A Tarde* garantia:

não se modificou até agora a situação da capital da República que se mantém em calma. A ordem não sofreu aqui a mais leve alteração. Prossegue com certa regularidade as operações das forças legais, praticando-se, com segurança e decisão o desenvolvimento do plano

⁷⁰ *A Tarde*, 24 set. 1930, p.1.

⁷¹ *A Tarde*, 01 out. 1930, p. 1.

⁷² Sobre o avanço do movimento revolucionário na Bahia, ver PANG, Eul-Soo. Op. cit. pp. 201 e segs.

estabelecido. Na frente de Minas é geral o avanço das tropas da união.⁷³

A Tarde recomendava à população para manter-se calma e tranqüila, pois afirmava que as notícias que se espalhavam sobre o sucesso do movimento revolucionário eram inverossímeis. Ainda que o Exército estivesse se rendendo ante as forças revolucionárias em todo o país, *A Tarde* fantasiava, dizendo o contrário:

a cidade está cheia de boatos! Boatos! Boatos! Fulano chega ao ouvido de sicrano e conta isso, aquilo e aquilooutro. Coisas horríveis!... Enfim, uma tecitura de mentiras. Cada qual menos verossímil, mas a que almas ingênuas dão credito. A população deve precaver-se contra os veiculadores de patranhas nascidas sempre da fantasia. Deve pôr de quarentena toda sorte de informações de que pessoas estranhas aos acontecimentos sustentam ser sabedoras. Mesmo porque, nada há de intranqüilizador. Nada! Antes pelo contrário!⁷⁴”

Três dias antes da deposição de Washington Luís, *A Tarde* ainda não se rendera aos fatos e reafirmava o desejo da elite baiana de que a “ordem” se mantivesse inalterada. Continuava a recomendar calma e até anunciava um recuo dos “rebeldes”:

reina perfeita ordem na capital da República, sendo a situação de absoluta calma. Nada ocorreu digno de nota nos diferentes setores, onde se desenvolvem operações militares. Declina, sensivelmente, a atividade dos rebeldes ao norte como ao sul, sendo de menor importância as iniciativas tomadas por eles nestas últimas 48 horas.⁷⁵

Porém, os fatos se desenrolaram a contragosto das elites baianas, sem que elas conseguissem evitar. Fora do poder as elites baianas passaram por estes

⁷³ *A Tarde*, 15 out. 1930, p.1.

⁷⁴ *A Tarde*, 18 out. 1930, p..3.

⁷⁵ *A Tarde*, 21 out. 1930, p..1.

momentos de instabilidade política, contestando a forte centralização do poder que Getúlio Vargas vinha impondo. *A Tarde* desempenhou, nessa conjuntura política, o papel de porta-voz do grupo político liderado por Otávio Mangabeira, do qual seu proprietário era contumaz colaborador, dando sustentação ideológica aos seus interesses políticos.

E uma vez que a revolução havia desarticulado o arranjo político conduzido em parte pela ação de Simões Filho, cabia ao jornal deslegitimá-la. Ora porque o número dos revolucionários não era representativo, número que, aliás, dizia *A Tarde*, nunca fora sequer declarado,⁷⁶ ora porque a Revolução não passara de uma “simples revolta”, pois constatava *A Tarde*:

a Revolta, a Revolução tirou de uns e deu a outros.
 Compete-lhe, agora despachar-se e convocar a
 Constituinte. Venha a nova Carta Magna! Venham as
 novas diretrizes! As novas conquistas do liberalismo
 batalhador...⁷⁷

O conservadorismo que caracterizava o pensamento dessa facção política baiana se recrudescia ante a perda do poder e vinha à tona como argumento para reforçar a ilegitimidade do movimento revolucionário, que embora fosse também conservador em vários aspectos, tornou-se alvo de críticas. Luiz Vianna Filho, num artigo intitulado *As duas Repúblicas*, afirmava que a Segunda República nascera “*raquítica*”. Fazia uma melancólica referência à Primeira República, considerada uma “*escola de estadistas*”, a qual durante sua vigência foi “*reunindo em volta dos seus ideais varões ilustres que ao subirem ao poder sabiam o que queriam e aparafusaram, com rara habilidade, a nova máquina republicana*”. Além disso, o autor asseverava:

mal da Revolução é não ter preparado homens. Não quer
 isto dizer que não tenha ao seu lado alguns homens
 ilustres e acatados, mas são tão poucos que não chegam a
 meia dúzia.⁷⁸

⁷⁶ CAMPOS, Humberto. Quantos Sois? *A Tarde*, 10 set. 1932, p.3.

⁷⁷ *A Tarde*, 06 fev. 1931, p. 3.

⁷⁸ VIANNA FILHO, Luiz. As duas Repúblicas. *A Tarde*, 10 jan. 1931, p. 3.

Ação do grupo político ligado ao Partido Republicano da Bahia (PRB) fora limitada pela ruptura no poder representado pelo movimento de 1930. Tanto pela instituição de interventorias, alheias à política local como pela condição de exílio a que submeteu alguns dos seus líderes. *A Tarde*, porém, continuaria a exercer um papel ativo na campanha contra o movimento liderado por Getúlio Vargas e, consolidado o novo arranjo político, passou a reclamar pela constitucionalização imediata do país. Avaliava os seis meses do Governo Provisório, dizia que enquanto o tempo passava o “*sr. Getúlio toma águas e descansa em Petrópolis*”. Além disso, nestes seis meses, enquanto “*sr. Getúlio sobe o câmbio desce*”, mas já era tempo de pensar no futuro, constatava *A Tarde*:

enfim, é o tempo que se vai fazendo sentir e o Brasil começa a reagir para se integrar nas diretrizes que nortearão o dia de amanhã. Que poderíamos querer de mais significativo, de mais expressivo do que esse Congresso dos Libertadores, que a nação cobriu de aplausos com a sua moção aos democratas e com os seus votos a favor da constitucionalização imediata do país?⁷⁹

Assim, através de matizadas linhas, *A Tarde* ia tecendo seu conceito da “Revolução de 1930”. Esta não passava de uma “revolta” que substituiu os homens no poder. Era “raquítica”, de frágil estrutura política, sem ideais e sem verdadeiros estadistas. Era “desnorteadada”, sem diretrizes, o que gerava inseguranças e incertezas à “nação”. Era também “inconstitucional”, mas já que se tornara um fato consumado, cabia à sua liderança tomar medidas imediatas para estabelecer a Assembléia Constituinte.

Portanto, nesta conjuntura, a campanha por uma nova Constituição para o país seria uma constante no discurso de *A Tarde*. Além das críticas ao governo constituído, o jornal incrementava sua campanha com comentários esperançosos ante a promessa de Getúlio Vargas de atender a esta solicitação feita também pelas elites deslocadas do poder em outros estados:

felizmente já se notam, nos próprios arraiais revolucionários, as primeiras tentativas, animadoras

⁷⁹ *A Tarde*, 25 abril 1931, p.1.

aliás, de se integrar o mais breve possível, o país ao destino de um regime constitucional.⁸⁰

As elites baianas esboçavam, assim, os primeiros passos da oposição sistemática que fariam ao governo de Getúlio Vargas. Em 1932 foi criada a Liga de Ação Social e Política (LASP), que deu origem à Concentração Autonomista da Bahia, agremiações que reuniam as facções locais em oposição ao Presidente.⁸¹ No âmbito local, o movimento autonomista da Bahia contaria com a ativa colaboração do jornal *A Tarde*, que desde 1931 já reivindicava uma nova Constituição para o país e que seria, ao longo do período subsequente, um importante canal de expressão dos “autonomistas” baianos.

A imprensa opera neste contexto de disputa política como poderosa arma que não dispara balas, mas crenças e valores. Ou seja, propaga idéias, ressalta aspectos de determinados acontecimentos em detrimento de outros que poderiam dar margem a interpretações indesejáveis, e, até divulga notícias de fatos inverossímeis com o objetivo de minar as forças dos adversários políticos. Colabora, portanto, na definição do campo de forças.

A Tarde investiu na exploração do “movimento revolucionário de 1930” caracterizando-o como ilegítimo. Deixava evidente a sua posição na luta política e buscava construir o respaldo do leitor induzindo-o ao descrédito em relação ao Governo Provisório, que desde o início fora tido como ditatorial.

Mas, se as conjunturas políticas desfavoráveis provocam reações apaixonadas da imprensa evidenciando sua atuação na política partidária, esta atuação não se faz menos visível no cotidiano, quando se revelam os modos de pensar de determinados segmentos sociais. A imprensa, de modo geral, atua em favor dos grupos dirigentes e, mesmo borrifando seus discursos com os ventos da sempre renovada “modernidade”, reproduz idéias, crenças e valores que nem sempre se renovam, e perdurando por muito tempo se inscrevem na longa duração. No próximo capítulo será abordada a representação que o jornal *A Tarde*

⁸⁰ *A Tarde*, 19 mar. 1931, p.1.

⁸¹ Ver SILVA, Paulo Santos, *Âncoras de tradição*, p. 35.

fazia do funcionamento da sociedade mais ampla e de diferentes sujeitos sociais, através da análise de algumas idéias e crenças cotidianamente reiteradas.

CAPÍTULO II

OS MATIZES IDEOLÓGICOS DO DISCURSO DO A TARDE

Os matizes ideológicos dos discursos do jornal *A Tarde*, no período em estudo, são norteados por princípios da teoria política do liberalismo e do Iluminismo europeus, cujas raízes remontam à filosofia empirista, da qual se originou uma teoria do conhecimento fundada na lógica indutiva, que valorizava a observação empírica e a aplicação prática da ciência. Remontam também ao pensamento político que, desde o século XVIII, postulava teorias sobre a constituição da sociedade civil, as quais delimitavam as esferas do público e do privado, defendiam o direito à propriedade privada e estabeleciam que a razão deveria orientar a conduta humana e o estado, promover a liberdade, a igualdade, a justiça, a segurança, o gozo da propriedade e outros objetivos individuais.

A Tarde idealizava uma sociedade organizada segundo estes princípios. E se propunha a exercer o papel pedagógico de indicar os padrões e limites da conduta adequada aos baianos. As práticas e hábitos dos baianos deveriam seguir os padrões “civilizados” e ser regulados por leis e pela “razão”. Caberia aos governos regular, pelas leis, as práticas e hábitos moralmente certos, insistindo-se em associar a política à moral e à razão. Assim, as instituições republicanas deveriam ser moralizadas pois, apesar de serem boas, haviam se corrompido.

Tendo como referência os princípios do liberalismo, acreditava que a democracia estava intimamente ligada à virtude e ao espírito cívico que, aliados ao governo republicano, o motivariam, fortaleceriam e o manteriam. Ainda sob essa influência, difundia-se a noção de que a democracia encontra seus alicerces na “soberania popular”, a vontade do povo é soberana e é medida através da “vontade da maioria dos cidadãos ativos”.

Defendia-se o princípio da igualdade civil. Porém, os meios para se atingir o preconizado “bem-estar social” supunham a desigualdade social e a dominação

das camadas populares por uma elite letrada, considerada o único segmento social capaz de encontrar a solução para os graves problemas do país. Assim, as idéias liberais não impediam a manifestação do acentuado conservadorismo das elites dirigentes. Ao contrário, esta ambigüidade é um dos traços do liberalismo brasileiro.

II.1 Imprensa e Imaginário Político

Os meios de comunicação exercem na sociedade o papel de legitimação de interesses e de estruturas sociais específicas, convertendo-se em instrumentos de direção política, através da inculcação de valores e crenças, que preparam um imaginário coletivo receptivo a este direcionamento. Dentre as funções sociais dos meios de comunicação destaca-se a atribuição de *status* a pessoas, organizações e movimentos sociais, conferindo-lhes prestígio. Esta função básica encontra-se no âmbito da ação legitimadora de políticas, pessoas e grupos, relacionando-se ao uso efetivo da propaganda com objetivos sociais.¹

A ação dos meios de comunicação na sociedade brasileira tornou-se mais eficaz a partir de 1930. Nessa época, era o rádio, introduzido no Brasil em 1923, o meio de comunicação que gozava de maior sucesso e receptividade entre a população.² Diante do aparelho, ainda estranho, os ouvintes permaneciam por longo tempo disponíveis à sua programação, embevecidos com este “milagre dos milagres da tecnologia”.³ Do recôndito do lar ou das praças públicas, onde eram instalados alto-falantes, milhares de pessoas se ligavam através das ondas do rádio, arrebatadas pela “voz aliciante” que, numa paradoxal intimidade, tocava

¹ GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial*. Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo. São Paulo: Marco Zero, 1990.

² A primeira emissora brasileira, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, foi instalada naquela capital em 20 de abril de 1923.

³ SEVCENKO, Nicolau. “A cidade irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio”. In NOVAIS, Fernando A. (coord. geral da col.); SEVCENKO, Nicolau (org. v) *História da vida privada no Brasil*. V. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 584-596.

suas almas sem tirá-las do anonimato; descarnada, entrava em suas casas com os corpos dos seus sonhos.⁴

No final da década de 1920 as “estações” de rádio apresentavam uma programação que incluía jogos de futebol, audiência garantida pelo público masculino; radioteatro: enxertos de peças, romances e novelas, que nos anos 40 se tornariam a maior atração desta programação; humorismo; programas de auditórios lotados, conduzidos por cantores, intérpretes, humoristas, atores, apresentadores e orquestras, muitos dos quais fizeram aí suas carreiras artísticas, como a “fulgurante” Carmen Miranda.⁵

O fascínio que a “caixa falante” exercia sobre as pessoas foi logo utilizado com fins comerciais, e várias empresas passaram a reservar verbas publicitárias exclusivas para o novo veículo que embalava a imaginação e os instintos de milhares de pessoas. As agências publicitárias, que já comercializavam o espaço nos jornais, passaram a comercializar o tempo no rádio, explorando variados recursos para ampliar a audiência, o que acirrou a concorrência e acelerou o desenvolvimento de técnicas de administração, programação, edição, locução, propaganda, distribuição e controle de mercado.⁶

Contudo, o desenvolvimento do rádio no Brasil foi defasado em relação aos países industrializados e, durante os anos de 1920, a radiodifusão apresentava muitos problemas técnicos de transmissão, difusão, qualidade de sinal e programação, sendo portanto, seu reflexo na cultura brasileira bem mais significativo a partir da década seguinte. Foi também a partir da década de 1930 que o “potencial aliciador” do rádio, descoberto pela publicidade, seria utilizado para fins políticos, quando Getúlio Vargas passou a veicular sua voz pela Rádio Nacional⁷, conclamando à audiência os “trabalhadores do Brasil!”.⁸

⁴ Idem, *ibidem*.

⁵ BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica*. História da imprensa brasileira. 4 ed., São Paulo: Ática, 1990, p. 199.

⁶ SEVCENKO, Nicolau. Op. cit., p. 513-619.

⁷ A Rádio Nacional entrou no ar em 12 de setembro de 1936; seria, a partir daí, um fenômeno da radiofonia no país. Teve o domínio da audiência nos anos 40 e 50 e abriu o caminho para o radiojornalismo.

⁸ SEVCENKO, Nicolau. Op. cit.

O impacto dos meios de comunicação na sociedade se tornou decisivo, modificando profundamente os hábitos e valores vigentes então. A introdução do rádio no Brasil foi um dos fatores determinantes nesta transformação, como vimos. Durante as primeiras décadas do século XX, uma nova visão de mundo se esboçava para as elites brasileiras, que ficaram inteiramente seduzidas pela plasticidade com que o mundo começava a se apresentar. Esta nova forma de representar o mundo trazia implícita a ilusão de que os benefícios advindos desta plasticidade alcançaria a todos indistintamente, pois no bojo da sua sustentação ideológica estava a noção de progresso como um processo universal, inexorável e irreversível, além da noção de igualdade formal entre as pessoas.⁹

Logo, porém, se tornaria evidente a diferenciação dessa gênese do capitalismo brasileiro: as elites políticas e econômicas passaram a usar os recursos tecnológicos, que seriam propulsores do progresso geral, como meio de controlar o poder que, por princípio, deveria pertencer a todos os cidadãos; não deixariam contudo, a partir daí, de defender o bem estar coletivo, a democracia, o progresso, a ordem que o propiciaria. Assim, essencialmente conservadoras, as elites brasileiras passaram a adotar a ideologia liberal burguesa, que incluía idéias universalizantes de progresso; de racionalização dos espaços, cuja projeção em geral era ambientada em cenários urbanos; da delimitação da ação pelo tempo, que estabeleceria a medida exata do funcionamento da sociedade.¹⁰

Mas, a generalização da visão de mundo burguesa, instantaneamente incorporada pelos habitantes das grandes cidades como Rio de Janeiro e São

⁹ A modernidade, ao ser engendrada pelo desenvolvimento de recursos tecnológicos, evidenciou para habitantes do mundo de cultura ocidental uma significação básica: o plástico servia de metáfora não só como matéria constitutiva do novo mundo, com a proliferação de objetos oferecidos ao consumo tendo-o como matéria-prima, como também tornar-se-ia um símbolo da versatilidade de formas com que o mundo poderia se apresentar. Ver sobre o processo de assimilação da “cultura plástica” como processo de descoberta do poder da imagem de evocar realidades virtuais, através, por exemplo, da troca de cartões-postais. SCHAPOCHNIK, Nelson. “Cartões-postais, álbuns de família e ícones da intimidade”. In NOVAIS, Fernando A. (coord.-geral da col.) e SEVECENKO, Nicolau. *História da vida privada no Brasil*, v.3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

¹⁰ O conceito de ideologia aqui utilizado segue a formulação feita pelo sociólogo Karl Mannheim, no livro *Ideologia e Utopia*. O autor considera fundamental a distinção entre um conceito particular de ideologia, que designa os processos de distorção da realidade, podendo variar as distorções numa escala que vai das mentiras conscientes aos disfarces semiconscientes e dissimulados. Esta concepção coincide com a formulação feita por Karl Marx da ideologia como “falsa consciência” que, pertencendo ao domínio da ilusão, mascara a realidade; e um conceito de ideologia total, que na sua formulação inclui a concepção particular, designando o modo total de pensar de uma época ou de um grupo histórico-social concreto, as características e a composição da estrutura

Paulo, não poderia contemplar indiferentemente a totalidade dos brasileiros, pois as diferentes regiões e cidades, e nestas, as diferentes camadas da população, absorveram de forma desigual os padrões de comportamento burgueses, de modernidade e de consumo.¹¹ Na cidade do Salvador, por exemplo, a assimilação de hábitos cosmopolitas foi mais tardia do que nos grandes centros urbanos do sudeste brasileiro. Os costumes dos seus habitantes, nas primeiras décadas do século 20, conformavam uma “acanhada urbanidade”, se comparados com os padrões vigentes naquelas duas grandes cidades, nesta época.¹²

Entretanto, os ideais de modernização, que vinham, gradativamente, se intensificando, remontam a meados do século XIX, quando começaram a ser introduzidas novas práticas e hábitos para “civilizar os costumes”.¹³ Assim, embora com grande defasagem em relação às cidades do Sudeste do Brasil, Salvador já apresentava, nas três primeiras décadas do século XX, uma configuração urbana que se fazia notar, se com ela se comparasse outras cidades localizadas no interior do Estado da Bahia.

Todavia, o ideal de reorganização do espaço urbano ganhou uma maior expressividade na Bahia, particularmente em Salvador, a partir do projeto de reforma urbana idealizado no primeiro governo de J. J. Seabra, (1912-1916) e, em parte, executado pelas “picaretas progressistas”, postas em ação nesse período.¹⁴ O objetivo desta reforma era substituir a feição colonial da cidade de Salvador por

total da “mente” desta época ou deste grupo. Ver MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. 4 ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

¹¹ MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. “Recônditos do mundo feminino”. In NOVAIS, Fernando A. (coord. col.); SEVECENKO, Nicolau. *História da vida privada no Brasil*, v. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 367-421

¹² FERREIRA, Alberto Heráclito. *Salvador das mulheres*. Condição feminina e cotidiano popular na *Belle Époque* imperfeita. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1994, p. 70.

¹³ REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. O autor estuda as atitudes da população de Salvador perante a morte, no século XIX, analisando o confronto entre a defesa dos hábitos tradicionais e o projeto de remodelação destes hábitos, que deveriam ser substituídos por novos hábitos mais higiênicos, como etapa de execução de um projeto de civilização dos costumes.

¹⁴ Ver LEITE, Rinaldo César N. *E a Bahia civiliza-se...* Ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana, Salvador, 1912-1916. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 1996. O autor analisa o projeto de remodelação da cidade de Salvador, incrementado a partir de 1912, como um projeto que atendia aos interesses de segmentos elitistas, inconformados com as condições insalubres da cidade em que viviam, representados pelo então governador J. J. Seabra.

outra, esboçada a partir do ideal republicano de cidade.¹⁵ Neste sentido, as ruas foram alargadas, o cais do porto foi remodelado, vias públicas se tornaram mais espaçosas, as calçadas ganharam mais espaço para a circulação de pessoas, enfim, Salvador foi sendo, a partir da segunda década do século XX, remodelada, adquirindo aos poucos os contornos de cidade grande.

O projeto de modernização da cidade do Salvador se reafirmava cotidianamente pela imprensa, que divulgava os novos padrões de comportamento e os novos padrões estéticos como símbolos de um progresso que a Bahia não tinha ainda alcançado, mas que poderia e deveria perseguir. A nova configuração urbana pressupunha também a desfiguração do velho complexo arquitetônico da cidade, que passou a representar atraso e indisposição ao progresso. Embora esta reforma urbana tivesse se iniciado na gestão de J. J. Seabra, em 1912, ainda não havia logrado êxito no final da década de 20 do século passado.

O jornal *A Tarde*, que atestou sistematicamente o ideal de modernização, em 1928, por exemplo, protestava a favor da demolição da Sé, considerando urgente a derrubada do “*velho templo*”, pois aí estaria a “*chave*” para a realização de um “*complexo programa de aformoseamento e higiene*” da capital da Bahia. Para *A Tarde* não havia mais o que se discutir; bastava de “*conferências e trocas de idéias*”, era a hora de realizar tal programa e, portanto, as picaretas deveriam entrar a trabalhar e levar abaixo os “*venerandos muros onde a rotina e o bolor passadista se acastelaram.*”¹⁶

O progresso, que inexoravelmente chegaria, eliminando a feição envelhecida da cidade, na perspectiva do vespertino baiano poderia ser representado pela adoção e respeito aos novos padrões estéticos. “*Mais cedo ou mais tarde*”, “*as pedras seculares da velha fortaleza*” seriam “*separadas pelas picaretas do progresso*”. E, então, o aspecto deste “*sombrio lugar*” se transformaria, pois passaria a abrigar o sol que “*os antigos já consideravam fonte*

¹⁵ FERREIRA, Alberto Heráclito. Op. cit. p. 66.

¹⁶ *A Tarde*, 18 ago. 1928, Tópicos, p. 2.

de vida”; nesse espaço renovado, projetava *A Tarde* a construção de “*belos canteiros*”, nos quais vicejariam “*lindas rosas em alfombras de grama.*”¹⁷

Vale ressaltar, aqui, uma nuance do signo verbal, observada nos fragmentos selecionados acima, a qual consiste no conflito existente no interior de um mesmo contexto lingüístico, revelando, ao mesmo tempo, os conflitos nas relações sociais dos sujeitos históricos. Neste caso específico, a ambigüidade se verifica no âmbito da significação das palavras, que remete a um comportamento social ambíguo. Por exemplo, acima a palavra “velha” foi inserida num contexto de significação que lhe imprime o sentido de ultrapassada, de atrasada, sendo apresentada neste contexto como algo negativo em contraposição à positividade representada aí pelo termo “progresso”. Poucas linhas adiante, no mesmo artigo foi empregado um sinônimo de velho, a palavra “antigos”, sendo remetida para um contexto de significação que lhe confere um sentido positivo, pois “antigos” aí significa autoridade legítima e sabedoria.

Assim vão se construindo os sentidos, com ambigüidades aparentemente irrelevantes, mas que denunciam as contradições do pensamento em si mesmo, e deste com a prática de quem o enuncia, que não raramente, o discurso parece escamotear.¹⁸ O jornal *A Tarde*, através da ambigüidade discursiva, expressava um projeto de modernidade para a Bahia que se realizaria inclusive, pela incorporação de um padrão estético tipicamente urbano, com o qual se almejava renovar a feição de Salvador. Ao mesmo tempo, revelava, de modo sutil, implícito no seu discurso, um perfil político conservador, pois buscava respaldar suas afirmações numa suposta autoridade dos antigos. Esta conciliação de contrários que era um dos recursos recorrentes da lógica discursiva do *A Tarde* fazia parte do modo próprio de pensar das elites baianas, pois como afirma Alberto H. Ferreira, o conservadorismo das elites baianas não as impediu de assimilar princípios e signos da modernidade.¹⁹

¹⁷ *A Tarde*, 23 ago. 1928, Tópicos, p.2.

¹⁸ Este é um princípio básico da análise do discurso proposta por Mikhail Bakhtin. Segundo sua formulação cada signo ideológico mais do que um reflexo, uma sombra da realidade, é um fragmento material dessa realidade. A palavra é o fenômeno ideológico por excelência, pois qualquer realidade que comporte estará inevitavelmente submetida à sua função de signo. Ver BAKHTIN, Mikhail. Op. cit. p. 36.

¹⁹ Ver FERREIRA, Alberto H. Op. cit.

A ideologia liberal burguesa expressa nos conteúdos do pensamento veiculado pelo jornal *A Tarde*, mais que um recurso de inversão ou mascaramento da realidade, no sentido de criar ilusões, revela a assimilação de uma nova visão de mundo²⁰, segundo a qual a constituição da sociedade civil deve seguir uma “ordem completamente justa”²¹, advinda do uso público da razão. A publicidade da razão coincide com uma ordem cosmopolita, que define o homem como o homem do mundo, sendo sua autonomia e maioridade civis decorrentes da capacidade de usar a sua própria razão sem a direção de outrem.²²

A assimilação deste cosmopolitismo burguês se traduziu em grande medida pela defesa de um padrão estético, cujo paradigma era a idéia da “ordem plenamente justa”, implicando uma noção de que o belo se traduz por uma ordem superior, a qual procede do uso adequado da razão.

O jornal *A Tarde* reproduzia o ideal de organização cosmopolita indicando a substituição de hábitos fundados na “desrazão”, cujo padrão estético evidenciava uma estruturação urbana já superada, sugeria, assim, sua correção ou regulação pelos critérios das leis em vigor. Por exemplo, “o hábito de ter flores em prateleiras de pau, por fora das janelas, sobre as ruas”, o qual vinha “dos tempos coloniais”, quando o “perigo para os transeuntes era menor”, porque as prateleiras não estavam ainda apodrecidas, requeria, então, que mudara o “caso de figura”, uma ação da Fiscalização Municipal, vez que havia uma “postura, bem clara, e parece que não revogada, proibindo aquele uso”. Assim, concluía *A Tarde*: a queda dos vasos ou a mera possibilidade de caírem exigia o cumprimento

²⁰Esta reflexão se baseia no postulado de Karl Mannheim de que as análises que utilizam o conceito de ideologia no sentido de “ideologia total” buscam reconstruir “o modo de ver total de um grupo social”, através da reconstrução dos pressupostos teóricos que sistematicamente aparecem subjacentes aos juízos isolados dos indivíduos, enquanto as análises que se valem do conceito particular de ideologia buscam revelar aspectos psicológicos coletivos fazendo o conteúdo do pensamento derivar basicamente dos interesses dos sujeitos particulares. Ver MANNHEIM, Karl. Op. cit. p. 83-5.

²¹ Sobre a fundamentação filosófica da noção de esfera pública burguesa, ver HABERMAS, Jürgen. Esfera pública burguesa: idéia e ideologia. In HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, p. 110 – 168.

²² A constituição da sociedade civil, preocupação central na teoria política do liberalismo, encontra sua formulação clássica na doutrina kantiana do Direito, que estabelece como postulados as noções de que a constituição civil de todo e qualquer estado deve ser republicana, e a relação dos estados entre si, no âmbito de uma federação cosmopolita, deve ser pacifista.

ou a revogação da postura em questão, pois seria “*muito melhor não ter a lei, do que tê-la esquecida pelos próprios, a quem cumpre fazê-la respeitada*”.²³

A esta Bahia recalcitrante aos hábitos, já sedimentados no mundo chamado civilizado, fazia-se mister aplicar os rigores da lei. As noções do direito foram assim tomadas como analogia para a organização da vida urbana e como critério de racionalização das relações públicas.²⁴ Os editoriais do jornal *A Tarde* estavam repletos de cenas do dia-a-dia urbano; comentavam freqüentemente acontecimentos banais e insistiam em aspectos como uniformização no calçamento das ruas, arborização da cidade, cuidados com os jardins, acondicionamento do lixo, higiene dos jardins e matadouros. Recomendavam que estes e outros serviços semelhantes deveriam ter seu funcionamento regulamentado e fiscalizado pelo poder municipal que, por sua vez, deveria fazer cumprir determinações previstas nas posturas municipais, se não fosse este o caso, o seu discurso se faria árbitro, determinando qual seria a devida intervenção. De um modo ou de outro, o certo era que, na sua visão, as “irregularidades” da vida cotidiana deveriam ser uniformizadas em leis, tendo como padrão de referência os hábitos do mundo civilizado.

Além de indicar como deveriam ser gerenciados esses signos da urbanidade, o jornal *A Tarde* preocupava-se também com a modelação ou remodelação dos costumes. Neste sentido, seus editoriais, ao relatarem as mais triviais cenas do cotidiano, reivindicavam, insistentemente, pela formalização de regras de conduta, para orientar os comportamentos e os gestos da população soteropolitana.²⁵ Dos numerosos exemplos coletados, no período estudado, os quais recorrentemente evidenciam esta tendência reguladora, destaca-se um dos textos da secção Tópicos, do ano de 1929. Este texto é também representativo da

²³ *A Tarde*, 21 set. 1929, Tópicos, p. 2.

²⁴ MATTA, Alfredo Eurico R. “Concepções e ferramentas para a ascensão da burguesia na Bahia”. In *Contraponto*, Ano I, n. 01, nov., Salvador: UCSal, 1998, p. 95-113. O autor analisa o processo de “aburguesamento” da sociedade baiana. Aponta a organização do direito e o desenvolvimento do pensamento científico como ferramentas de ascensão da burguesia baiana, processo que se verifica entre o final do século XVIII e o início do XX.

²⁵ O jornal *A Tarde* se delegava um papel civilizador dos costumes da população baiana, sugerindo constantemente os comportamentos considerados adequados a uma conduta civilizada. Sobre a idéia de que há um progressivo refinamento dos comportamentos humanos, que gerado a partir das relações dos diferentes grupos sociais entre si, viabiliza uma evolução coletiva da sensibilidade ver ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. V. 1, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

estrutura dos editoriais de então que, além de abordarem uma gama diversa de situações, enfocavam-nas de modo aleatório, reafirmando porém um padrão ideal sobre o qual se deveria organizar a realidade social.

O comentário começava com a constatação de que na Bahia não se tinha o hábito, “*muito civilizado e muito proveitoso de mandar as crianças passear e correr nos jardins públicos*” comum na Europa, segundo o articulista.²⁶ Este hábito estava sendo introduzido acidentalmente por uma transgressão das empregadas domésticas, que aproveitavam diariamente a “*ocasião para distrações e confabulações*”, formando grupos que “*precisariam ser desmanchados pela polícia*”.²⁷ E indagava sobre quais razões dificultavam a solidificação deste hábito; se seria por falta de confiança nas “*criadas*” que acompanhavam as crianças, “*a quem o desassossego não permite que saibam cumprir o seu dever*” ; ou seria “*porque a higiene dos nossos jardins públicos, em vez de atrair, afastam*”; ou se pelo “*perigo das bicicletas e dos automóveis correndo dentro dos jardins*”. Para cada uma das hipóteses que formulava, recomendava uma regulamentação, uma postura municipal, fiscalização e até mesmo a ação policial.²⁸

Ao tornaram-se os arautos da ideologia liberal, os meios de comunicação evidenciavam as contradições em que se enredaram a partir dos anos de 1920 quando, adotando o ideário liberal e uma estrutura empresarial, defendiam uma neutralidade política, um compromisso com a notícia desinteressada e a informação como um direito público. Não obstante, continuariam, como no período anterior, a representar interesses particulares, embora de maneira menos explícita camuflados através de uma perspectiva universalizante do discurso que objetivava formar opinião dos seus leitores.²⁹

²⁶ Cabe ressaltar que os processos civilizadores envolvem além da normatização e controle das condutas o refinamento dos hábitos e da sensibilidade humana. Ver ELIAS, Norbert. Op. cit.

²⁷ Sobre o tema trabalho doméstico ver SANCHES, M^a Aparecida P. *Fogões, pratos e panelas: poderes, práticas e relações de trabalho doméstico*. Salvador 1900 – 1950. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1998, (mimeo.). A autora discute a relação entre empregadas domésticas e patroas a partir do encontro de valores e condutas próprios às elites letradas e as camadas populares.

²⁸ *A Tarde*, 28 fev. 1929, Tópicos, p. 2.

²⁹ CAPELATO, Maria Helena. *Os arautos do liberalismo*. A autora estuda os fundamentos do liberalismo analisando as idéias veiculadas pela imprensa paulista entre os anos de 1920 a 1945. Destacando o papel da

Nos anos de 1930, os meios de comunicação e particularmente a imprensa receberiam tratamento especial do Governo Provisório. Em 1931, Getúlio Vargas afirmou, no discurso pronunciado na Associação Brasileira de Imprensa, a função do jornal de acompanhar as vicissitudes da nação sem desesperança e vibrar de patriótico entusiasmo nas ocasiões de triunfo. Ressaltou, ainda, o papel da imprensa na luta contra a injustiça, condenando a imprensa mercenária, paga para agredir ou elogiar, por fim, pediu colaboração na obra de reconstrução iniciada com a “Revolução de 1930”, através de fiscalização e auxílio para negar boatos e críticas.³⁰

Ainda que a influência dos meios de comunicação nos processos sociais, especialmente da imprensa escrita, numa sociedade em que predomina o analfabetismo, possa provocar efeitos vagos ou inconsistentes, ou até produzir respostas em direção contrária às desejadas pelo comunicador, já que o ato comunicativo não passa de um elemento a mais num processo de interação social mais amplo³¹, é fato incontestável que existem propósitos deliberados e intencionais no ato comunicativo os quais atendem a interesses específicos dentro de determinadas conjunturas políticas, evidenciando uma inter-relação entre história da comunicação social e dos meios de comunicação e história política de um país.

A imprensa baiana passou por significativa reestruturação a partir da segunda década da Primeira República, quando assumiu os moldes da produção industrial, superando a feição artesanal que até então a caracterizava. Esta estrutura empresarial confere aos proprietários dos jornais uma maior preocupação com a modernização dos equipamentos, valorização da notícia, rapidez da informação e melhoria do produto gráfico, para permitir agilidade e maior facilidade de leitura.³²

imprensa como formadora e manipuladora da opinião pública, caracteriza o discurso jornalístico como contraditório e autoritário.

³⁰ GOULART, Silvana. Op. cit. p. 49

³¹ GOULART, Silvana. Op. cit. p. 49

³² Ver SANTOS, José Weliton Aragão dos. *Formação da Grande Imprensa na Bahia*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1985.

Esta nova mentalidade empresarial, por assim dizer, que sacudiu a imprensa da Bahia na época, transformando as condições materiais da sua produção, não representou uma reestruturação ideológica do seu produto. O discurso jornalístico dos maiores jornais baianos, mesmo buscando adaptar-se às novas tendências que preconizavam a defesa à coletividade e a neutralidade na informação pública, não se desvincilhou por completo dos vínculos partidários, que historicamente garantiram a longevidade dos órgãos de imprensa.

Neste novo contexto, a publicidade ganhava proeminência na manutenção das empresas jornalísticas, que precisavam fomentar a receptividade para a mercantilização da notícia e do espaço jornalístico. As novas circunstâncias, portanto, impuseram à imprensa baiana a exigência de ampliar o universo de leitores, levando-a a declarar-se, mais amiúde, como defensora dos interesses coletivos, sem expressamente revelar sua ligação aos partidos políticos. Não sendo, entretanto, exclusivamente partidárias, como foram no Império, as empresas jornalísticas estiveram no decorrer de toda a Primeira República estreitamente ligadas aos interesses das classes dirigentes, contando as diferentes facções políticas com órgãos de imprensa para defender os seus interesses imediatos.

Neste sentido, as modificações no comportamento da imprensa baiana se referem à forma mais “sofisticada” com que passou a expressar seu pensamento político, incorporando ao seu discurso elementos da ideologia liberal burguesa, pois neutralidade partidária é um requisito que, de fato, nunca adotou. Com exceção de algumas iniciativas que se alinhavam com os interesses de segmentos populares, como a imprensa operária, os órgãos da imprensa baiana representaram, ao longo de sua história, as classes sociais política e economicamente dominantes, ainda que sem homogeneizá-las. Segundo José Weliton Aragão dos Santos, “representar as classes conservadoras foi um privilégio que os jornais disputaram entre si”, ficando claro que “cada um representava segmentos e nunca a totalidade dos interesses da classe dominante”.³³

³³SANTOS., José Weliton de Aragão dos. Op. cit. p. 72

Dos vários periódicos que funcionavam na cidade de Salvador, no final da Primeira República, destacam-se os quatro maiores, dois dos quais eram sobreviventes do período imperial: o Diário da Bahia que, fundado em 1856, circulou até meados do século XX, e o Diário de Notícias, fundado em 1875 e fechado em 1979. Os outros dois eram O Imparcial, fundado em 1918, e o jornal *A Tarde*, fundado em 1912.

Os jornais acima referidos tiveram desde sua fundação vínculos com segmentos da elite política baiana, representando seus interesses específicos. Embora todos fossem, nos anos finais da Primeira República, críticos do governo de J. J. Seabra, a intensidade da crítica dependia dos interesses circunstanciais dos grupos que representavam. Enquanto o Diário de Notícias, ligado a Altamirando Requião, que se declarava liberal mas sem partidarismos, fazia críticas moderadas, admitindo que apoiaria o seabrismo a depender do “acerto” de suas medidas, o Diário da Bahia, dirigido por Pedro Lago, político ligado ao Partido Republicano, dirigia aos seabristas críticas ofensivas e mordazes, como o fazia também, muito frequentemente, o jornal *A Tarde*, cujo proprietário, desde 1913, era ferino opositor de J. J. Seabra.

Sem dúvida, a ação dos meios de comunicação tornou-se mais eficiente, bem sucedida e generalizada à medida que o desenvolvimento científico e tecnológico lhes proporcionava maior sofisticação e aperfeiçoamento técnico, consolidando a indústria cultural que, por sua vez, ampliou sua inserção social e tornou-se cada vez mais complexa e intensa. Segundo Juarez Bahia, no Brasil, os princípios desta indústria foram lançados pelas “proposições vanguardistas” do movimento modernista de 1922, recebendo maior incremento em 1930, quando “todo o aparato da nascente indústria cultural brasileira” se engaja nas transformações advindas da Revolução.³⁴

Por outro lado, a expansão da propaganda com objetivos políticos se intensificou e ganhou mais eficácia a partir de 1930, sob a influência das experiências do nazismo e do fascismo europeu. Maria Helena Capelato afirma que a propaganda política adquiriu enorme importância nas décadas de 1930-40,

³⁴BAHIA, Juarez. Op. cit. p. 204

devido ao considerável avanço tecnológico, em âmbito mundial, dos meios de comunicação, sendo a partir daí entendida como fenômeno da sociedade e da cultura de massas. A propaganda nazista, que inspirou este fenômeno, teve enorme impacto não só na Europa, mas também na América, onde os regimes varguista e peronista procuraram seguir este modelo.³⁵

Embora a propaganda política tenha adquirido um caráter mais acentuadamente autoritário nestes regimes políticos, quando foi intensificada e massificada, não se deve, todavia, concluir daí, que ela só tenha tido eficácia em regimes políticos expressamente autoritários, os quais desenvolveram refinados aparatos de elaboração e divulgação do seu projeto político-ideológico, bem como mecanismos de controle rigoroso da informação e da comunicação social. Ao contrário, sabemos que a sociedade contemporânea é marcada pela influência da mídia. Os meios de comunicação têm se mostrado poderosos e eficientes veículos de propagação e inculcação de idéias e valores que, por assim dizer, penetram na vida das pessoas, conformando a constituição dos seus pensamentos e opiniões, mesmo em contextos de maior abertura e em regimes políticos ditos democráticos.

A comunicação social, portanto, desencadeia o fortalecimento – consistência – de ideologias, crenças, valores que, por sua vez, constituem o imaginário político de uma população. Assim se insere a imprensa na história; além de tecer diversas versões sobre os acontecimentos imediatos, projeta expectativas de ações futuras, atribuindo, julgando, sempre valorativamente, as diferentes possibilidades. Ora legitimando o passado, ora querendo apenas assinalar a ruptura completa com ele, numa perspectiva hierarquizante em que o futuro se impõe com supremacia em relação ao passado e ao próprio presente, numa atitude diplomática de conciliação, ainda que grosseira, entre estas diferentes temporalidades.

³⁵CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena*. Propaganda política e censura no Estado Novo. Campinas: Papirus, 1998, p. 35

II.2 A Reforma Moral da República

O jornal *A Tarde* é uma das principais instituições sociais da Bahia, que se apropriaram e veicularam a ideologia liberal, tendo-a como norteadora da prática social cotidiana, como estrutura e modelo de funcionamento das relações sociais. Esta é, com efeito, a ideologia política que mais forte ecoa entre os dirigentes políticos e os grupos intelectualizados que, na última década da Primeira República, projetavam restaurar as instituições republicanas na Bahia, pois muitas delas estavam “viciadas” em “velhos e carcomidos” processos de “retaliações e injúrias”.³⁶

As insatisfações com o regime republicano denunciavam, sobretudo, o desgaste moral, porque havia passado a maior expressão de sua legitimidade, o processo eleitoral. Porém, não só as fraudes eleitorais evidenciavam a desmoralização do regime, mas várias outras deformações administrativas afastaram-no da conformidade original. Os articulistas do jornal *A Tarde*, seja em editoriais, seja em notícias de primeira página ou em artigos assinados, expressavam o anseio de que se efetivassem ajustes na esfera administrativa da República.

Na visão deste jornal, a República precisava ser moralizada, mas não seria necessário nenhuma reforma radical, pois as instituições que vigoravam, então, eram consideradas boas. As leis que regulavam a vida civil da nação não precisavam senão de uma “*execução perfeita e constante*”. Esta moralização da República dependia da existência de “*homens de boa vontade, honestos e íntegros*”, que inspirassem “*confiança ao povo e à nação, com demonstrações públicas do exemplo*”. Mais do que isto, porém, ressaltava o articulista, precisava-se de “*disciplina social e de um pouco mais de patriotismo*”, que seriam adquiridos através de uma educação política.³⁷

³⁶ *A Tarde*, 03 mar. 1928, p. 1

³⁷ CASTRO, Sertório. Uma síntese do momento. *A Tarde*, 04 ago. 1928, p.1.

A Bahia, segundo *A Tarde*, já havia começado a tarefa de moralização das instituições republicanas desde o “*governo operoso*” de Góes Calmon (1924 a 1928), responsável pelo seu “*ressurgimento*” e “*reintegração*” no “*concerto da Federação*”, depois de “*doze anos de um regime de politicagem vergonhosa*” do período de hegemonia seabrista. Góes Calmon, usando a “*inteligência aliada à cultura e notório senso prático*”, teria feito “*cumprir o programa, que urgia de reabilitação moral, econômica e financeira do Estado*”.³⁸ Este compromisso com um “*programa de moralidade administrativa*”, assumido por Góes Calmon, teria continuidade, segundo *A Tarde*, no governo do seu sucessor Vital Soares.³⁹

Representante do Partido Republicano da Bahia e candidato único ao governo do Estado, Vital Soares foi eleito com mais de noventa mil votos. Este número, segundo *A Tarde*, evidenciou de “*maneira eloqüentíssima*” o desprezo da Bahia aos “*descontentes*” com o modo como a sucessão de Góes Calmon foi “*resolvida*”. A vitória de Vital Soares, nas eleições de 29 de dezembro de 1927 foi, num primeiro momento, considerada, pelo jornal, como uma grande vitória do eleitorado baiano, pois poucos estados conseguiram “*vitórias iguais à que o eleitorado baiano registrou*”. Raros os que decidiram os próprios embaraços do momento com a “*superioridade de vistas e o alheamento de interesses pessoais,*

³⁸ *A Tarde*, 28 mar. 28, p. 1. A partir do governo de Góes Calmon surgiu uma mentalidade empresarial no setor político e administrativo, advinda da sua experiência anterior como administrador financeiro; além disso, contribuiu com a expansão do bacharelismo, ampliando a participação dos bacharéis nos quadros administrativos. Era advogado e, tendo se especializado em Direito Comercial, ocupou o cargo de Fiscal do Governo Federal junto ao Banco da Bahia, em 1897; foi Diretor-Fiscal do Banco da Lavoura do Estado da Bahia; presidente do Conselho Administrativo da Caixa Econômica e Monte Socorro Federal da Bahia, em 1911, e tornou-se diretor do Banco Econômico da Bahia, em 1922. A única experiência política foi como Governador da Bahia, sendo representante da burguesia comercial-financeira do estado, seu governo voltou-se para os interesses do comércio de exportação, beneficiando, mais diretamente, o setor de exportação do cacau. Com a subida de Góes Calmon ao poder, chegava ao fim o período de 12 anos de domínio seabrista, o que era comemorado por *A Tarde* e seu proprietário.

³⁹ *A Tarde*, 25 fev. 28, p.1. Vital Soares era também advogado, foi companheiro de Góes Calmon no Banco Econômico e no escritório de advocacia. Começou sua carreira política como fervoroso partidário de Rui Barbosa, sendo eleito Conselheiro Municipal em 1908, ocupando este cargo até 1911; em 1915, foi eleito deputado federal, mas não foi reconhecido; em 1919, integrou a chapa das oposições coligadas, sendo derrotado. Esta inexpressiva fase da sua carreira política seria revertida com a ascensão de Góes Calmon ao governo do estado, alcançando, a partir daí, projeção política. Em 1925, tornou-se senador estadual e líder da maioria; em 1926, renunciou a este mandato para assumir uma vaga na Câmara Federal; em 1927, renunciaria também à Câmara para candidatar-se ao governo do estado. Eleito, assumiu o Executivo Estadual até 1930, quando, mais uma vez, renunciaria para candidatar-se à vice presidência da República, compondo a chapa Júlio Prestes. Embora vencendo as eleições, não chegaria a exercer o cargo em decorrência do “*movimento revolucionário de 1930*”.

como o nosso decidiu".⁴⁰

Pouco tempo depois, o jornal exaltava esta vitória como sendo do Partido Republicano da Bahia, o qual teria, na sua visão, um papel fundamental na preconizada "*reabilitação moral*" da Bahia.⁴¹ Na sua concepção, com o resultado desta eleição, sancionara-se uma significativa vitória do Partido Republicano da Bahia, que se vinha mostrando "*com intuítos patrióticos de restituir à Bahia a sua antiga grandeza moral, de que a apearam os erros e crimes da dominação política, deposta há quatro anos passados*".⁴²

Assim, além de ressaltar, constantemente, as qualidades "cívicas" de Vital Soares, as quais transformavam-se em critérios de confiabilidade na "*sua capacidade de administrador, na sua visão percuciente de político moderado e justo*", o jornal buscou também respaldar seus argumentos mencionando como histórico o desempenho do Partido Republicano da Bahia (PRB), que teria tido "*todo um passado uniforme de serviços relevantes à causa da democracia*".⁴³

Apesar da defesa que fazia da democracia, o vespertino baiano, às vezes, limitava-a à esfera das relações partidárias, como ilustra um artigo de Hermes Lima. Avaliando a campanha para renovação da Câmara de Deputados paulista, o autor criticava as aspirações e ação do Partido Democrático paulista pela sua "*ingenuidade messiânica de atribuir-se o papel de salvar a Pátria*", mas rendia-lhe homenagem porque era um partido que estava prestando e poderia ainda prestar "*excelentes serviços*". Sendo ligado ao Partido Republicano, Hermes Lima entendia que sua ponderação expressava a "*necessidade de elevar-se o nível da nossa educação política, através da prática cada vez mais perfeita da democracia*". Assim, reconhecendo uma certa "gradação" na prática democrática, atribuía o seu aperfeiçoamento ao relacionamento "educado" entre

⁴⁰ *A Tarde*, 24 jan. 1928, Tópicos p. 2.

⁴¹ O Partido Republicano da Bahia foi fundado pela segunda vez em 1927, agrupando as três principais facções existentes então: os calmonistas, mangabeiristas e ex-seabristas. O primeiro PRB surgiu em 15 de abril de 1901, como um instrumento de coesão da burguesia agrocomercial em crise, agrupou políticos como J. J. Seabra ainda se iniciando na carreira, José Marcelino de Souza, o ex-governador Joaquim Manoel Rodrigues Lima,. Era comandado pelo então governador Severino Vieira. A respeito do processo político-partidário da Bahia na Primeira República, Ver SAMPAIO, Consuelo Novais. *Os partidos políticos da Bahia na Primeira República*.

⁴² *A Tarde*, 29 mar. 1928, p.1.

⁴³ *A Tarde*, 29 mar. 1928, p. 1 e *A Tarde*, 21dez. 1928, Cousas da Política, p.2.

facções políticas adversárias.⁴⁴

Tema freqüente nas páginas de *A Tarde*, a democracia estava intimamente associada à idéia de progresso. A noção de progresso, largamente utilizada pelo periódico baiano, seguia a formulação positivista de que sem ordem não há progresso. Neste sentido *A Tarde* investia sistematicamente num projeto de modernização que equiparasse a Bahia a São Paulo, e o Brasil aos Estados Unidos, que se realizaria a partir de uma intensa ação educativa.

II.3 A Visão da Sociedade

A aspiração de uma sociedade progressista e ordeira passava por uma definição dos papéis que deveriam desempenhar os diferentes sujeitos sociais. A busca dos caminhos que nos levariam à civilidade exigia, porém, um diagnóstico dos problemas brasileiros que deveriam ser debelados. Num artigo intitulado *Vida política*, José Maria Bello asseverava que “*fundamentalmente*”, o problema nacional era “*um problema econômico e educativo*”. Para solucionar este problema, dever-se-iam desenvolver “*as riquezas materiais do país*”, o que se faria através da intensificação da produção, alargamento do comércio, multiplicação dos meios de transporte.

Mas, se por um lado, tais medidas elevariam o “*nível material da vida*”, por outro, se deveria abrir escolas primárias e profissionais, dignificando e estendendo o ensino secundário técnico e universitário, pois a partir daí, surgiria “*por si mesma, como fruto da flor, uma opinião pública alerta, esclarecida e consciente, que tanto contraria os governos prepotentes como as oposições facciosas ou revolucionárias*”. O autor terminou o artigo reafirmando um “*velho conceito de indiscutível verdade*”, o qual estabelecia que “*só nos países ricos e prósperos*” poderiam “*viver as democracias progressistas e ordeiras*”. Deste modo, elevava a democracia a um ideal longínquo, dada a situação de pobreza do

⁴⁴ LIMA, Hermes. Democracia paulista. *A Tarde*, 06 mar. 1928, p.1.

país; além disso, previa que a “*valorização econômica do Brasil*” seria obra “*difícil e lenta*”, que iria exigir “*o esforço contínuo de sucessivas gerações*”. A solução, segundo o autor, requereria medidas imediatas, as quais se encontravam em “*outros aspectos do problema político*”, sobretudo na ação educativa.⁴⁵

Portanto, a reforma, preconizada pelo pensamento liberal de *A Tarde*, se realizaria através de uma educação, por assim dizer, política, que em grande medida, a imprensa liberal se reservava o papel de exercer. Percebendo uma interligação entre política, economia e cultura, *A Tarde* ponderava que “*as dissensões e lutas da verdadeira política*” cresceriam “*em função do adiantamento econômico*”, o qual, por sua vez, iria aparecer refletido na “*cultura cívica da coletividade*.”⁴⁶

Tendo uma constante preocupação com esta educação coletiva, que se traduziria como aquisição de hábitos urbanos, o vespertino baiano se encarregava de veicular esta pedagogia cívica: reclamando do barulho causado pelas “sirenes” dos automóveis, que não só perturbava durante o dia como à noite⁴⁷, sugerindo às autoridades públicas que construíssem ou reformassem asilos para atender mendigos que protagonizavam, pela cidade, cenas de anti-civilidade⁴⁸, criticando a falta de conservação dos jardins e monumentos da cidade⁴⁹ ou a parada de automóveis nas ruas de grande movimento, que prejudicava o trânsito, causando transtorno à cidade⁵⁰; instruindo à população como combater moléstias contagiosas.⁵¹ Enfim, assumindo o papel de prestar serviços públicos, advindo das transformações estruturais impostas pelo desenvolvimento do capitalismo. Produtor da modernidade, que atingiu as diversas esferas sociais, *A Tarde* se reservava, ainda, um papel pedagógico, pois afinal não bastava transformar a Bahia só remodelando-a fisicamente, era mister preocupar-se também com a “*educação do povo da cidade*”.⁵²

⁴⁵ BELLO, José Maria. A vida política. *A Tarde*, 04 dez. 1928, p. 1.

⁴⁶ *A Tarde*, 31 jul. 1928, p. 1.

⁴⁷ *A Tarde*, 11 ago. 1928, Tópicos, p. 2.

⁴⁸ *A Tarde*, 13 nov. 1928, Tópicos, p.2.

⁴⁹ *A Tarde*, 29 fev. 1928, Tópicos, p. 2.

⁵⁰ *A Tarde*, 31 jul. 1928, Tópicos, p.2.

⁵¹ *A Tarde*, 28 set. 1928, Tópicos, p.2.

⁵² *A Tarde*, 14 abril 1928, Tópicos, p.2.

A imprensa, uma das instituições da sociedade moderna de amplo alcance social, impôs-se como difusora e, ao mesmo tempo, como formadora da opinião pública. A idéia de opinião pública é básica no ideário liberal, e a despeito de ser cercada por uma certa imprecisão, aparece neste contexto ideológico como opinião do povo sustentada pela tradição e pelo bom senso.⁵³ Expressão de um consenso entre os indivíduos, a vontade coletiva deveria fornecer a base da organização social, preservando nesta as condições naturais da humanidade. A opinião pública na formulação do liberalismo político precisava, todavia, de orientação. O jornal *A Tarde*, no contexto baiano, diligentemente se auto-proclamava como representante e guia dos “*supremos interesses coletivos*”.⁵⁴

Na visão deste jornal, a imprensa em geral era um “*espelho modesto e popular, mas igualmente fiel*” das dúvidas que o povo formulava; pelas colunas dos jornais respiraria um “*público veementemente e inocentemente curioso*”. O “*povo*”, definido como uma “*criança*”, costumava perguntar muito as coisas e gostava de ser “*convencido*”. Não tinha discernimento, mas a notícia o lisonjeava. Por isso, o governo “*verdadeiramente popular*” seria aquele que lançasse mão da imprensa como um “*porta-voz*” e falasse “*continuamente ao povo*”.⁵⁵

A noção de “povo” aparecia nos discursos de forma vaga e imprecisa. Nas representações do jornal *A Tarde*, o “*povo carece de amparo*”.⁵⁶ Mas era também encantado pelo bem falar, deixando-se facilmente iludir-se por uma boa oratória. O povo, segundo *A Tarde*, “*dá tudo por um bom discurso e continua a morrer por quem fala bem*”.⁵⁷

A simbiose entre a coletividade e a imprensa, fazendo uma derivar da outra, num jogo supostamente desinteressado, seria continuamente reiterada pelo vespertino baiano, que trazia quase sempre definições da imprensa como os “*olhos atentos da nação*” e como tal, naturalmente, se lhe atribuía o papel de “*esclarecedora mais legítima*” da opinião pública, a qual, por sua vez, indicaria o

⁵³ Para a noção de opinião pública como elemento constitutivo da teoria liberal, ver HABERMAS, Jürgen. Op. cit. cap. VII. Para a questão da opinião pública como problema da reação do leitor, ver DARTON, Robert. Os best-sellers proibidos na França pré-revolucionária. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, capítulo 10.

⁵⁴ *A Tarde*, 15 out. 1932, p. 3.

⁵⁵ *A Tarde*, 27 abril 1931, p.1.

⁵⁶ *A Tarde*, 25 fev. 1929, Tópicos, p. 2.

“*rumo melhor a seguir pelo bem da pátria*”.⁵⁸ A representação que *A Tarde* fazia da sua interação com o público supunha, portanto, uma identidade entre as idéias que difundia e os anseios populares, justificando, assim, a metáfora do espelho modesto, mas fiel, dos anseios do povo, citada anteriormente.

Todavia, a indistinção entre os interesses das empresas jornalísticas e do público em geral não se mantinha na prática, como evidencia o discurso do jornal que, não raro, utilizava recursos discursivos de indução da opinião pública, como revelam as seguintes expressões: “*meu intuito com essas linhas é chamar a atenção da opinião pública baiana*”⁵⁹ para um determinado fato ou sujeito; “*toda a gente*” se recordaria⁶⁰ e então mencionava um fato passado que lhe havia causado desagrado; ou quando julgava que a orientação seguida por alguém ou por um determinado fato contribuía para recomendá-lo às “*simpatias da opinião pública*”.⁶¹ Em circunstâncias como estas, portanto, o público era conclamado a compartilhar sua própria opinião com a do jornal, que a queria uníssona com as aspirações e preferências políticas e ideológicas dos seus articuladores.

II.3.1 O domínio das elites

A definição que *A Tarde* utilizou de classes sociais, no período analisado, parecia obedecer a critérios relativamente aleatórios. Certo que descreveu a sociedade da época como dividida em classes econômica e culturalmente diferentes e até reconheceu nestas diferenças sociais “*lutas de classes*”, que no “*estado atual do mundo ameaça a velha sociedade burguesa*”⁶². A classificação dos grupos sociais se fazia, em geral, pelo engajamento profissional; deste modo, *A Tarde* falava em “classes laboriosas”, “classes operárias”, “classes comerciais”, “classes conservadoras”, “classes dos jornalistas”, “classes intelectuais”, “classes patronais”, etc.

Mas as diferenças existentes entre os grupos, no ideário político de *A Tarde*, não justificariam tensões sociais. Elas, ao contrário, confirmariam o

⁵⁷ *A Tarde*, 11 fev. 1929, Tópicos, p. 2.

⁵⁸ *A Tarde*, 15 nov. 1932, p. 3.

⁵⁹ *A Tarde*, 21 ago. 1928, p.1.

⁶⁰ *A Tarde*, 06 fev. 1928, p. 1.

⁶¹ *A Tarde*, 10. nov. 1928, p.1.

⁶² BELLO, José Maria. Parlamentarismo e presidencialismo. *A Tarde*, 12. 11. 1928, p. 1.

arranjo harmônico que regia toda a sociedade, desde que às “classes conservadoras” fosse atribuída a condução da vida pública e que as outras se mantivessem nos postos que sua condição de classe profissional permitia. Resguardar para si as prerrogativas do poder foi um traço que caracterizou a mentalidade conservadora dos grupos políticos dominantes na Bahia no final da Primeira República, que se distinguiam dos outros segmentos sociais, dentre outros aspectos, pela acentuada consciência de classe. Segundo Consuelo Novais Sampaio, a consciência de classe era “profundamente marcante” para as elites políticas e econômicas que, embora em número reduzido, encontravam-se unidas pela afinidade de interesses, enquanto esta consciência de classe era “inexistente” para os outros segmentos sociais.⁶³

A direção da política deveria, na visão do jornal *A Tarde*, justificadamente, estar a cargo dessas classes que ocupavam o topo da hierarquia social, dada a sua condição econômica e intelectual, que exerceria uma “influência dominadora” sobre as “camadas populares”. Às elites brasileiras cabia conduzir os processos políticos do país, atentando-se para a necessidade de modificar o “*estado d’alma coletivo*”, que refletia os “*defeitos da nossa educação política e o momento da nossa evolução histórica*”. A falta de “*espírito cívico, de calor e vibração patrióticos tão característicos dos brasileiros*” não seriam transformados pelos motivos militares e revoluções, pois:

a transformação da nossa vida política é obra difícil e lenta, que exige o concurso simultâneo de toda a elite brasileira, melhor esclarecida e mais consciente dos seus direitos e deveres.⁶⁴

Às “classes conservadoras” portanto, deveriam idealizar, promover e sustentar os rumos da política, enquanto as “camadas populares” precisavam de orientação, papel destinado à imprensa, que assim estaria contribuindo para o bem-estar social. As noções difusas de “povo” e de “opinião pública” encontravam ressonância também aí nesta categoria social.

⁶³ SAMPAIO, Consuelo N. Op. cit. p. 156

⁶⁴ BELLO, José Maria. O Congresso. *A Tarde*, 17 jan. 1929, p. 1.

A composição ideológica entre liberalismo e conservadorismo explicitada através do discurso jornalístico, embora pareça paradoxal, é, todavia, uma especificidade do liberalismo brasileiro. A assimilação do liberalismo europeu pelas elites letradas e políticas não só da Bahia, mas também do Brasil, foi marcada por uma profunda ambigüidade: o conservadorismo arraigado das elites brasileiras se fundiria com os princípios liberais da ideologia burguesa.⁶⁵ O jornal *A Tarde* se constituiu num paradigma representativo deste fenômeno: defendia os princípios liberais, como o direito à cidadania e à democracia, mas os interesses políticos e econômicos dos seus articulistas tornavam seu discurso intolerante para com qualquer suspeita de ameaça à ordem constituída.

Acreditando que a solução de muitos problemas brasileiros viria da valorização da intelectualidade nacional, o jornal *A Tarde*, no final da Primeira República, defendia que a política teria que ser pensada e desenvolvida por uma elite intelectual. Em agosto de 1928, a proximidade da campanha eleitoral para a Presidência da República colocou a necessidade de se pensarem nomes e, então, surgia uma oportunidade para se perceber não só os vínculos políticos partidários, mas o jornal como agente da projeção dos candidatos, na medida em que traçava o perfil de governante adequado para dirigir “os destinos nacionais”.

Por outro lado, evidencia-se também o jornal como espaço em que os intelectuais e os políticos de carreira se utilizavam para reafirmar a coesão da sua pequena comunidade.⁶⁶ Assim, Hermes Lima aproveitava a ocasião para assinalar que o momento era próspero em “*vultos exactos de homens de governo*”. Segundo sua estimativa, eles não teriam existido até um passado recente. “*Ultimamente*”, entretanto, era-lhe “*possível contar, nos diversos governos estaduais do Brasil*” esta presença. Destacando a Bahia no seu artigo, apontava as figuras de Góes Calmon e Vital Soares como representantes de uma elite que teria em Júlio Prestes um líder natural. Segundo sua visão, governando a mais poderosa e rica das unidades da Federação, o sr. Julio Prestes se impunha dentre essa “*elite de politicos novos*”, “*cultos e capazes*”, como o “*líder natural*” de todos eles.

⁶⁵CAPELATO, Maria Helena e PRADO, Maria Lígia Prado. *O Bravo Matutino*, p.130.

Chamando a atenção da opinião pública baiana para a “*grande figura de administrador*” que, à época, presidia os destinos de São Paulo, o autor concluía que as qualidades observadas tornavam-no potencialmente candidato à presidência do Brasil, pois Julio Prestes era realmente “*uma figura de commando*”. E projetava para o futuro a extensão do seu governo para o Brasil, que sob o seu comando haveria de “*marchar resolutamente para a conquista de sua força e de sua grandeza*”.⁶⁷

A imprensa baiana, portanto, era espaço privilegiado de atuação política dos letrados, egressos das instituições acadêmicas, literatos, professores, médicos, engenheiros, advogados e jornalistas que, em geral, usavam a imprensa como meio para inserção na vida política. Analisando a importância da imprensa na formação dos intelectuais, Paulo Santos Silva conclui que o jornalismo compensava pela projeção social que se poderia conferir àqueles que o exerciam, pois além de conquistar possíveis gratificações psicológicas, poder-se-ia abrir portas para ingressar na política e nos empregos públicos.⁶⁸

Assim, toda a imprensa caracterizava-se essencialmente pela militância política, independentemente de apoiar ou opor-se ao governo constituído. Nesse espaço, as projeções se faziam numerosas, inclusive sobre a “*arte de dirigir os homens*”, considerada “*difícil e cautelosa*”, pois a responsabilidade do mando, às vezes, os impedia de dizer o que sentiam⁶⁹.

Dentre as qualidades do bom governante eram ressaltados “os valores intelectuais”. Entendia-se, então, que “*só os homens de inteligência e idéias podem debater ou realizar coisas interessantes*”. Lamentava-se, entretanto, que no Brasil, a inteligência e a cultura não tivessem o apreço e a função que lhes cabia, apesar de haver no país uma elite capaz, e concluía-se:

é a esta elite que caberia a missão de elevar o nível de
nossa vida pública, pelo estudo e debate na imprensa, nos

⁶⁶A elite intelectual baiana mantinha a prática de escrever biografias uns dos outros como estratégia de manter a unidade e coesão do grupo. Ver SILVA, Paulo Santos. *Âncoras de tradição*, p. 103.

⁶⁷LIMA, Hermes. Um líder de homens de governo. *A Tarde*, 21 ago.1928, p.1.

⁶⁸SILVA, Paulo Santos. *Âncoras de Tradição*, p. 83.

⁶⁹*A Tarde*, 08 out. 1928, p.1.

partidos, nas universidades, nos clubes e associações de classe, dos problemas nacionais.⁷⁰

Os critérios que definiam a competência política tornavam evidentes os limites elitistas do pensamento político dos articulistas do jornal, pois possuir “cultura” era uma prerrogativa das elites, salvo raras exceções.⁷¹ Por outro lado, reafirmava-se a política como prática personalista que depende da marca própria do indivíduo, o que determinava não somente a incompetência, como a competência política, como se estivesse a dizer que o Estado se constitui pela ação de um único homem. Além disso, o perfil de político aí esboçado definia como próprio do político um desejo de liderança, um bom político é aquele que quer ser guia de um povo.

II.3.2 A participação da mulher na política: a questão do voto feminino

As discussões sobre a participação política das mulheres, através da legitimação do voto feminino, passaram por momentos diferentes, evoluindo da total aversão à aceitação. Inicialmente, o jornal, consoante com os ideais machistas das elites, ironizava ante esta possibilidade, reafirmando freqüentemente uma imagem da mulher como um “bibelô” que, antes de tudo, existe para atrair os olhares masculinos. Sendo em geral reconhecida pela sua beleza e recato, a mulher ocupava, no início do século XX, um lugar “secundário” na sociedade, limitando seu papel a ser boa dona de casa e boa mãe.

O avanço do capitalismo e as transformações daí advindas ameaçaram a estabilidade desta imagem da mulher, construída a partir do referencial das mulheres bem nascidas, e que os meios de comunicação, a escola em seus diferentes níveis, a família, os valores hegemônicos da sociedade em geral, faziam universalizar-se interferindo no processo de percepção da realidade que se definia pela homogeneidade e pelo não reconhecimento das diferenças existentes na

⁷⁰ BELLO. José Maria. A vida política. *A Tarde*, 04 dez. 1928, p.1.

realidade. Esta imagem referia-se às mulheres das classes dominantes, sem encontrar guarida entre as mulheres pobres que, no seu cotidiano de luta pela sobrevivência, não podiam encarnar o puro papel da maternidade, uma vez que precisaram aprender e desenvolver estratégias que conciliassem sua condição de mãe e trabalhadora.⁷²

Entretanto, a imagem de doce e maternal, representando uma mulher universal, foi difundida pela imprensa, particularmente pelo jornal *A Tarde* que, na primeira metade do século XX, através da coluna “Feminismo” ou de editoriais, difundia um feminismo moderado visando evitar insuflar-se com “os ímpetos modernizadores do capitalismo” e com “as novas ideologias de cunho libertário”. Nos primeiros anos década de 1920, a coluna Feminismo trazia quase sempre notícias de batizado, casamento, enterro ou mensagens de cunho moralizante. Enquanto destacava-se a beleza e meiguice das recatadas senhorinhas, comentava-se com estranheza a possibilidade de inserção das mulheres no mercado de trabalho.⁷³

Sobre a inserção da mulher na vida pública, *A Tarde* mostrava-se cauteloso, seus articulistas declaravam não estar entre seus “maiores entusiastas”, preferiam a “opinião moderada” e esperavam que “a causa das mulheres” obedecesse à “evolução natural”: não podiam deixar de reconhecer, porém, que elas estavam dando provas de uma “admirável tenacidade”.⁷⁴ A falta de receptividade à questão do voto seria mais um exemplo da ambigüidade intrínseca ao liberalismo brasileiro, e baiano particularmente, que repudiava idéias liberais que mexessem no fundo de valores bem sedimentados. Mais que isso, vale ressaltar que o liberalismo como teoria de dominação social é, ao mesmo tempo, democrático e autoritário.⁷⁵

Insistindo numa postura ambígua, por vezes desdenhosa, *A Tarde* fez larga referência à discussão em torno do voto feminino, reconhecendo que algumas

⁷¹ Sobre formação e composição social do homens de letras na Bahia, ver SANTOS, Paulo Silva. Âncoras de tradição, capítulos IV e V.

⁷² Ver FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. Op. cit.

⁷³ Idem, ibidem.

⁷⁴ *A Tarde*, 02 fev. 1928, Tópicos, p. 2.

⁷⁵ CAPELATO, Maria Helena. *Os arautos do liberalismo*, p.23.

“*mãos inteligentes e liberais*” haviam-na tomado para exame, mas reafirmava cauteloso que não queria comprometer-se. Julgava ainda cedo para opiniões, mas previa que num futuro próximo o “*eleitorado de saia*” estaria “*fazendo furor em todo país*”. Gracejava, em seguida, completando, que o eleitorado “*de calças*” que sempre lhe quis o teria “*bem pertinho*”.⁷⁶ Este jogo de palavras utilizado no discurso jornalístico demonstra o que Mikhail Bakhtin chama de “ubiquidade social” da palavra que “penetra literalmente em todas as relações entre indivíduos”, registrando as fases transitórias mais íntimas ou efêmeras das mudanças sociais.⁷⁷ *A Tarde*, dizendo que não ia dizer o que pensava sobre a questão do voto feminino, já dizia.

Em janeiro de 1929, *A Tarde* publicou um artigo enviado por um articulista inglês, o qual expressava bem os limites autoritários do liberalismo, discorrendo sobre o papel da mulher na sociedade liberal. Sob o título de *Os perigos do feminismo na Inglaterra*, o articulista ponderava que a “civilização” clamava pelo “direito de igualdade” porém, se a mulher, por amor dessa igualdade, iniciasse uma “revolução” contra “leis imutáveis da natureza”, o “progresso civil” transformar-se-ia em “corrupção e decadência”. Dizia ainda que as feministas inglesas combatiam uma desigualdade que, se fosse eliminada, destruiria “completamente a sociedade”, a “maternidade”.

A partir daí o problema da igualdade civil da mulher seria abordado sob a perspectiva da ameaça de desagregação de uma das instituições mais sólidas da sociedade burguesa, a família. O articulista inglês reconhecia que a organização desta instituição impôs à mulher “sacrifícios dos quais o homem não tem a menor noção”; que a mulher tinha a seu cargo todos “os ônus da função procriativa”, da qual o homem só desfrutava o prazer, e que a mulher estava muito mais incumbida que o homem do dever de “criar a sua prole”. Este reconhecimento, porém, não significava, dizia ele, que o homem devesse tornar-se colaborador e cúmplice da companheira que escolheu – consciente ou inconscientemente – para efetuar a “função de propagador da espécie.” Por fim, concluía o articulista que o

⁷⁶*A Tarde*, 11 out. 1928, Tópicos, p. .2.

⁷⁷BAKHTIN, Mikhail. Op. cit. p. 41.

casamento de “*sacramento*” transformar-se-ia em “*meretrício*”, e a sociedade, antes de “*purgar-se pelo sacrifício sublime das mães*”, acorrentar-se-ia à “*bacanal do prazer*”.⁷⁸

Nesta perspectiva fora assinalado um argumento bastante contundente, contrário à extensão da igualdade civil às mulheres: a dissolução de um “*sacramento*”, a família, representada aí pelo casamento. Não fora, é bem verdade, produzido pelos articulistas de *A Tarde*, mas não se pode duvidar da sua convivência com esta argumentação; se não por que veicularia o artigo? Certamente, porque julgaram instrutivos e esclarecedores os argumentos apresentados. Inicialmente, o jornal preferia declarar-se sem posição definida, dizia ainda estar “*maturando*” a questão da participação política da mulher. A sua indefinição neste particular evitava o seu comprometimento público, porém *A Tarde* foi aos poucos deixando mais explícita sua opinião, que esse jogo de palavras parecia querer ocultar.

Em 10 de maio de 1930, um dos seus articulistas comentava um artigo sobre o voto feminino publicado na Revista do Direito Público. Começava o comentário com uma nota maliciosa sobre a sexualidade da assinante do artigo, Mirths Campos, dizendo não saber como tratá-la, “*se por sr. ou sra*”. Segundo o articulista do jornal *A Tarde*, o artigo era apenas “*mais um dos tais*” que defendiam “*fogosa e calorosamente*” o voto feminino, através de uma “*discussão*” meramente “*teórica*”. Para ele era preciso conjecturar sobre condições concretas pois, “*mesmo admitindo a hipótese*” da Constituição permitir que as mulheres votassem, ter-se-ia de fazer as seguintes perguntas: o Brasil estaria “*em condições*” de adotar o voto feminino? Estariam as mulheres brasileiras “*aptas*” a bem desempenhar essa “*missão cívica*”?

O autor que se propusera a colocar o problema do voto feminino em bases bem concretas, ponderava que havia motivos de sobra para encerrar o assunto, não seria “*nem mesmo necessário*” usar como argumentação “*as diferenças fisiológicas da mulher*”, que tanto trabalho já davam aos médicos. Pela sua ótica, bastava que se olhasse para os homens pois, antes de se cuidar do “*sexo fraco*”,

⁷⁸STREET, Peter. Os perigos do feminismo na Inglaterra. *A Tarde*, 08 jan. 1929, p.4.

era preciso cuidar do “forte”. E concluía, dizendo com certo cinismo, que não queria que se zangassem com ele, por isso, opinava que às mulheres fosse dado “*em parte*” o direito de votar, mas “*apenas nos concursos de beleza!*”⁷⁹

Este posicionamento, expressamente contrário ao voto feminino, iria se reafirmar à medida que o tempo passava, assim como a perspectiva acentuadamente machista com que o tema era abordado. Em abril de 1931, ante a possibilidade de que o voto feminino e, também, o voto secreto fossem instituídos, *A Tarde* lastimava-a como um absurdo “*clamoroso*”. E explicava, que de fato, a “*entrada teatral das mulheres na vida pública*” não deveria “*aterrorizar os homens*”, pois elas não cresceriam com isso; ao contrário, se elas diminuíssem, tornar-se-iam banais, ao igualarem-se aos “*pobres mortais*”. A abordagem do jornal reduzia a questão do voto feminino à querela entre os sexos, sugerindo que a solução do “*problema futuro*” deveria se inspirar numa anedota, que dizia serem as rainhas mais poderosas que os reis, porque enquanto estes eram dirigidos pelas mulheres, as rainhas o eram pelos homens. Assim os homens poderiam tomá-la como exemplo não só porque tinha “*graça*” como porque era verdadeira.⁸⁰

Na visão do jornal *A Tarde*, o feminismo transfigurava a beleza feminina e era um resultado da frustração por não ter-se casado. As feministas eram um subgrupo das “*horríveis espécies femininas*” originadas da “*classe insana, descontente, vingativa e audaz das solteironas*”.⁸¹ Mas estes atributos poderiam ser revertidos através de uma “*leve esfoladura na feminista*”, a partir do que apareceria “*inconfundível a eterna mulher*”, a “*flor mais cobiçada do planeta*” ou, ainda, “*o mais necessário*” dos males masculinos.⁸²

Entrementes, como empresa capitalista que era, *A Tarde* não poderia negligenciar com um público potencial representado pelas mulheres e, então, abriu um espaço no jornal dedicado à causa feminista, apresentando pela ótica das feministas baianas a discussão sobre a questão da emancipação política da mulher. Foram entrevistadas mulheres baianas de destaque: médicas, professoras,

⁷⁹ *A Tarde*, 10 maio 1930 p.3.

⁸⁰ *A Tarde*, 07 abril 1931, p.1.

⁸¹ *A Tarde*, 11 abril 1931, p. 3.

⁸² *A Tarde*, 09 maio 1931, p. 3.

socialites, advogadas. Ao final da publicação de uma série de entrevistas com as feministas baianas, *A Tarde* esclarecia que o objetivo da nova seção fora “*fazer conhecido de muitos*” o ideal feminista, exposto nas “*mais interessantes e brilhantes*” respostas dadas pelas “*adeptas da causa*”, nomes dos “*mais respeitáveis e representativos da nossa sociedade*”. Enfatizava o jornal que as feministas haviam deixado claro o exato significado do feminismo “*afastando por completo*” a idéia que muitos tinham de que fosse uma “*‘masculinização’ da mulher*”.⁸³

II.3.3 Os limites racistas da cidadania

Além e associada à dimensão classista da sociedade, anteriormente referida, destacava-se no discurso de *A Tarde* uma visão das relações inter-raciais que menosprezava a participação social de índios e negros. Os índios eram representados como “selvagens”, com a nítida significação de atraso e barbárie, sendo a eles negado qualquer reconhecimento dos seus direitos de cidadãos. Quanto aos negros, a sua condição de inferioridade foi freqüentemente acentuada pelo jornal, sendo representados como pretensiosos em relação a posições sociais que sua condição racial não permitiria alcançar.

O preconceito racial tinha lugar de forma explícita ou subliminar em artigos que não tratavam especificamente de questões raciais como, por exemplo, quando reclamavam da limpeza pública, de vandalismo na cidade ou relatavam um crime passionai ocorrido no Rio de Janeiro. Este último tema foi objeto de um longo artigo, cuja análise é representativa da significação mais usual das relações entre negros e brancos.

O artigo publicado em fevereiro de 1930 tratava de um envolvimento amoroso entre Annibal Pereira da Rosa e Alzira Lopes de Carvalho, cujo desfecho foi trágico. Ele, “*de cor preta*”, fora o autor de uma cena “*revoltante*”;

⁸³ *A Tarde*, 22 abril 1931, Tribuna Feminista, p. 3.

tinha 26 anos e uma atividade profissional duvidosa, já que às vezes dizia que trabalhava “*em um café*”, outras que era trabalhador “*de café*”, mas no cais do porto. Ela, que “*tombou naquela cena rápida*”, era “*de cor branca e muito jovem*”, “*uma menina*”, poder-se-ia dizer, pois ainda não completara quinze anos.

Segundo o artigo, fora “*a questão da cor*” o motivo principal da recusa que “*encolerizou*” Annibal, que chegou ao ponto de armar-se para “*arrancar à vida*” uma menina, “*boa filha*”, “*obediente e dedicada*”. Via-a todos os dias e, pouco depois, já se “*cumprimentavam com sorrisos*”. Ele, porém, não quisera “*reparar na diferença da cor*”, que poderia “*certamente servir de obstáculos*” às suas futuras pretensões quando fosse falar em casamento com aquela menina ou com seus pais, que “*certamente*” não dariam o assentimento “*para realização de um casamento*”, pois além de a filha ser “*criança e doze anos mais moça*”, o pretendente era “*um homem de cor*”.

Annibal, indiferente à sua condição racial, “*entendeu cortejá-la*” e, a considerar os comentários que o articulista recolheu do caso, Alzira “*correspondia, em parte, às intenções com que o rapaz a distinguia*”. Segundo os comentários reproduzidos, os dois chegaram a namorar; dizia-se então que “*Alzirinha*” estava “*dando corda*” ao Annibal. E arrematavam-se os comentários sobre o namoro com julgamentos e lamentações, pois considerava-se o fato uma “*pena*”; ela era “*tão engraçadinha*” e ele, “*coitado*”, “*tão sem graça*”, e parecia, ainda, ser “*um homem violento*”. O fato é que este namoro fora “*coroadado*” com “*sangue*” e então se lamentava a ignorância dos pais da moça.⁸⁴

Este longo relato pouco esclarece sobre as circunstâncias objetivas do crime, mas é bastante significativo para uma análise da ideologia. Annibal, sendo um “*homem de cor*”, é um personagem emblemático da visão que as elites letradas, políticas e econômicas tinham dos negros e de sua relação com os brancos. “*De cor preta*”, apresentava reações como a cólera ou a atitude de “*armar-se o braço*”; parecia um “*homem violento*”, em contraposição às reações e características de Alzira, “*moça branca*” que era “*boa filha*”, “*obediente e*

⁸⁴ A Tarde, 14 de fev. 1930, p. 4.

dedicada”. Além disso, o texto fazia outra contraposição entre brancos e negros, comparando os dois personagens. Assim, enquanto “Alzirinha” era “tão engraçadinha”, Annibal era um “coitado”, “tão sem graça”. Este jogo de contraposições definia o caráter dos personagens e, não por acaso, as qualidades negativas foram associadas ao personagem negro desta história.

Este recurso foi recorrentemente usado pelo discurso de *A Tarde*, na época em estudo. E, ainda que sejam ressalvadas as recomendações de não se homogeneizar as categorizações do ser negro nos jornais, pode-se, entretanto, observar uma perspectiva estigmatizante em relação ao negro na imprensa da Bahia: em geral representado como inferior e incivilizado. Em contraposição, o branco era representado como superior e portador dos padrões de civilidade europeus.⁸⁵

Além de associar a condição racial dos sujeitos sociais à conformação do seu caráter, o discurso jornalístico associava à noção de raça padrões estéticos e de civilidade. A venda de “*guloseimas africanas*” nas esquinas e lugares movimentados, juntamente com “*cães soltos*”, “*lixo nas calçadas e nas sarjetas*”, formava um quadro que dava uma feição “*arcaica*”, “*colonial*”, “*decadente*” aos hábitos de certos segmentos sociais que, “*refratários ao progresso*”, rememoravam com saudade, “*babosos*” e “*cheios de unção*” estes hábitos “*d’antanho*”, que já não eram mais suportados em “*parte alguma*”, onde a higiene lograsse “*foros de cidadania*”.⁸⁶

O exercício da cidadania, pré-requisito do cosmopolita projetado pela ideologia liberal burguesa, encontrava-se limitado em terras baianas na percepção do vespertino, pelos hábitos anti-higiênicos dos habitantes de Salvador, cidade que havia se “*afamado*” pelo “*desasseio das ruas*”. Embora isso já estivesse “*um bocado melhor*”, ainda se juntava ao nome da Bahia a “*deprimente lembrança da imundície*”. Isso, dizia o jornal, não era “*culpa*” somente do “*poder público*”, mas devido aos hábitos praticados por alguns sujeitos, e ilustrava com um caso ocorrido em plena Avenida Sete, o qual era protagonizado por “*um negralhão*

⁸⁵ BACELAR, Jeferson. *A hierarquia das raças: negros e brancos em Salvador*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001, p. 48.

⁸⁶ *A Tarde*, 09 abril 1928, Tópicos, p. 2.

transeunte”, que ia comendo uma manga e jogando as cascas na rua. Considerando-o passível de reprimenda, *A Tarde* apelava para a vigilância do guarda civil, que deveria tê-lo obrigado a apanhar os detritos.⁸⁷ Assim, a despeito da igualdade formal dos cidadãos ser um pressuposto fundamental do ideário liberal que propagava, *A Tarde* encontrava razões para afirmar a inferioridade dos negros.

Embora a tônica do seu discurso circulasse em torno da garantia dos direitos civis, da democracia, do exercício da cidadania, referidos como signos do progresso e da modernidade, em situações que envolviam a possibilidade de "favorecimento" de atores sociais que foram marginalizados culturalmente, como os índios, por exemplo, a intolerância ficava evidente, reforçando valores e crenças que supostamente justificavam a marginalização a que foram submetidos. Comentando sobre algumas medidas do Governo Federal, o jornal se opunha à sua resolução de ter incluído na previsão orçamentária uma destinação de verbas para atender necessidades de indígenas, o que julgava desnecessário e indevido.

Com um discurso inflamado, declarava que se ainda havia índios na Bahia eles deveriam gozar as doçuras que Maomé prometeu aos crentes no seu paraíso, porque “*dinheiro federal nunca lhes faltou*”. Num tom de indignação, censurava o governo por ter determinado cortes em outros serviços de utilidade, em favor dos índios. E concluía que “*esses pobres silvícolas*” tinham o “*dom de comover os governos da república*.”⁸⁸

Além do aspecto político que desfavorecia e excluía estes grupos de baianos, ficava evidente a atribuição de um valor social, colaborando com a construção da contraposição entre civilização e barbárie, sendo, este último, o "estágio" em que se encontravam os índios baianos de então. *A Tarde* refletia em seus posicionamentos as teorias raciais adotadas pelos intelectuais do final do século XIX e início do século XX. Estas teorias inferiam a condição cultural dos diferentes grupos étnicos da noção de raça, a qual determinava não só os traços

⁸⁷ *A Tarde*, 12 jan. 1929, Tópicos, p.2.

⁸⁸ *A Tarde*, 11 fev. 1928, p.1.

físicos, como também a condição social e a conduta moral dos indivíduos.⁸⁹

O trecho abaixo foi retirado de uma matéria que tratava da construção da estrada que ligaria as cidades de Conquista e Itabuna, elogiando a iniciativa do governo do Estado, que permitiria o “*estreitamento*” das relações comerciais entre os “*dois florescentes núcleos de trabalho*”. A apreciação que o jornal fez acerca dos índios, que não eram o objeto da matéria em questão, denunciava a concepção que os representantes das elites letradas de Salvador tinham destes atores sociais :

*“... Existe um caminho para alimárias e cargas ligando Conquista a Itabuna, o qual, apesar de acidentado e cheio de perigo, é bastante transitado. De quando em quando os índios atacam os comboios que por ele passam e ferem muares e almocreves. É pura verdade: há selvagens, selvagens de arco e flecha naquela abandonada e ainda virgem região da Bahia!...”*⁹⁰

O racismo era, portanto, expresso e reafirmado em diversas cenas do cotidiano. De diferentes formas o jornal deixava transparecer sua crença na hierarquização das raças humanas. Idealizava um futuro em que os elementos considerados inferiores iriam desaparecer, chegando ao extremo de defender a eugeniação das raças. Acreditava que desta prática adviriam conseqüências de grande valor para o progresso nacional.⁹¹

No entanto, contraditoriamente, afirmava-se a igualdade entre as pessoas, os direitos dos cidadãos, etc. Assim, se evidenciam as ambigüidades específicas do discurso do jornal *A Tarde*, mas torna-se também evidente que a reprodução de imagens e textos, forjados a partir das contradições da linguagem, ganha uma

⁸⁹ Sobre a assimilação e adaptação das teorias raciais européias pelos intelectuais brasileiros, ver SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870 – 1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

⁹⁰ *A Tarde*, 09 mar. 1928; Tópicos, p.2.

⁹¹ *A Tarde*, 09 mar. 1929, p. 1.

dimensão mais ampla e, ultrapassando a simples lógica de classes, é agenciada pelos diferentes grupos tornando-se verdades que conformam os modos de pensar de uma determinada época. Não raro, os modos de pensar ultrapassam épocas diferentes e manipulam temporalidades distintas: as ideologias se inscrevem na longa duração, mas colaboram na constituição das conjunturas e interesses imediatistas.

No próximo capítulo serão abordadas as construções discursivas sobre os problemas econômicos e como se sugeriam resolvê-los. A idealização do Brasil como futura potência mundial ou a indicação dos pressupostos da economia capitalista como base do progresso foram crenças fartamente repetidas. A partir dessas crenças mobilizaram-se poderes cuja repercussão social era limitada: os poderes legitimavam os interesses imediatos de poucos grupos. Buscavam-se soluções dos problemas brasileiros, mas, em geral, as respostas consistiam em propostas de empreendimentos que trariam maior lucro e prosperidade aos produtores agrícolas e comerciantes.

CAPÍTULO III

AS DIRETRIZES DA POLÍTICA ECONÔMICA

A atenção do jornal *A Tarde*, no período de 1928 a 1932, inclinava-se principalmente para as questões políticas, mas os problemas e interesses econômicos também se constituíram objeto de análises e freqüentes discussões desenvolvidas em suas páginas. Externava insatisfeito a convicção de que o Brasil se encontrava numa situação de inferioridade material em relação a alguns países considerados desenvolvidos. Explicava que, em certa medida, esta condição devia-se à pouca idade do país, e empenhou-se em identificar os problemas que impediam-no de marchar nos trilhos do progresso, buscando razões no atraso material e sugerindo medidas que eliminassem os entraves ao progresso.

Os problemas econômicos brasileiros eram muitos e de difícil resolução, constatava *A Tarde*, mas para elevar o país à condição de riqueza, que o transformasse em grande nação mundial, fazia-se necessário um exame atento da origem dos problemas e da situação conjuntural, bem como projetar algumas possibilidades futuras. Para isso, *A Tarde* fazia constantemente comparações entre as condições sócio-econômicas vigentes no Brasil e aquelas experimentadas pelas grandes potências mundiais, especialmente Estados Unidos e Inglaterra.

O objeto central nas preocupações de *A Tarde*, porém, consistia em encontrar soluções para os problemas da economia baiana, seja discutindo a orientação da política econômica tanto em nível federal como estadual, seja avaliando medidas do governo federal relativas à aplicação de impostos ou à falta de incentivo para as culturas agrícolas regionais ou, ainda, reafirmando uma vocação agrícola da Bahia e do Brasil, que deveria ser valorizada e explorada por investidores mais agressivos.

São Paulo, por ser considerado como o estado mais rico e próspero do Brasil, era tomado como paradigma; a Bahia devia imitar-lhe os passos para tornar-se também rica e próspera, condição que lhe permitiria integrar-se aos centros de decisões, exercendo a mesma influência que os grandes estados exerciam no estabelecimento de diretrizes da política econômica, possibilitando, conseqüentemente, o atendimento aos interesses econômicos das classes consideradas produtivas.

III.1 O Futuro do Brasil

As contradições manifestas no pensamento liberal veiculado pela imprensa brasileira são derivadas em grande medida dos interesses econômicos imediatos das elites.¹ Em relação ao pensamento das elites baianas representadas pelo jornal *A Tarde*, no período estudado, as contradições se tornavam mais evidentes quando se buscava soluções para os problemas econômicos do Brasil. Então se entrecrocavam a orientação da modernização da produção, através da utilização dos recursos tecnológicos mais avançados, e a defesa da velha forma de exploração econômica, ou seja, a agricultura.

Num artigo intitulado *Trabalho - O Brasil futuro*, seu autor discutia as particularidades do trabalho no campo, considerando aspectos históricos como a formação racial e a formação econômica do país, fatores que apareciam inter-relacionados. O autor dizia que as razões da insatisfatória exploração da terra no Brasil encontravam-se, primeiramente, no povoamento e, por outro lado, no “*estigma da escravidão*” que este trabalho carregava.²

Os povos ibéricos, estando entre os que povoaram o Brasil, teriam deixado como herança o apego às “*explorações comerciais*”, atividade que preferiam,

¹ Ver sobre as contradições do pensamento liberal veiculado pela imprensa CAPELATO, Maria Helena. *Os arautos do liberalismo. Imprensa paulista 1920 – 1945*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989. Ver também CAPELATO, Maria Helena e PRADO, Maria Lígia. *O bravo matutino. Imprensa e ideologia: o jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1980.

² COSTA, José Antônio da. Trabalho. O Brasil futuro. *A Tarde*, 08 jun. 1929, p.1.

afastando-se da exploração da terra que “*só retribui a quem a lavre e semeie, após infíndos cuidados e pesados labores*”. Por outro lado, o povo brasileiro se dedicava a contragosto aos “*árduos afazeres da vida do campo*”, porque acreditava que este trabalho não compensava, dada uma “*mentalidade predominante*” que o associava à escravidão.

Segundo o autor, esta mentalidade tendia a desaparecer, pois com o fim da escravidão fora “*introduzida aqui forte corrente de imigrantes, de povos livres e sem preconceitos contra o trabalho*”, de modo que este estava se reabilitando e se constituindo em “*nobre atividade a que sem desdouro qualquer pessoa*” podia dedicar-se. Afinal, “*o trabalho é sem dúvida função nobilitante e elemento certo de conseguir bem estar*”, citava esta máxima exemplar que ouvira de um negociante falido que teria se restabelecido através do trabalho em uma fazenda.

Seguia o artigo perguntando qual a atividade que os brasileiros deveriam preferir para o “*maior progresso*” da pátria e respondia sem maiores explicações que, pondo de lado as “*atividades múltiplas e necessárias à assegurar a ordem social*”, havia a indústria e o comércio. A partir daí desenvolveu uma pequena digressão sobre a organização do trabalho, dizendo ser a divisão do trabalho “*fecundo princípio propulsor do progresso mundial*”. E de sua inobservância se chegaria a uma “*luta de interesses perturbadores da harmonia econômica da sociedade nacional*”.

Entretanto, segundo a ótica do autor, o Brasil gozava um certo privilégio nesta situação, porque não entrara nesta “*porfia das atividades perturbadoras*”, ou seja, não tinha o afã que acometia, então, outros povos de querer produzir “*todas as utilidades necessárias à sua manutenção*”. Além disso, constatava que “*tudo*” que aqui se produzia tinha “*grande procura nos mercados externos*” mas, assegurava que para aumentar a produção o brasileiro precisava procurar “*as atividades do campo*”, as quais já não tinham “*aquele aspecto temeroso do isolamento, da falta de relações sociais*”.

Chegaria ao campo todo o arsenal tecnológico da modernidade sem, entretanto, tirar-lhe a beleza e tranqüilidade. “*O telefone, o rádio-telefone, o automóvel e breve o aeroplano estarão ali para levar ao habitante do campo, o*

que lhe faltava, o conforto da vida social". Na previsão do autor todo o "vasto hinterland" brasileiro haveria de se transformar abrigando grande população em "cidades ricas, dotadas de todos os elementos de progresso", apesar de situadas no sertão, rico e belo, mas depreciado até então.

Finalmente o autor completava seu artigo evocando o exemplo dos norte-americanos, "*povo de índole enérgica e combativa*" que, através da "*abençoada religião do trabalho*", afugentou para sempre as contendas internas, tirando do árduo trabalho no campo a riqueza e prosperidade. E ponderando que o índice populacional do Brasil em 1929 era equivalente ao dos Estados Unidos em 1868, quando houve a guerra civil americana, concluía que não havia razões para descontentamento entre os brasileiros, mas alertava: "*apenas a marcha do nosso progresso deve ser acelerada, para bater uníssono com o compasso, que rege atualmente o mundo*".³

Alguns aspectos ideológicos cruciais e bem generalizados no pensamento econômico das elites baianas são bem ilustrados por este artigo que é extremamente representativo de idéias gerais cultivadas pela elite da época. Por um lado, elegia-se o trabalho agrícola como prioridade, e falava-se especificamente deste tipo de trabalho, ou falava-se de uma perspectiva geral da qual "o trabalho" emergia como fator de enobrecimento do homem, sendo menosprezadas as condições concretas em que se exerciam as diferentes modalidades de trabalho; como e em que medida as diferentes categorias de trabalhadores se tornariam nobres não foi indicado no texto.

Veja-se, porém, que a totalidade das formas de trabalho e dos homens que trabalhavam fulguravam no texto, através do intertexto que aponta para um amplo campo de significação pela remissão à universalidade configurada pela utilização da expressão "o trabalho". Veja-se ainda que o autor associava o trabalho agrícola à exploração escravista, apesar de sugerir que esta associação devia-se à valoração negativa deste trabalho, feita pelos trabalhadores brasileiros, a qual decorria, no entanto, de uma mentalidade em extinção. Por outro lado, justificava segregações raciais, na medida em que identificava o imigrante branco e europeu como

³ COSTA, José Antônio da. Trabalho. O Brasil futuro. *A Tarde*, 08 jun. 1929, p. 1.

responsável pela valorização do trabalho devido à sua “desprendida” dedicação, enquanto que o brasileiro, por preconceito, depreciava o trabalho agrícola, considerando-o demasiadamente árduo e associando-o a escravidão.

O artigo ainda fazia referência a argumentos recorrentes na oratória dos homens da elite, como por exemplo, a concepção evolucionista da história, evidenciada através da projeção para o futuro da riqueza e prosperidade da nação brasileira; a comparação com os países considerados ricos e prósperos, principalmente os Estados Unidos, cujas diretrizes políticas e econômicas deveriam ser imitadas, e a valorização da organização urbana. Mesmo neste caso, em que se apresentava a vida no campo como uma alternativa de viabilizar um futuro de riqueza material, vislumbrava-se a edificação de grandes cidades, as quais, por sua vez, se traduziam como símbolos de progresso.

Projetando soluções para o futuro ou registrando algumas conquistas já realizadas, constatava-se, invariavelmente, que o Brasil precisava superar o atraso e encaminhar-se para o progresso. O avanço nesta direção já se observava em certas regiões do país, particularmente em São Paulo, reiteradas vezes louvado pelo jornal *A Tarde*, que via nesta atitude “*uma obra de verdadeiro patriotismo*”, dado o “*assombroso progresso*” deste “*grande estado*”. Neste sentido, o jornal clamava pela abolição das “*divisórias geográficas*” em favor de um sentimento de “*brasilidade*” que suprimisse os regionalismos “*mesquinhos*”, pois explicava:

tudo para nós é o mesmo Brasil opulento e generoso, de incomparáveis possibilidades econômicas, inexauríveis reservas, fadado amanhã à culminância mundial. Tudo que seja, fazer a propaganda do seu avanço, esteja ele ocorrendo onde ocorrer, é dever de qualquer brasileiro, seja do norte, de referência ao sul, seja do sul com relação ao norte.⁴

Apesar de São Paulo despontar como um paradigma, constantemente reafirmado, do progresso que se almejava alcançar, a supressão das fronteiras

⁴ *A Tarde*, 20 jun. 1929 Tópicos, p. 2.

regionais era sugerida num momento oportuno para as elites baianas que apoiavam a chapa oficial à presidência da República, nas eleições de 1930, a qual era composta por um paulista, Júlio Prestes, e um baiano, Vital Soares. Assim, Guilherme Marback, num artigo intitulado *Liberalismo e café*, acusava a Aliança Liberal liderada pelo gaúcho Getúlio Vargas e o paraibano João Pessoa de se aproveitar do momento delicado por que passava a economia brasileira para dirigir ataques aos seus adversários políticos.

O autor explicava que a delicadeza deste momento decorria da crise de desvalorização do preço do café no mercado internacional, abalado com a crise no mercado de títulos de Nova York; não derivava portanto, de interesses regionais. Por isso, assegurava que a utilização desta crise para atingir Washington Luís e Júlio Prestes tornava-a maior e era, acima de tudo, um “*atentado contra toda a nação*”, vez que o café era o principal produto da economia brasileira. A resolução do problema dependia da “*união dos brasileiros*”, não dependia apenas do Rio, de São Paulo ou de Minas, mas de “*todo o país*”.⁵

Porém, após a revolução de 1930, as medidas de proteção ao comércio do café adotadas pelo Governo Provisório⁶ causariam certo incômodo às elites baianas, *A Tarde* o refletia em suas páginas. Continuava a reconhecer a importância do café para a economia nacional e a proclamar a isenção de “*preconceitos regionalistas*” em favor de “*objetivos patrióticos*” mas, desta vez, o sentimento de “brasilidade” era evocado para favorecer a comercialização dos produtos nordestinos, pois o cacau e o açúcar eram “*fontes também de riqueza nacional*”, por isso “*não seria mau*” que Getúlio Vargas e o ministro da Fazenda “*olhassem para o estado deplorável*” em que se encontravam estes produtos no comércio.

Neste sentido, o que incomodava não era o fato de se remediar a crise paulista, originada da considerável baixa do preço do “*nosso principal produto de exportação*” pois, afinal, não havia dúvidas de que o café merecia o “*maior amparo*”. O seu valor era incontestável, valia muito, dizia *A Tarde* a seu respeito:

⁵ MARBACK, Guilherme. Liberalismo e café. *A Tarde*, 04 nov. 1929, p. 1.

⁶ O Governo Provisório adquiriu todo o estoque de café, para revender no período de dez anos. Esta operação exigiu um investimento de um milhão de contos e foi financiado por crédito estrangeiro.

Vale muito. Vale ouro, pelas suas próprias qualidades de conservação, como pelo grão e abundância com que o produzimos. E tanto assim é que muito embora seja São Paulo o seu maior plantador, a nação sempre concorreu e vai novamente concorrer para lhe dar esteio e evitar que se arruinem quantos o exploram.⁷

Assim, era justificável a proteção dada pelo Governo Provisório aos produtores de café paulistas, todavia o jornal lembrava que os produtores baianos careciam de cuidados, pois o cacau e o açúcar também constituíam “*elementos de prosperidade nacional*” e não podiam “*ser esquecidos ou deixados entregues à sorte das especulações*”. Deste modo, fazia-se necessária a mobilização dos produtores baianos, e então *A Tarde* conclamava:

os diretamente interessados na obtenção de garantias para os dois indicados produtos, que desde já se movimentem. Peçam, requeiram, discutam, provem. Não de, com certeza, obter trato semelhante ao que conseguiram os fazendeiros e negociantes paulistas.⁸

São Paulo e os paulistas reapareciam como paradigmas. A Bahia e os baianos deveriam seguir seus exemplos, aprender seus passos, numa atitude que em certa medida era de inferioridade e de submissão. Era como se as elites baianas se resignassem ante a sua incapacidade de competir com a força paulista, então ansiavam que baianos não medissem esforços para copiar-lhe os métodos. Mas a despeito da reverência do jornal *A Tarde* aos mais diferentes aspectos da vida política e econômica de São Paulo quase sempre valorizados, fazendo em alguns momentos os interesses deste estado coincidir com os interesses do país, esta perspectiva nacionalista encontrava seus limites nos interesses acentuadamente regionais dos produtores agrícolas e comerciantes baianos. E quando estes estavam em jogo *A Tarde* se aguerria de loquazes argumentos para defender-lhes.

⁷ *A Tarde*, 08 jan. 1931, Notas Diversas, p. 3.

⁸ *A Tarde*, 08 jan. 1931, Notas Diversas, p. 3.

III .2 Os Pilares da Economia Baiana: A Agricultura e o Comércio

A economia baiana precisava se fortalecer para que o estado pudesse se equiparar aos grandes centros, e *A Tarde* cuidava atenciosamente dos interesses econômicos das elites, ora defendendo a intervenção do estado para garantir o sucesso nos dois empreendimentos econômicos mais importantes da Bahia: o comércio e a agricultura, ora instigando os produtores baianos a adotar práticas mais modernas e avançadas de produção. O cacau, principal produto baiano de exportação, era pauta certa nas preocupações do vespertino baiano que, bem atento às oscilações do mercado, preocupava-se também com a garantia de subsídios oferecidos pelo estado aos produtores da “*preciosa amêndoa*”.

Quando, em 1928, o mercado desfavorecia o comércio do cacau, *A Tarde* responsabilizava os “*intermediários gananciosos*” de promover a baixa do produto e destacava a “*ação prudente e segura*” do governador Vital Soares e os “*esforços combinados*” de Miguel Calmon e Simões Filho, então, respectivamente, senador e deputado federal, líder da bancada baiana, que impuseram “*decisivo obstáculo*” a este movimento desfavorável, buscando subvenções do Banco do Brasil para os produtores de cacau. A expectativa pela resposta era animadora:

a esta hora, o Banco do Brasil, pelas suas filiais desta cidade e da de Ilhéus, oferece ao agricultor da preciosa amêndoa o crédito de que ele necessita, além de se não deixar arrastar no vórtice com que os baixistas pretendem auferir lucros demasiados...⁹

O liberalismo que os grupos dominantes da Bahia defendiam não era, portanto, incompatível com a defesa da intervenção do estado na economia. Ao contrário, durante a Primeira República, o comportamento dos liberais baianos se caracterizava pela coexistência do anseio de liberdade de ação ante o Estado e da

⁹ *A Tarde*, 19 set. 1928, p.1.

reivindicação de proteção estatal, dependendo dos interesses em jogo.¹⁰ Expressando este comportamento, *A Tarde*, auspiciosa, comemorava o “*ato governamental*” que reverteu o quadro negativo que havia abalado o comércio do cacau:

são muito alvissareiras as condições atuais do mercado do cacau. Após o pânico manifestado no fim da semana passada, operou-se uma feliz reação, graças à boa nova que o governo do Estado iria intervir contra a especulação.¹¹

As medidas “*radicais*” autorizadas por decreto pelo governador Vital Soares, que estabeleciam um “*convênio de caráter financeiro*” entre o estado e “*várias firmas da praça ‘dedicadas ao comércio de cacau’*” com o fim de defender este produto na safra de 1928, foram incansavelmente mencionadas. Destacava-se o mérito do governador, que merecia aplausos por ter estado “*atento aos problemas ligados ao desenvolvimento do estado*”, e ter encarado desde cedo a crise, que não decorria da “*lei da oferta e da procura*”, mas antes fora “*tramada na sombra*” pela:

especulação desenfreada que elementos maus, useiros em processos condenados pela ética comercial, desenvolveram em torno do cacau baiano. (...) Conspirava-se contra a Bahia, pretendiam reduzir-lhe as forças econômicas, levá-la à parede defraudando-lhe as rendas, empobrecendo-lhe a lavoura, aniquilando-lhe boa parte do comércio.¹²

A Tarde esperava que a intervenção do governo cercasse a crise para “constringi-la e asfixiá-la”. Embora justificasse que o interesse e solicitude de Vital Soares em resolver a “questão da baixa do cacau” devia-se a uma preocupação com um abstrato desenvolvimento do estado, *A Tarde* deixava, todavia, evidente que a resolução deste problema atenderia aos interesses específicos dos “mandatários do ‘Sindicato dos Agricultores de Cacau’ e da

¹⁰ SANTOS, Mário Augusto. *Associação Comercial da Bahia. Um grupo de pressão*. Salvador : Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo, 1985, pp. 58- 60

¹¹ *A Tarde*, 10 out. 1928, p.1.

‘Associação Comercial’, *que então* “trabalhando em conjunto” dirigiram-se ao governador do estado, o qual lhes garantiu apoio, declarando-lhes que os “dedicados representantes” da Bahia na Capital Federal, o senador Miguel Calmon e o deputado Simões Filho, estavam já defendendo estes interesses junto ao presidente da República.¹³

Se por um lado, o deputado Simões Filho atuava na esfera federal defendendo os interesses dos cacauicultores, seu jornal exercia o papel de legitimar a ação política que os favorecia ou de reclamar e reivindicar pelo seu beneficiamento quando a política econômica seguia rumos incertos nesta direção. Em 1931, por exemplo, avaliando “ ‘os planos de salvação’, adotados em relação aos diferentes produtos de exportação”, constatava que a orientação da política econômica do Governo Provisório era incompreensível, dado que tinha “faces múltiplas e esquisitas”, pois não havia uma “linha rígida de conduta” além de que as “sentenças” variavam “com as cabeças”.

Assim, enquanto as medidas de defesa do café consistiam no pagamento de uma taxa de 10 schillings sobre a saca exportada, a defesa do açúcar (Campos e Pernambuco) far-se-ia através do financiamento promovido pelo Banco do Brasil de 25 mil contos, favorecendo a safra e a movimentação de créditos de particulares. A cultura do arroz (Rio Grande do Sul) teve uma “ singela” intervenção do Estado, pois foram emprestados aos produtores 3 mil contos. Quanto ao “cacau da Bahia”, teve como “fórmula financeira de apoio” o indicativo de criação de um instituto, que articularia meios que permitiriam à lousara superar as dificuldades. Considerando que de todos estes planos o do cacau era o mais “inteligente e suave”, *A Tarde* exortava pela sua imediata concretização:

Mas... Quando aparecerá o Instituto do cacau? Quando se tornará uma realidade pública o plano do secretário?

¹² *A Tarde*, 11 out. 1928, Tópicos, p.2.

¹³ *A Tarde*, 30 ago.1928, p.1.

A expectativa é grande em torno do cacau. É preciso que a cura venha antes do doente morrer. Depois... não interessa!¹⁴

Apesar do intenso investimento na defesa do cacau, *A Tarde* ocupava-se também com outras culturas agrícolas que incrementavam a economia baiana, a ponto de um fazendeiro da época, chamado Hermes Lordello, através de uma carta ao jornal, classificá-lo como um “*órgão devotado aos interesses agrícolas*”. O autor da carta era um produtor de fumo de Castro Alves e reconhecia que o vespertino baiano não tinha esquecido “*o estado de abandono*” em que se encontrava a lavoura do fumo na Bahia.¹⁵

Com efeito, *A Tarde* não se descuidava dos problemas relativos à lavoura do fumo e, em diferentes ocasiões, criticou a tributação sobre este produto. Em 1928, publicava uma matéria intitulada *As amargas queixas do fumo*, em que considerava “*desproporcionado*” o aumento de tarifas que “*atingiu feio e forte*” os produtores deste artigo. Anunciava que “*todos os negociantes do interior paralisaram os seus embarques*” e em comum acordo fizeram esta greve, “*como medida de defesa*”. A reação dos negociantes, na visão do jornal, não se constituía numa “*demonstração de força*”, apenas se tratava “*do instinto de conservação agindo em primeiro impulso, conseqüente à ameaça*”, pois afinal reiterava que grandes eram “*as aflições do fumo baiano*”. E assim como os cacauicultores haviam feito, os produtores de fumo acionaram o deputado Simões Filho fazendo-lhe uma “*elucidativa exposição*”, através de “*cálculos rigorosos*” que provavam que o aumento variava entre 31 a 54% de acréscimo, um “*verdadeiro absurdo*”, não tendo presidido à sua organização o “*verdadeiro critério ou espírito de equidade*”.¹⁶

Em 1931, novamente *A Tarde* reclamaria dos impostos sobre o fumo estabelecidos por lei da Receita Federal. Alegava, então, que a nova lei ao mesmo tempo que beneficiou o queijo de Minas e o vinho do Rio Grande do Sul, aumentou “*grandemente*” o imposto que incidia sobre o fumo e ponderava que o

¹⁴ *A Tarde*, 08 maio 1931, p. 1. O Instituto de Cacau da Bahia foi criado em 12 de junho de 1931.

¹⁵ *A Tarde*, 03 jun. 1929.

¹⁶ *A Tarde*, 30 jul. 1928, p. 1.

produto baiano, “já altamente taxado”, não deveria sofrer uma majoração de 25%. Explicava que a decisão dos fabricantes de cigarros de paralisar as fábricas devia-se à impossibilidade de arcarem com este aumento.

Apesar de mencionar que milhares de operários ficariam privados de um momento para o outro do produto do “*seu labor*”, a preocupação do jornal concentrava-se em justificar a atitude dos fabricantes, por isso recorreu a um informante “*entendido no assunto*”, o qual esclareceu que havia uma lei que proibia o repasse deste aumento para o consumidor, impedindo, portanto, o aumento imediato do preço deste produto no mercado. Além disso, a elevação do imposto sobre a renda incidiria sobre a produção, por estas razões, concluía o informante, os fabricantes resolveram suspender o trabalho e fechar as fábricas até que o governo deliberasse sobre o caso.¹⁷

O comércio e a agricultura se constituíam nos pilares da economia do estado para o grupo político representado pelo discurso do jornal *A Tarde*. Incansavelmente, repetia que essas duas atividades deveriam ser exploradas em todas as suas possibilidades, particularmente insistia no futuro promissor da fruticultura. Alertava que o comércio de exportação das frutas não devia ser desprezado:

antes é para ser desenvolvido, porque não nos esqueçamos, nem nos enganemos: a terra não nos deu ainda o que tem de dar e não devemos ir tentar fortuna em outras atividades, sem primeiro aproveitar as possibilidades de riqueza que ela nos oferece.¹⁸

A industrialização servia-lhe apenas como uma referência de organização da produção agrícola que deveria tornar-se mais aceitável no mercado externo, por isso *A Tarde* instigava os produtores baianos a investirem na mecanização e diversificação da agricultura como um seguro atalho na escalada para a prosperidade, entendendo que no desenvolvimento da técnica estava a chave para superar o atraso material do estado.

¹⁷ *A Tarde*, 09 jul. 1931, P. 3.

¹⁸ *A Tarde*, 06 abril 1929, Tópicos, p. 2.

III.3 A Diversificação da Produção como Condição para o Progresso

O desenvolvimento econômico, centrado na agricultura, seria um fator determinante para a conquista do progresso. Este era o alvo a ser atingindo, configurando o futuro crescimento do Brasil, quando seria alçado a uma posição de destaque, equiparando-se às grandes nações. Porém, para o país ser erigido a um patamar de grandeza, seria ainda necessário muito lutar, por isso o jornal considerava inadmissível que num “*mundo moderno*” e num “*século mecânico*”, os produtores baianos não percebessem a fecundidade da exploração de outras atividades econômicas como a indústria pesqueira e as vantagens da diversificação da agricultura.

A *Tarde* lamentava que a pesca não fosse então explorada na Bahia como uma atividade rentável, sendo ainda sua prática baseada na utilização de “*métodos primitivos*” como o anzol e o munzuá. Sugeria aos baianos que seguissem o exemplo de São Paulo, que já havia substituído os métodos antigos por outros mais avançados, investindo numa indústria pesqueira.¹⁹

No seu prognóstico, a situação baiana teria um preço alto e, como consequência, todos iriam “*pagar caro por este atraso, por este abandono*”. Alertava que a “*falta de proteção oficial*” para esta atividade a tornava em parte impraticável para investidores nacionais ao tempo que facilitava sua exploração aos capitalistas norte-americanos. Este fato, pouco desejável segundo o jornal, levantava uma “*questão delicada*” que envolvia “*problemas de defesa nacional*”, por isso reclamava uma resolução governamental, além do que, na sua visão, já “*era tempo da pesca ser oficializada*”, o congresso deveria votar maiores verbas para custear escolas, prêmios ou estímulos estabelecidos pelas empresas nacionais interessadas na exploração do que era “*muito brasileiro*” e que, “*prodigalizado pela natureza*”, não poderia ser alienado.²⁰

¹⁹ A *Tarde*, 21 set. 1928, Tópicos, p. 2.

²⁰ A *Tarde*, 06 nov. 1929, Tópicos, p. 2.

O desenvolvimento de uma indústria pesqueira era apenas uma alternativa viável de diversificação da economia, já efetiva em São Paulo, razão pela qual este estado era novamente elogiado e indicado como exemplo. Assim, *A Tarde* lembrava aos produtores baianos que, embora continuasse a produzir o café, a economia paulista abria novas perspectivas investindo em outras culturas, como algodão, canaviais, fumo, arroz, feijão, milho e, recentemente, trigo. Restava à economia baiana tomar a mesma direção. Em seguida, questionava sobre os resultados da campanha pela intensificação do plantio do trigo, esperando despertar o interesse pelo seu cultivo na Bahia, cujo solo lhe era favorável.²¹ Devido a tais condições, reputava inaceitável a não exploração deste produto em terras brasileiras, classificando como “*vergonhoso*” o fato de o Brasil importar o trigo estrangeiro.²²

O jornal considerava a máxima “*rumo aos campos*” uma das divisas do Brasil de então, que tinha capacidade de produzir “*tudo, tudo que a terra dadivosa*” pudesse oferecer. Observava que, entretanto, importavam-se inúmeros produtos e deixava-se de buscar o mercado estrangeiro para muitos outros, como por exemplo a fruticultura, a qual “*felizmente*” já estava sendo com êxito iniciada. Dentre os produtos importados citava o trigo e indagava por que importá-lo se o Brasil podia produzi-lo muito bem. Continuando com a indagação, perguntava: “*por que não ensaiar também a Bahia essa lavoura, a que suas terras fertilmente se prestam?*” e respondia com uma aclamação geral:

Rumo aos campos... Esta é que é a primeira obrigação do Brasil, do qual já se disse, e com justiça, que está fadado a ser ‘o celeiro do mundo’. A terra, porém, por muito feraz que seja, não dispensa o trato humano.²³

Na visão do jornal, portanto, a Bahia tinha todas as condições de encampar a diversificação na agricultura, e poderia, se tivesse força de vontade, se especializar na cultura de frutas para exportação. Em 1929, foi publicado um artigo sobre este tema, considerado “*assunto palpitante, interessando vivamente à economia nacional*”, em que se avaliavam as dimensões a que havia chegado a

²¹ *A Tarde*, 31 out. 1929, Tópicos, p. 2.

²² *A Tarde*, 29 maio 1929, Tópicos, p.2.

exploração desta atividade em diferentes estados, sendo que as “*magníficas frutas do nosso país*” já haviam penetrado vitoriosamente nos mercados estrangeiros, “*impondo-se pelas suas proclamadas qualidades*”. Fazendo-se uma estimativa do capital advindo desta produção para os estados brasileiros que mais concorreram com esta atividade, concluía-se que a Bahia ocupava, lamentavelmente, uma posição insignificante quando se comparava o fluxo do seu comércio com o de São Paulo e Rio de Janeiro, cujos resultados eram bem mais expressivos.²⁴ Por isso o autor julgava oportuno alertar aos agricultores:

devemos confessar com sinceridade e civismo, a fim de que possamos estimular, ou melhor, acordar os nossos fruticultores, que, sobre o assunto a Bahia tem desempenhado um papel de simples campo de experiência e demonstração.²⁵

Seguia o autor dizendo que eram poucas as plantações na capital e no interior do estado, apesar da “*ótima qualidade*” das frutas, por outro lado os fruticultores baianos limitavam-se a fornecer enxertos a outros que, sabendo aproveitar esta riqueza, chegaram a resultados mais compensadores, como já havia feito há muitos anos a Califórnia e como procediam então diversos estados brasileiros, conforme suas estimativas estatísticas comprovavam. A despeito disso, a Bahia continuava com antigas plantações que, além de mal cuidadas, não satisfaziam sequer ao consumo interno. Por fim, atestava que esta “*verdade*” não poderia ser contestada apesar do grande potencial que o estado tinha para tornar-se “*o maior produtor de frutas do Brasil*”.²⁶

A exportação de frutas ofereceria, segundo *A Tarde*, uma “*fonte inesgotável de riqueza para o Brasil*”, que as tinha “*saborosíssimas e de alto poder nutriente*”, destacando-se a banana e a laranja, muito apreciadas no estrangeiro. O estado de São Paulo, que tratava do cultivo de ambas as frutas com

²³ *A Tarde*, 06 jul. 1929, Tópicos, p. 2.

²⁴ O autor fez uma estimativa que o crescimento na exportação de frutas quase triplicou no período de um ano: em 1927 resultou um saldo de 9.387:541\$, elevado em 1928 para 27.133:976\$. Dentre os estados que mais concorreram para este crescimento, indicava São Paulo com um saldo de 17.340:530\$; Rio de Janeiro com 9.098:292\$; Paraná com 297:749\$; Pernambuco com 149:690\$; Santa Catarina com 103:749\$; Rio Grande do Sul com 59:054\$ e a Bahia com 4:895\$.

²⁵ BARBOSA, Mário. A exportação de frutas no Brasil. *A Tarde*, 04 jun. 1929, p. 1.

²⁶ Idem

o maior interesse, revelava uma “clarividência” que muito lhe honrava o “espírito prático”. A laranja era cultivada ali em grande escala e num desenvolvimento “sempre” crescente, por isso o jornal ratificava aos seus leitores:

não é novidade para o nosso público, cujas atenções temos chamado, daqui desta seção e várias vezes, lamentando que a Bahia, onde há, em todo o mundo, a melhor e mais afamada laranja, não tenha ainda empreendido resolutamente seu comércio. Quanto a cultura da banana ocorre a mesma indiferença por uma riqueza certa.²⁷

Os exemplos de São Paulo e do Rio de Janeiro comprovavam que a produção da laranja estava fadada a ser uma grande fonte de renda para o Brasil, esperava auspiciosamente *A Tarde*. Portanto, esta riqueza não poderia deixar de ser explorada pela Bahia, lhe sendo imputada a necessidade de investir nesta produção²⁸. O vespertino baiano justificava que continuaria a insistir, como já vinha fazendo na:

necessidade da Bahia rasgar à sua prosperidade econômica mais esta fonte, de cultivar e exportar suas frutas. Superior a todas do mundo, a laranja da Bahia aí está como riqueza esquecida.²⁹

Contudo, a exploração da laranja deveria seguir critérios científicos, honestos e racionais, tornando-se o seu plantio e saída uma verdadeira indústria, velando-se para que não fossem exportadas misturas. O controle rigoroso da produção deveria ter como parâmetro as mais novas instruções baixadas pelo Ministério da Agricultura, referentes à uniformidade, acondicionamento e fiscalização das laranjas sujeitas à exportação.³⁰

Vale ressaltar que na ótica do jornal o desenvolvimento econômico do país deveria basear-se no setor agrário, sendo a produção agrícola apontada como principal fonte de sua riqueza. *A Tarde* declarava esta idéia repetidas vezes:

²⁷ *A Tarde*, 22 jun. 1929, Tópicos, p. 2.

²⁸ *A Tarde*, 29 jan. 1929, Tópicos, p. 2.

²⁹ *A Tarde*, 30 maio 1929, Tópicos, p.2.

³⁰ *Idem*

...não nos esqueçamos de que na lavoura está a maior, a mais pronta, a mais segura riqueza do Brasil, não se compreendendo que um país como o nosso, com este solo, com este clima, esta uberdade não tire da terra o que a terra pode dar e que será tudo que ele queria.³¹

Esta perspectiva agrarista consubstanciava um projeto econômico para o Brasil, e para a Bahia em particular, expresso no discurso do jornal: o brasileiro não deveria viver “*imobilizado pela vaidade de afortunados bens*” com que a natureza “*grandiosa, opulenta e inexaurível*” dotou o país. Estas “*dádivas do céu, realmente singulares*”, ao invés de fazê-lo dormir contente deveriam ser aproveitadas como ensinavam os que acompanhavam o progresso. Assim comentava *A Tarde*:

enchemos a boca em ser o Brasil um dos países mais ricos do mundo, e tanto basta. Ora, dentro do Brasil está a Bahia com, felizmente, todas as qualidades e defeitos da gente patrícia. E, assim não faz mal, antes será profícuo, que lhe vamos desdobrando aos olhos progressos, empreendimentos, iniciativas, conquistas em que outros se agitam e triunfam.³²

O jornal continuava este comentário trazendo à tona uma comparação entre a produtividade baiana e a paulista. Ponderava que no tempo em que a Bahia produzia a cana de açúcar, “*base da riqueza pública e individual e da verdadeira fidalguia*”, São Paulo só produzia o café. Em seguida, demonstrava através de cálculos que a produção do açúcar neste estado, em 1929, era de um milhão e quatrocentos mil sacos, 8.200.000 litros de álcool e 51.000.000 de aguardente. São Paulo, portanto, havia abandonado a tendência à monocultura, buscando alternativas para contornar a crise que abalava então o café na diversificação da produção agrícola. Assim, concluía *A Tarde* que a Bahia devia aprender a lição dada pelos números acima, pois:

³¹ *A Tarde*, 30 maio 1929, Tópicos, p. 2.

³² *A Tarde*, 06 jun. 1929, Tópicos, p. 2.

quer isto dizer, em mais uma prova que São Paulo não parou, e está procurando tirar da terra o mais possível na criação de agriculturas renumeradoras. Imitemo-lo.³³

A propalada riqueza natural do Brasil, não era suficiente para integrá-lo no vórtice do progresso mundial, agitado pelo desenvolvimento econômico das nações; era preciso incrementá-la com diferentes empreendimentos econômicos experimentados com sucesso por outros. Todavia, com isso, se evidenciavam os limites da proposta econômica apresentada pelo periódico baiano: a diversificação da economia que propunha era de fato a diversificação da agricultura já empreendida com sucesso por São Paulo. A industrialização, outro empreendimento em que então os paulistas já se aventuravam como alternativa, era somente periféricamente mencionada pelo jornal, quando era apresentada como modelo de racionalização da produção agrícola.

III.4 A Política Financeira

A política financeira brasileira se constituía objeto de contundentes considerações por parte do jornal *A Tarde*. Acompanhava as deliberações do governo federal, analisando-as e julgando-lhes os critérios, então posicionava-se acerca das situações daí advindas, caso fossem consideradas favoráveis. O jornal elogiava as medidas, como o fez em relação às reformas encampadas por Washington Luís, mas se fosse o caso contrário, não poupava críticas à imperícia dos governantes e, às vezes de forma jocosa, lhe apresentava sugestões e alternativas, como fez com a política pós-revolucionária de Getúlio Vargas.

A regulação da taxa de câmbio, propiciando o equilíbrio da balança comercial, era umas das reivindicações mais corriqueiras da burguesia baiana; desejava-se, então, que as exportações dessem saldos sobre as importações ou, por outro lado, que se equiparasse o valor da moeda estrangeira – o dólar – para a exportação, estabelecido institucionalmente, com o valor da mesma moeda para a

³³ *A Tarde*, 06 jun. 1929, Tópicos, p.2.

importação, regulado pelas flutuações do valor interno da moeda, possibilitando maior taxa de lucro.³⁴

A política econômica encampada pelo presidente Washington Luís, que consistiu na estabilização da moeda nacional e tinha como objetivo final a conversibilidade de todo o papel-moeda em circulação, foi elogiada pelo jornal *A Tarde*, sendo considerada a solução para as dificuldades financeiras que o país enfrentava desde 1898, quando foi elevada a taxa cambial decorrente do Funding Loan. A criação da Caixa de Estabilização, copiava o modelo francês e se baseava na estabilidade do câmbio estabelecendo o chamado câmbio civil para evitar o perigo das oscilações. A incipiente indústria e a lavoura foram favorecidas com esta reforma. Com a crise de 1929, os países estrangeiros retiraram os empréstimos-ouro e a Caixa faliu.³⁵

A partir desta reforma, o papel-moeda passou a ter um valor correspondente às reservas de ouro detidas no país, sendo pois a moeda nacional conversível neste metal ou em moeda estrangeira forte. Estas medidas demonstravam que apesar do esquema de defesa do café ter passado a ser regional, ficando o estado de São Paulo responsável por arcar com os compromissos da valorização, o governo federal mantinha aceso interesse pelo setor cafeeiro, que continuava sustentando o sistema econômico do país. De modo que a reforma empreendida por Washington Luís veio sobretudo assegurar aos cafeicultores paulistas que a taxa cambial não se elevaria, ainda que os preços internacionais do produto pudessem subir.³⁶

Embora a dívida externa do Brasil tivesse se elevado em consequência do empréstimo para a estabilização da moeda, esta política foi defendida pelo jornal

³⁴ Ver GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *A formação e a crise da hegemonia burguesa na Bahia – 1930 a 1964*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1982, pp. 70 –9. O autor considera que o eixo do projeto liberal da burguesia baiana era exatamente a política cambial.

³⁵ Ver CARONE, Edgar. *A Primeira República 1889 – 1930. Texto e Contexto*. 3 ed., São Paulo: DIFEL, 1969, p. 216-8.

³⁶ FAUSTO, Boris. Expansão do café e política cafeeira. In FAUSTO, Boris (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira Brasil Republicano*, T.III, v. 1. 4 ed., São Paulo : DIFEL, 1985, p. 241-6. Segundo o autor Washington Luís enfrentou a crise e medidas que concorreram para agravá-la, porque, partindo do pressuposto que ocorria uma simples recessão do mercado reconhecendo as dimensões internacionais da crise, acreditava que seria possível sustentar a renda do setor cafeeiro e o mecanismo caixa de Estabilização, ampliando as exportações e adotando uma política deflacionária.

em detrimento de uma política que a valorizasse.³⁷ A valorização da moeda era considerada impossível, uma “*inútil tentativa*”, pois explicava-se que esta promoveria a concorrência da indústria estrangeira, que afastaria dos mercados consumidores os produtos nacionais, acarretando a “*completa ruína*” da indústria nacional desenvolvida sob o regime de câmbio baixo. O presidente Washington Luís deveria ser felicitado pela “*clarividência*” com que contemplava os “*altos destinos de nossa pátria*”; a mesma orientação financeira deveria ser mantida pelos seus sucessores, pois a expectativa era que:

a incineração dos futuros saldos orçamentários contribuirá certamente para o ágio dos nossos cruzeiros e então os possuidores de apólices terão ocasião de ver melhorada a cotação das mesmas.³⁸

Para evitar a emigração da moeda e conservá-la no país precisava-se de boas práticas de administração, asseverava o jornal. Neste sentido, considerava-se a necessidade de ser continuada a “obra” iniciada por Washington Luís, que “*preparou o solo e dispôs o material para a grande construção*” que, todavia, não poderia estar concluída num curto prazo de 4 anos. Júlio Prestes, candidato a sucedê-lo na presidência da República, era apontado como o nome ideal para desempenhar esta tarefa. Bernardes Sobrinho, deputado federal pelo Espírito Santo, escreveu um artigo para *A Tarde*, avaliando a plataforma de governo de Júlio Prestes, em que destacava o fato deste candidato se propor a dar continuidade à política econômica de Washington Luís e considerava que esta atitude se constituía no “*mais nobre e elevado compromisso que poderia assumir com a nação*”.

Nesta apreciação, a ação de Júlio Prestes, como futuro presidente do país, consubstanciaria uma nova feição para o capitalismo brasileiro, vez que teria como objetivo o desenvolvimento do crédito e a ativação de capitais inativos, fazendo o Brasil superar crenças atávicas em relação ao desenvolvimento de sua economia, um passo que o aproximaria da perspectiva das maiores potências mundiais:

³⁷ *A Tarde*, 03 abril 1928, p.1. O jornal fazia uma estimativa de que o aumento da dívida externa teria sido igual ou superior terço da já existente, calculada pelo câmbio de então em 5.336.105: 962\$000.

precisamos, realmente, sair da viela em que nos deixaram os nossos antepassados, imobilizados pela crença de que abundância de capitais só pode resultar da ação lenta da economia e da acumulação. Desse pensamento já se afastaram, há muito os ingleses e americanos, que falam, evidentemente em nome dos maiores países capitalistas.³⁹

A vitória do movimento revolucionário mudaria os rumos da política nacional deslocando as oligarquias regionais do poder, alterando sua dinâmica. A expectativa dos políticos do Partido Republicano da Bahia (PRB), que fora rearticulado em 1927 para dar sustentação partidária às facções que então dividiam entre si o poder na Bahia, foi irremediavelmente frustrada pela substituição das lideranças políticas. A partir de 1930, a dimensão estritamente política teria maior preeminência no discurso dos políticos do PRB, representados na imprensa pelo jornal *A Tarde*: daí advinham as resoluções que regulariam os demais setores da sociedade, inclusive a economia do país. Assim, associada à discussão dos problemas econômicos vinha a denúncia, a crítica ao governo “discricionário do sr. Getúlio Vargas” bem como a exortação pela legalização deste governo através de uma nova Constituição. A reclamação pela instalação da Assembléia Constituinte, foi a saída que as elites regionais depostas do poder vislumbraram para reintegrá-lo e fazer frente à tendência centralista do novo presidente.

O jornal *A Tarde* fazia diagnósticos pessimistas da nova conjuntura política e econômica do país, avaliando que as causas deste estado de coisas estava no movimento revolucionário de 1930. Ponderava que a “*situação econômica*” estava “*se tornando cada vez mais séria*”, e explicava que quando ocorreu o “*movimento político de outubro*”, o qual, ressaltava, teve “*inteiro apoio*” do exército nacional, “*atravessávamos já uma fase de dificuldades financeiras, com reflexos desastrosos no comércio, na lavoura e na indústria*”. Mas desde que se configurou a “*vitória dos elementos mineiros e gaúchos a esta data, vamos caminhando sensivelmente para a bancarrota*”. O câmbio, “*escorregando*” para a

³⁸ *A Tarde*, 29 fev. 1928, p.1.

³⁹ *A Tarde*, 04 jan. 1929, p.1.

“*casa dos 3*”, indicava que continuava a “*depressão dos nossos mercados e a insatisfação dos nossos compromissos pecuniários*”.

Em seguida, denunciava que o Governo Provisório não dera a conhecer nenhuma medida que atenuasse a “*apavorante crise*”, porém alegava que, em contraste, o que se via era que quase todos os dias os ministérios forneciam “*à publicidade decretos e instrumentos visando perseguir e humilhar os vencidos*”. Fazia acusações aos novos dirigentes da República de terem “*como exclusiva preocupação*” criar obstáculos à “*segurança individual, à garantia dos bens dos adversários*”. Por outro lado, ficava evidente que as reclamações traduziam os conflitos entre as oligarquias locais e o governo central, instaurados com a nova organização política, em 1930; apesar de se falar em nome de interesses coletivos, eram os interesses das elites destituídas do poder que estavam em jogo:

os problemas de alcance econômico, de benefícios coletivos cedem o passo ao lucro diabólico da justiça de exceção, sumaríssima, armada em pelourinho contra a honra e boa fama dos que foram afastados das posições pela simples e inesperada circunstância de haverem perdido o amparo das forças de terra e mar.⁴⁰

Segundo *A Tarde*, já era tempo de “*mudar de rota*”. Pois não importava o que fizessem “*os senhores do dia*”, a verdade não seria tapada por esta “*atmosfera inquisitorial*” e os homens “*de bem*”, cuja “*atuação no cenário político obedecia a normas que o dever aconselha*”, jamais seriam “*confundidos com os ‘PROFITEURS’ do partidarismo, nem tão pouco com os criminosos comuns*”, portanto, evocando o dever e a legalidade, emitia signos representando o poder revolucionário como ilegítimo e antiprogredista, que fundado numa “*aparelhagem pseudo-judiciária*” produziria apenas, lamentavelmente, o “*triste aspecto de decadência progressiva que oferecemos nesta hora aos olhos atentos do mundo civilizado*”.⁴¹

A crise econômica sofrida pelo país no final da década de 20 do século XX tornara-se mais grave no ano de 1930 tendo, neste período, a economia brasileira,

⁴⁰ *A Tarde*, 11 mar. 1931, Notas Diversas, p. 3.

⁴¹ *Idem*

fundada basicamente na exportação de matérias-primas, passado por uma grande depressão. Esta crise não era um fenômeno exclusivamente brasileiro; devia-se aos abalos no capitalismo mundial, motivados pelo crack da bolsa de Nova York em 1929. Por isso, não poderia ter sido causada unicamente pela campanha presidencial e a propaganda revolucionária.

A *Tarde* reconheceu a dimensão internacional da crise, mas julgava que os “*males econômicos*”, no Brasil, foram “*agravados pela discórdia*” na sua política interna, que tornou impossível aos poderes públicos “*intervir de qualquer modo em favor das classes conservadoras*”. Em meados de 1931, a situação econômica se recuperava do “*pânico internacional*” e tendia para um equilíbrio definitivo; esta era a expectativa do vespertino baiano. Cabia, então, ao governo promover “*a volta do país ao regime constitucional*” que faria a “*sua estabilidade*”. O “*retorno da República à tutela constitucional*” representaria uma “*aspiração das classes que produzem*”. Afirmava, ainda, que o “*comércio exterior*” seria o “*primeiro beneficiado por essa conquista de espírito liberal*”, disso não restava dúvidas, e sugeria que bastava “*ver a ansiedade do estrangeiro pela normalização da nossa vida administrativa*”.⁴²

A inserção das elites baianas no contexto do capitalismo internacional se faria através de laços de dependência em relação ao capital estrangeiro, condição da qual estavam bem conscientes e que não gerava nenhum incômodo; ao contrário, viam nesta alternativa uma saída para superar o atraso econômico do país. A *Tarde* partilhava desta idéia e defendia que a entrada do capital estrangeiro era indispensável ao desenvolvimento econômico, portanto, era necessário atraí-lo e fixá-lo no país, ainda que para isso se lançasse mão de “*todos os ardis, de todas as estratégias*”. Afirmava categoricamente:

é um erro supor que o Brasil pode dispensar o capital estrangeiro. Todos os povos para desenvolverem suas riquezas souberam atrair esse colaborador precioso, insubstituível sem indagar origens ou nacionalidades. A experiência provou que o ouro, modernamente, antes de ser agente de imperialismos, pesadelo nas nações fracas e

⁴² A *Tarde*, 04 maio 1931, p. 1.

desgovernadas, é sempre o impulsionador do trabalho e do progresso, o caminho certo para o bem estar individual e coletivo.⁴³

Assim, o capital estrangeiro seria imprescindível ao “*desenvolvimento dos recursos naturais deste vasto e riquíssimo país*”, e independente de sua origem seria acolhido “*com o maior agrado*”, fosse o dólar ou a libra, bem como “*outras divisas de curso universal, se beneficiarão entre nós das leis de ampla hospitalidade que regem a nossa política econômica*”. Considerando a moeda estrangeira bem-vinda, o jornal *A Tarde* julgava incompreensível a recusa do dólar pela vizinha Argentina, por cujo mercado acontecia uma disputa entre as moedas inglesa e norte-americana. *A Tarde* espantava-se que o seu “*assombroso progresso*” fosse devido à libra. Embora financistas norte-americanos estivessem expandindo sua exploração no mercado sul-americano, o dólar não tinha espaço na praça argentina, ao contrário, no Brasil, o “*dinheiro do Tio Sam foi recebido com boa cara e ainda muito mais esperamos da bolsa farta de cordões frouxos*”. A receptividade brasileira à moeda norte-americana era reiterada, como desdobramento da reflexão de que os capitalistas ingleses e argentinos tentavam evitar o monopólio norte-americano. *A Tarde* concluía cheia de “*legítimo orgulho*”:

o Brasil não oferece a menor restrição a quem deseje colaborar no progresso das suas riquezas jacentes. Capitais e braços, sem distinção de proveniência ou de qualidade, são recebidos neste grande e hospitaleiro país como preciosos auxiliares.⁴⁴

Outra forma de “colaboração” estrangeira para o crescimento do país, considerada por *A Tarde* tão importante quanto o ouro, era o braço do imigrante. Esta outra espécie de “capital” daria uma “*colaboração inestimável*” ao desenvolvimento nacional, acelerando-o. Justificava-se a defesa da imigração com o argumento de que o Brasil era ainda um país de população rarefeita, e com todo o exagero, que não raro a tentativa de persuasão exige, *A Tarde* declarava que este era o “*maior problema*” do país, por isso deveria ser tomado com interesse pelos

⁴³ *A Tarde*, 20 mar. 1931, p. 3.

“*estadistas e homens de governo*”, através do investimento na imigração e colonização de estrangeiros. Exemplificava esta necessidade alegando que na Bahia havia muitas “*regiões fertilíssimas, de clima europeu*”, apropriadas tanto à lavoura de cacau quanto à “*mais requintada policultura vegetal*” que no entanto, estavam “*completamente entregues aos cuidados da natureza*”, sem “*braços*” suficientes par o seu “*amanho*”.⁴⁵

A insistente defesa da imigração, além de indicar a preocupação das elites baianas com o problema da mão-de-obra, advindo da abolição da escravidão no país, é também ilustrativa de um ideal de embranquecimento da população, questões aliás, que estão inter-relacionadas. No período em estudo, o jornal *A Tarde* apontava a imigração como solução para a falta de “braços”, que na sua opinião estava “emperrando” o progresso da Bahia. Embora reconhecesse que o trabalhador nacional tinha “*qualidades incomparáveis*”, dentre as quais avultava o “*milagre da resistência*” e que era “*dever maior*” promover a sua “*colonização racional*”, dava maior ênfase à imigração estrangeira e como viabilizá-la do que à inserção ou qualificação da mão-de-obra nacional.⁴⁶ Com efeito, a entrada de estrangeiros era tema mais freqüente em notícias e editoriais.

O jornal colocava-se favorável à imigração sob a justificativa de que o “*braço estrangeiro*” era “*indispensável ao progresso*”, transformando, da “*noite para o dia, regiões incultas e hostis em campos verdejantes*”, improvisando “*arsenais de indústrias onde há pouco vegetavam fábricas empíricas, pincelando o panorama com as cores vivas do trabalho*”. A sistemática valorização da mão-de-obra estrangeira não era apenas uma especulação discursiva, garantia *A Tarde*, evidenciando pressupostos positivistas do seu discurso: passaria do “*domínio das palavras para o dos fatos evidentes*” e demonstrava a “*veracidade*” do que dizia mencionando como exemplo o “*espantoso*” desenvolvimento de São Paulo e todo o Sul do Brasil.⁴⁷

⁴⁴ *A Tarde*, 11 jun. 1929, Tópicos, p. 2.

⁴⁵ *A Tarde*, 25 jul. 1928, p. 1. Os governos de Góes Calmon e Vital Soares eram elogiados, por levarem a cabo uma política de incentivo à imigração, construindo a Hospedaria de Imigrantes.

⁴⁶ *A Tarde*, 29 mar. 1929, Tópicos, p. 2.

⁴⁷ *A Tarde*, 02 mar. 1929, p. 1 e *A Tarde*, 08 fev. 1929, Tópicos, p. 2.

Portanto, o grande contingente de trabalhadores brasileiros não era considerado apto para ocupar-se no empreendimento econômico de modernizar o país. Precisava-se de importar mão-de-obra qualificada, daí o incentivo à imigração. Mas, além do poder de transformar o atraso em progresso, como que ao *“toque de varinha mágica”*, exemplificado com o desenvolvimento econômico de São Paulo, os estrangeiros operariam outra magia no Brasil: transformariam também sua composição étnica, o que seria um *“benefício”* mais *“duradouro”*.

O caráter racista deste discurso se torna mais contundente com as recomendações de que a imigração deveria obedecer a critérios de seleção de raças e nacionalidades, preferindo-se aquelas que tivessem já comprovado sua *“capacidade civilizadora”* a exemplo dos europeus. Embora se mostrasse que o problema da mão-de-obra se resolveria com a importação de gente, mandando *“vir de outros lugares, como um qualquer outro objeto de que se careça”*, fazia-se ressalvas de que *“nem toda gente”* serviria, pois além da *“prosperidade econômica do momento”* devia-se, principalmente, basear a escolha na preocupação com a

formação étnica do Brasil grandioso que todos sonhamos,
e que há de ser visto um dia, mais cedo ou mais tarde,
porém, infalivelmente, entre as maiores potências
mundiais, de verdade e de direito.⁴⁸

Esta recomendada aceitação da dependência ao capital estrangeiro seja ele financeiro ou humano, demonstra a perspectiva evolucionista em que eram expostos e tratados os problemas econômicos e sociais do país. Ao mesmo tempo revela um mapeamento do mundo considerando as desigualdades econômicas dos diferentes países, as quais eram definidoras do *“estágio”* em que estavam na escalada do *“progresso”*, e mesmo reconhecendo as dificuldades do Brasil e da Bahia, particularmente, o que *“espanta”* aos articulistas do jornal *A Tarde* é *“progresso e desenvolvimento”* já alcançado por outros países e estados constantemente referendados no seu discurso. É curioso que não se espantassem com o contrário: a grande pobreza a que estavam sujeitos a maioria dos países latino-americanos, inclusive o Brasil. Isto deve-se ao fato de que os muitos

números da pobreza não se prestam para sua estatística do progresso. Expressa, por outro lado, os fundamentos da concepção de mundo burguesa que representava, em que o conceito de propriedade é fundamental e designa um direito natural, mas não inato, sendo sua origem derivada do trabalho. Assim, explicavam-se as desigualdades sociais que feriam um outro postulado teórico do liberalismo, a igualdade natural, os mais ricos apenas usufruíam os frutos do seu trabalho.

⁴⁸ *A Tarde*, 27 mar. 1929, Tópicos, p. 2.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da atuação do jornal A Tarde procurou identificar os pressupostos básicos do pensamento político das elites baianas na transição da Primeira para a Segunda República. Para tanto, buscou-se delinear a ideologia que caracterizava o projeto político-partidário de reforma das instituições republicanas e as representações que as elites dirigentes faziam dos diferentes sujeitos sociais.

A ideologia liberal burguesa era a base do pensamento articulado e expresso pelo jornal A Tarde no período estudado. A noção de igualdade natural entre os homens e a representação do homem como ser livre e racional, embora fossem difundidos como princípios universais, não encontravam substancialidade nos relatos dos acontecimentos. Os homens, que protagonizaram os acontecimentos relatados, eram e não eram, ao mesmo tempo, iguais, livres e racionais. O que se depreende comparando-se a apreciação feita pelo jornal do comportamento dos homens comuns com aquela feita a respeito dos homens das elites políticas e intelectuais.

Apontar as contradições implícitas no ideário do jornal A Tarde permitiu não apenas evidenciar as ambigüidades específicas do discurso deste periódico baiano, mas também compreender que a linguagem cria representações que classificam os sujeitos sociais operando com contradições que lhe são intrínsecas. Embora não se possa perceber neste discurso uma categoria única que homogeneizasse homens e mulheres negros, por exemplo, pode-se entretanto, constatar que recorrentemente, se referia aos afro-descendentes com desprezo pelos seus costumes. Além disso, considerava que as diferenças raciais justificavam diferenças sociais reafirmando valores racistas, quando preconizava que a diferença de cor entre as pessoas era um justo impedimento para a sua união matrimonial. Deste modo, pode-se depreender que na visão do jornal, os elementos da cultura afro-brasileira deveriam ser banidos da constituição de uma identidade cosmopolita fundada no argumento do progresso e da racionalização do mundo.

Enquanto, se identificava neste discurso os costumes populares ou até mesmo qualquer idéia que lhe parecesse absurda, como “tribal”, representando a desordem e anarquia dos costumes, se exaltava como cultos e elegantes os homens que tinham a possibilidade de visitar a Europa, como se gozar deste privilégio fosse uma mera questão de escolha pessoal. Enalteciam-se as belezas e grandes feitos do Velho Mundo e sobretudo, sua racionalidade organizadora e seus costumes civilizados.

Foi possível assinalar que a linguagem tem a propriedade de produzir os sentidos através da explicitação de crenças e valores que ao serem constantemente reafirmados pelas construções discursivas tornam-se elementos constitutivos da representação que diferentes segmentos sociais fazem de si mesmos, dos outros e da realidade que os circunda. Neste sentido, a crença que as raças eram classificáveis hierarquicamente encontrava, por exemplo, ressonância no discurso que atribuía aos índios a classificação de selvagens. E seguindo a dialética da linguagem, ao classificar os índios como selvagens estava-se reatualizando a crença de que as diferentes etnias poderiam ser classificadas em categorias hierarquicamente dispostas.

Esta propriedade da linguagem se evidencia também no tratamento dado à questão da extensão do direito de votar às mulheres. Ao discutir esta questão o jornal exprimia o não reconhecimento deste direito. Nas suas primeiras abordagens deste assunto A Tarde mostrou uma atitude cautelosa, declarando que a questão era inusitada e que não tinha uma posição clara sobre ela. Mas enquanto fazia estas ponderações negava já a legitimidade de estender-se a cidadania à mulher, representando-a como sexo frágil, sem autonomia em relação ao homem. Ressaltava-se que o papel de mãe ficaria comprometido com a igualdade civil que adviria da legitimação do voto feminino e negava-se à mulher a capacidade de discernimento em questões político-partidárias, considerando-se que a sua especificidade consistia em participar de concursos de beleza.

Por outro lado, esta discussão do direito ao voto feminino evidenciava o acentuado conservadorismo que caracterizava o discurso do jornal A Tarde. Mas, como foi demonstrado, ser liberal e conservador ao mesmo tempo, é um traço específico do liberalismo brasileiro, do qual o vespertino baiano é apenas um exemplo. Era também conservador na medida em que apregoava o culto às elites,

construindo justificativas para a predominância do seu domínio em relação aos outros segmentos da sociedade. A manutenção da “ordem” e da “legalidade” era uma preocupação básica do pensamento expresso pelo jornal.

O jornal A Tarde defendia a preservação das instituições republicanas, mas promulgava a necessidade de moralizar o seu funcionamento. Esta tarefa, no seu entender, dependia das qualidades individuais dos governantes, das quais destacava a “inteligência” e a “cultura”, que neste contexto se traduzia por formação acadêmica e intimidade com os padrões de “civildade” idealizados pelas elites.

A descentralização do poder era alçada a princípio fundamental da política brasileira. O que garantia a participação dos setores dominantes da Bahia no “concerto da Federação”. A apologia da autonomia dos estados, exprimia também o sentimento regionalista das elites letradas e políticas.

O ideário liberal, difundido pelo jornal, fundamentava-se na idéia de progresso. Idealizava-se então, fórmulas e medidas para fomentar o progresso e erradicar o atraso econômico do estado e do país. O ideal de elevar o Brasil à “culminância mundial” revela o caráter utópico dos anseios dos liberais baianos. Na sua expectativa, o Brasil tinha um potencial natural para transformar-se numa grande potência mundial: era uma questão de tempo. Por outro lado, revela que a maior preocupação da elite pensante da Bahia era integrar-se à performance dos países capitalistas, projetando para o futuro a resolução dos graves problemas econômicos e sociais que atingiam especialmente os segmentos populares.

A idealização do progresso supunha ainda a “civildade” dos costumes. Neste sentido, A Tarde privilegiava o papel da imprensa como modeladora e formadora da opinião pública. Através das numerosas cenas, registradas no cotidiano da cidade de Salvador, constatava o elevado grau de “incivildade” da sua população, que alheia aos costumes europeus, seguia adotando hábitos e práticas, fundados numa mentalidade, dita, “atrasada”, “colonial”. Assim a imprensa teria uma função pedagógica. Cobia-lhe dar aulas de “civismo”, ensinar à população baiana como comportar-se num ambiente “urbano” e “moderno”.

As práticas desta população, recalcitrante aos hábitos cosmopolitas, eram intensamente denunciadas e A Tarde, utilizando como referência as idéias liberais,

indicava que as práticas populares deveriam ser normatizadas, reguladas por leis e, sobretudo, deveriam ser submetidas a uma vigilante fiscalização municipal.

A atuação do vespertino na política partidária era bastante contundente. Como foi demonstrado, A Tarde fazia campanha sistemática para os políticos ligados as facções que seu proprietário integrava. Daí, o sentido que atribuía aos acontecimentos estar eivado de partidarismo, tanto o enaltecimento dos correligionários como a depreciação dos adversários políticos seguia esta lógica. A representação depreciativa do domínio seabrista ou o sentido da revolução de 1930 foram forjados a partir dos interesses momentâneos do grupo político do qual A Tarde era porta-voz. O domínio seabrista foi considerado decadente e exercido através de “politicagem vergonhosa”.

Já o movimento revolucionário de 1930, que destituiu do comando político o PRB, foi desqualificado, inicialmente, como fruto de um “liberalismo anárquico”. Depois de consolidado alegava-se várias razões que o desaprovavam: havia sido produzido por um número insignificante de homens; os homens que o fizeram não eram verdadeiros estadistas; desvirtuara o espírito republicano tornando o governo ditatorial e muitas outras razões foram dadas para comprovar a ilegitimidade da recém-instaurada Segunda República. A notícia desinteressada que A Tarde defendia não se verificava na prática; ao contrário, em todas as dimensões analisadas foi identificada sua parcialidade.

A parcialidade, o comprometimento partidário da imprensa é, entretanto, apenas um dos elementos da enorme complexidade que envolve a comunicação social e o fenômeno da ideologia. Além disso, a ideologia funciona como princípio norteador dos modos de pensar. As representações se confundem com a realidade, e a constituem através da reprodução de valores e crenças.

O estudo da imprensa se presta, também, a demonstrar como pensam os homens de um determinado segmento social numa determinada época. A análise dos discursos produzidos atestou que textos, imagens, valores se reproduzem de modo a constituir verdade duradoura ou que são providenciais para determinadas conjunturas políticas.

BIBLIOGRAFIA

AQUINO, Maria Aparecida. *Censura, imprensa, estado autoritário (1968 – 1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência. O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: EDUSC, 1997.

BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica. História da imprensa brasileira*. 4. ed., São Paulo: Ática, 1990.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 6. ed., São Paulo: Hucitec, 1992.

BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: UNESP, 1997.

_____ et alli. *Dicionário de política*. Brasília: Universidade de Brasília, 1986.

BORGES, Vavy Pacheco. *Getúlio Vargas e a oligarquia paulista. História de uma esperança e muitos desenganos através dos jornais da oligarquia: 1926 – 1932*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

_____. “Anos trinta e política: história e historiografia”. In FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

_____. “História política: totalidade e imaginário”. In *Estudos Históricos*. v. 9, no. 17, Rio de Janeiro: MCT; CNPq; FINEP, 1996, p. 151 – 160.

BORIS, Fausto. *A Revolução de 1930. Historiografia e História*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. “Expansão do café e política cafeeira”. In FAUSTO, Boris (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano, T. III, v. 1*. 4. ed, São Paulo: DIFEL, 1985.

BESCIANI, M. Stella; SAMARA, Eni de M.; LEWKOWICZ, Ida (orgs.). *Jogos da política. Imagens, representações e práticas*. São Paulo: ANPUH; Marco Zero; FAPESP, s/d.

CALMON, Pedro. *A vida de Simões Filho*. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1986.

CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena. Propaganda política e censura no Estado Novo*. Campinas: Papyrus, 1998.

_____. *Os arautos do liberalismo. Imprensa paulista 1920-1945*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. “Estado Novo: novas histórias”. In FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, p. 183 – 213.

_____. “História política”. In *Estudos Históricos*, v. 9, no. 17, Rio de Janeiro: MCT; CNPq; FINEP, 1996, p. 161 – 165.

_____ e PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino*. Imprensa e ideologia: o jornal *O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Alfa – Omega, 1980.

CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo. “História e análise de textos”. In CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo. (orgs.). *Domínios da História*. Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 375 – 399.

CARONE, Edgar. *A Primeira Republica 1889 – 1930*. Texto e Contexto. 3. ed., São Paulo.

CONTIER, Arnaldo D. *Imprensa e ideologia em São Paulo 1822 - 1842*: matizes do vocabulário político e social. Petrópolis: Vozes, 1979.

COSTA, Eleonora Z. “Sobre o acontecimento discursivo”. In SWAIN, Tânia Navarro (org.). *História no plural*. Brasília: Universidade de Brasília, 1994.

D’ALESSIO, Márcia M. e JANOTTI, Ma. de L. Mônaco. “A esfera do político na produção acadêmica dos programas de pós-graduação (1985 – 1994)”. In *Estudos Históricos*, v.9, no. 17, Rio de Janeiro: MCT; CNPq; FINEP, 1996, p.123 – 149.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette*. Mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *Os best-sellers proibidos na França pré-revolucionária*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

DECCA, Edgar de. *1930*. O silêncio dos vencidos. São Paulo: Brasiliense, 1981.

DUTRA, Eliana. *O ardil totalitário*: imaginário político no Brasil dos anos 30. Rio de Janeiro: UFRJ; Belo Horizonte: UFMG, 1997.

ELIAS, Nobert. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994,v.2.

FALCON, Francisco. “História das idéias”. In CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História*: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

_____. “História e poder”. In CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História*: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FERREIRA, Alberto Heráclito. *Salvador das mulheres*. Condição feminina e cotidiana popular na *Belle Époque* imperfeita. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1994, (mimeo.).

FERREIRA JR, José Ribamar. *A arena da palavra*. Parlamentarismo em debate na imprensa maranhense, 1961 – 1963. São Paulo: Annablume, 1998.

FERREIRA, Maria Nazareth. *Imprensa operária no Brasil*. São Paulo: Ática, Série Princípios, 1988.

FERREIRA, Pedro Roberto. *Imprensa política e ideologia*. Orientação socialista. 1. ed. São Paulo: Moraes, 1989.

FOUCAULT, Michel. *Miicrofísica do poder*. 13. ed., Rio de Janeiro: Graal, 1998.

_____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. *Arqueologia do saber*. Campinas - SP: Papirus, 1990.

FREITAS, Marcos Cezar de. *Da micro-história à história das idéias*. São Paulo: Cortez; USF-IFAN, 1999.

FREITAS, Miriam Tereza M. G., *Populismo e Carestia, 1951 -1954*, Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1985, mimeo.

GARCIA, Nelson Jahr. *O que é propaganda ideológica*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

GOMES, Ângela de Castro (org.). *Regionalismo e centralização política*. Partidos e Constituinte nos anos 30. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

_____. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

_____. “Política: História, Ciência, Cultura etc.”. In *Estudos Históricos*, v.9, no.17, Rio de Janeiro: MCT; CNPq; FINEP, 1996, p. 59 – 84.

GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial*. Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo. São Paulo: Marco Zero, 1990.

GUIMARÃES, Antonio S. Alfredo. *A formação e a crise da hegemonia burguesa na Bahia – 1930 a 1964*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1982, (mimeo).

_____. “As Elites de Cor e os Estudos de Relações Raciais”, Comunicação apresentada à XX Reunião Anual da Associação Brasileira de Antropologia, Salvador, 1996, (mimeo).

_____. “Cor, Classe e Status nos Estudos de Pierson, Azevedo e Harris na Bahia: 1940 - 1960”, Comunicação apresentada ao Seminário Raça, Ciências e Sociedade no Brasil, Rio de Janeiro, 1995, (mimeo).

_____. “Raça, Racismo e Grupos de Cor no Brasil”, in.: *Estudos Afro-Asiáticos*, no. 27, Salvador: UFBA/ CEAO, 1995, p. 45 - 63.

HABERMAS, Jurgen. “Esfera pública burguesa: idéia e ideologia”. In HABERMAS, Jurgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Ed. Biblioteca Tempo Universitário, 76, s/d.

HEINICH, Nathalie. *A Sociologia de Norbert Elias*. Bauru, SP.: EDUSC,2001.

- LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. 2. ed., Campinas, SP: Papyrus, 1986.
- LEITE, Rinaldo Cesar N. *E a Bahia civiliza-se...* Ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana, Salvador, 1912-1916. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996, (mimeo).
- MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. “Recônditos do mundo feminino”. In NOVAES, Fernando A. (coord. col.); SEVCENKO, Nicolau (org. v.). *História da vida privada no Brasil*, v. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 367 – 421.
- MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. 4. ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- MARTINS, Silvia Zanirato. *Os artífices do ócio*. Mendigos e vadios em São Paulo (1933 - 1942). Londrina: UEL, 1997.
- MATTA, Alfredo Eurico R. “Concepções e ferramentas para a ascensão da burguesia na Bahia. In *Contraponto*, Ano I, no. 01, nov., Salvador: UCSal, 1998, p. 95 – 113.
- MORAES, Walfrido. *Simões Filho*. O jornalista de combate e o tribuno das multidões. Salvador: W. Moraes, 1997.
- MORAES, Denis de. *O imaginário vigiado*. A imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947 – 53). Rio Janeiro: José Olympio, 1994.
- OLIVEIRA, Léia de Souza. *Tempo de esperança*. A imagem do Estado Novo na imprensa matogrossense. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1995, (mimeo).
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A Questão Nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- _____ (coord.). *Elite intelectual e debate político nos anos 30: uma bibliografia comentada da revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; Brasília: INL, 1980.
- _____; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e oligarquias (1889 - 1943)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Discurso e leitura*. 3. ed., São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Unicamp, 1996.
- _____. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- PANDOLFI, Dulce Chaves. “A trajetória do Norte: uma tentativa de ascenso político”. In GOMES, Ângela de Castro (org.). *Regionalismo e Centralismo Político*. Partidos e Constituinte nos anos 30. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

PINHEIRO, Israel de Oliveira. “A política na Bahia: atraso e personalismos “. In *Ideação*. Revista do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Filosofia da Universidade Estadual de Feira de Santana, v. 1, n. 4, Feira de Santana: UEFS, NEF, 1997-V.

RÉMOND, René. “Uma história presente “. In RÉMOND René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

SAMPAIO, Consuelo N. *Os partidos políticos da Bahia na Primeira República*. Uma política de acomodação. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1975.

_____. *Poder e Representação*. O Legislativo da Bahia na Segunda República 1930-1937. Salvador: Assembléia Legislativa, 1992.

SANCHES, Ma. Aparecida dos Prazeres. *Fogões, pratos e panelas: poderes, práticas e relações de trabalho doméstico*. Salvador 1900 – 1950. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1998, (mimeo.).

SANTOS, José Weliton Aragão dos. *Formação da Grande Imprensa na Bahia*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1985, (mimeo.).

SANTOS, Mário Augusto. *Associação Comercial da Bahia*. Um grupo de pressão. Salvador: Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo, 1985.

_____. *Sobrevivências e Tensões Sociais*. Salvador (1890 – 1930). Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982, (mimeo).

_____. “Uma fonte para a História Social de Salvador: as teses de Doutorado da Faculdade de Medicina da Bahia”. In.: *Universitas*, n.29. Salvador: UFBA, 1982.

_____. “Crescimento Urbano e Habitação em Salvador (1890-1940)”. In.: *Revista de Arquitetura e Urbanismo*, v.3, no. 4/5, Janeiro/Dezembro, Salvador: UFBA, 1990.

_____. “Habitação em Salvador: Fatos e Mitos”. In BRESCIANI, M. Stella (org.). *Imagens da Cidade - Séculos XIX e XX*. São Paulo: ANPUH; Marco Zero, 1994, p. 93 – 109.

SCHAPOCHNIK, Nelson. “Cartões-postais, álbuns de família e ícones da intimidade”. In NOVAIS, Fernando A. (coord.-geral da col.); SEVCENKO, Nicolau (org. v.). *História da vida privada no Brasil*, v. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 423 – 512.

SCHWARCZ, L. K. M. *Retrato em Branco e Negro*. Jornais, Escravos e Cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questões Raciais no Brasil (1870 – 1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. “Usos e Abusos da mestiçagem e da Raça no Brasil: Uma História das Teorias Raciais em Final do Século XIX”. In *Afro - Ásia*, no. 18, Salvador: CEAO/EDUFBA, 1996.

_____ e QUEIROZ, Renato da Silva (orgs.). *Raça e diversidade*. São Paulo: Universidade de São Paulo: Estação Ciência: Edusp, 1996.

SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Marcos A. da. *Caricata República. Zé Povo e o Brasil*. São Paulo: Marco Zero; CNPq, 1990.

SILVA, Paulo Santos. *Âncoras de tradição. Luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930 – 1949)*. Salvador: EDUFBA, 2000.

SILVA, Paulo Santos. *A volta do jogo democrático*. Bahia, 1945. Salvador: Assembléia Legislativa, 1992.

SILVEIRA, Rosa Ma. Godoy. *Republicanism e federalismo 1889 – 1902*. Um estudo da implantação da República no Brasil. Brasília: Senado Federal, 1978.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo Branco*. 8. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de “O processo político-partidário na Primeira República”. In MOTA, Carlos Guilherme (org.) *Brasil em perspectiva*, 16. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.

SEVCENKO, Nicolau. “A cidade irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio”. In NOVAIS, Fernando A. (coord. geral da col.); SEVCENKO, Nicolau (org. v) *História da vida privada no Brasil*, v. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 513 – 619.

VINCENT, Andrew. *Ideologias políticas modernas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

VAINFAS, Ronaldo. “Caminhos e descaminhos da História”. In CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História*. Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 401 – 417.

TURAZZI, Maria Inez. *A euforia do progresso e imposição da ordem: a engenharia, a indústria e a organização do trabalho na virada do século XIX ao XX*. Rio de Janeiro: COPPE; São Paulo: Marco Zero, 1989.